

**“Falta-nos o Descobrimento de Portugal”: tentativa de autognose
pátria em *Directa*, de Nuno Bragança**

Carlos Conte Neto

Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Setembro, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Portugueses, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Cabral Martins. FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

Agradecimentos

À Drika, pelo apoio diário incondicional.

Aos meus familiares Mariane, Carlos, Nathalia, Anabella e Vicente, por sempre me apoiarem nesta jornada portuguesa.

Ao Fernando Cabral Martins, meu orientador, pelos conselhos precisos.

Ao Gustavo Rubim, de quem ouvi pela primeira vez o nome Nuno Bragança.

À La Salette Loureiro, maior conhecedora da obra de Nuno Bragança em Portugal, por aquela conversa esclarecedora no café da Gulbenkian e pelas dicas preciosas.

À Cidália, pela amizade e pela força.

Ao Diegão, pela assessoria de inglês aos 45 do segundo tempo.

Aos filhos Leonor, Marco e Manuel Luís Bragança, sempre atenciosos e generosos.

Aos trabalhadores e trabalhadoras das bibliotecas onde realizei minhas pesquisas e escrevi esta dissertação: Biblioteca Nacional, Palácio Galveias, Biblioteca Municipal de Almada, Biblioteca Mário Sottomayor Cardia e Biblioteca Vitorino Magalhães Godinho.

Aos trabalhadores e trabalhadoras da FCSH-NOVA.

Resumo

Esta dissertação propõe uma leitura do romance *Directa* enquanto tentativa de autognose pátria. Na introdução, expõem-se os pressupostos teóricos e metodológicos desse tipo de leitura. Nos capítulos 1 e 2, procura-se demonstrar o sentido do movimento interpretativo, descrevendo o “mergulho” na história portuguesa promovido em *Directa*. Estabelecidas as relações entre passado e presente, o capítulo 3 introduz o tema do futuro, buscando-se estabelecer a relação entre salvação e autognose pátria. Na conclusão, através da aproximação entre *Directa* e *Mensagem*, procura-se, além de situar Nuno Bragança na linhagem de autores-intérpretes portugueses, definir qual a ideia de futuro pátrio que se depreende da leitura do romance.

Palavras-chave: Nuno Bragança, autognose pátria, história, marxismo, cristianismo, evolução.

Abstract

This dissertation proposes a reading of the novel *Directa* as an attempt to national self-knowledge. In the introduction, the theoretical and methodological assumptions of this type of reading are exposed. In chapters 1 and 2, we try to demonstrate the meaning of the interpretative movement, describing the “dive” in Portuguese history promoted in *Directa*. Established the relations between past and present, chapter 3 introduces the theme of the future, seeking to establish the relationship between salvation and national self-knowledge. In conclusion, through the approximation between *Directa* and *Message*, we seek, besides placing Nuno Bragança in the lineage of Portuguese authors-interpreters, to define which idea of a future country can be inferred from reading the novel.

Keywords: Nuno Bragança, national self-knowledge, history, Marxism, Christianity, evolution.

Índice

Introdução – Nuno Bragança e a autognose pátria.....	7
1. Nota metodológica: a fronteira entre a ficção e a não-ficção.....	8
2. Passado, presente e futuro.....	10
3. Portugal enquanto “interrogação fundamental”.....	13
4. Nuno Bragança: intérprete de Portugal.....	15
Capítulo 1 – O “mergulho” na história em <i>Directa</i>	19
1. “O Discurso de Leonardo” e o projeto interrompido de <i>Directa</i>	20
2. “Revolução e contra-revolução em 1820”.....	23
3. “O Discurso de Leonardo” e o conhecimento do presente.....	26
4. O início do “mergulho”: o Cais das Colunas.....	30
5. Memórias de um passado recente.....	32
6. Humberto Delgado: o país “em suspenso”.....	37
7. História: uma longa trajetória de lutas.....	39
8. Algumas considerações sobre passado e autognose pátria.....	44
Capítulo 2 – Em busca das raízes de Portugal.....	48
1. O “mosaico textual”.....	50
2. “O Sentimento dum Ocidental”.....	52
3. “Suicidamente portuária”.....	56
4. “Portugal a dar-se à luz”.....	63
5. A crise dinástica.....	69
6. A “revolução” de 1383.....	72
7. Ultramar: um “entlanço histórico”.....	74
8. O início da “biografia moderna do capitalismo”.....	80
Capítulo 3 – Salvação e autognose pátria.....	83
1. O “Estado era cada vez mais Estado: onde estava o Comunismo?”..	84
2. <i>Brave New World</i>	89
3. O “optimismo trágico” de Teilhard de Chardin.....	93
4. “Cristão e revolucionário (passe o pleonasmo)”.....	97

5. O problema da ação.....	102
6. “Ponto de Parusia”: a escatologia de Teilhard de Chardin.....	104
7. Salvação e autognose pátria.....	107
Conclusão – “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”	111
1. O Quinto Império de António Vieira.....	112
2. O Quinto Império de Fernando Pessoa.....	114
3. O “cio de criar”.....	119
Bibliografia.....	121

O esforço é grande e o homem é pequeno.

Fernando Pessoa – “Padrão”

Introdução

Nuno Bragança e a autognose pátria

“O que é que há?”, perguntei-lhe. Começou a passear no aposento. Via-se que almoçara com bom tinto. Tinha os olhos perdidos de quem tenta espreitar para alguém e para além do presente.

Nuno Bragança – *Square Tolstoi*

Durante o exílio em Argel, Manuel Alegre hospedou em sua casa o amigo Nuno Bragança, que na altura morava em Paris e preparava um livro misterioso que o fazia se levantar às 5h30 da manhã, “a hora de Nuno Álvares Pereira”, para trabalhar na secretária (Alegre, 1990: 13). O plano era publicá-lo e distribuí-lo clandestinamente em Portugal, apesar de todos os problemas que isso poderia lhe causar. Era início dos anos 70, e o Portugal de Caetano havia frustrado as expectativas dos que sonhavam com a liberalização.

O livro em questão é *Directa*, que trata, entre outras coisas, da luta política clandestina contra o salazarismo na primeira metade dos anos 60. “Era um revolucionário sentado a escrever um livro”, lembra Alegre (1995: 9). Como todo ato de enfrentamento a um regime autoritário, publicar um livro desse tipo era certamente uma atitude arriscada, e seu autor tinha plena consciência disso.

Mas não foi por medo que o romance não veio à luz antes do 25 de Abril. Afinal, não seria um regime agonizante, embora persistentemente vigilante e violento, que faria Nuno Bragança recuar. Manuel Alegre às vezes se perguntava se o amigo não seria a “reencarnação de Cristóvão da Gama”, um homem de armas “pronto a defender a bandeira até ao fim” (1990: 13).

Na realidade, foi devido a um excesso de Portugal e às exigências estruturais decorrentes disso que o romance só saiu anos mais tarde, em 1977. Tudo isso, aliás, está na nota introdutória de *Directa*, onde o autor descreve esse “mergulho” português e o consequente agigantar de texto que inviabilizaram a publicação imediata do livro (Bragança, 2017: 205-207)¹. Paradoxalmente, um dos principais motores de sua atividade literária – a saber, a vontade de conhecer a fundo Portugal – foi justamente a razão pela qual o projeto se tornou inexecutável. Para publicá-lo em 77, Nuno Bragança foi obrigado a retroceder ao projeto original.

Esse interesse por Portugal, segundo ele mesmo revela em entrevista de 1978, veio antes da redação de *A Noite e o Riso* e na verdade representava algo mais do que o despertar para um novo tema: tratava-se do descobrimento de si como português (Bragança, 1978c: 42). Há uma passagem de *Square Tolstoi* em que o protagonista afirma que suas pesquisas na biblioteca da Avenue Foch, em Paris, não lhe rendiam apenas material para sua escrita: “eu encontrava nesses textos chaves do meu próprio modo de ser – enquanto português” (Bragança, 2017: 505). Essas “joias de Portugal-por-dentro” a que a personagem Aníbal se refere coincidem com a lista de escritores que consta na nota ao leitor que precede *Directa*, assinada pelo autor.

Antes de continuar, é preciso esclarecer uma questão metodológica.

1. Nota metodológica: a fronteira entre a ficção e a não-ficção

Quando se debruça a sério sobre a obra de Nuno Bragança, e em especial a trilogia romanesca², tem-se a sensação de se estar transitando num terreno fronteiro entre o espaço propriamente ficcional (ou literário) e o espaço não-ficcional (da reportagem, do diário ou das memórias). Em outras palavras: a tão batida discussão sobre a relação entre vida e obra ressurgue inevitavelmente quando se estuda a obra do autor de *A Noite e o Riso*,

¹ Utilizamos neste trabalho a 2ª edição da *Obra Completa* de Nuno Bragança, publicada em 2017 pela D. Quixote. Portanto, todos os trechos dos três romances de Nuno Bragança citados nesta dissertação foram extraídos desta edição.

² Trilogia pressupõe continuidade. E a continuidade entre os três romances é assumida pelo próprio autor quando diz, em entrevista, que no “*Square Tolstoi* há alusões que me parecem bastante claras em relação à *Directa* ou à *Noite e o Riso*. Portanto, aí é o próprio livro que assume essa continuidade e que dá sinal dela” (Bragança, 1982a: 22-R). Também Manuel Gusmão observa que os três romances compõem uma sequência, ou trilogia, que ele considera “uma das mais singulares aventuras de escrita (narrativa) da segunda metade do século XX em Portugal” (1995a: 5).

e não são poucos os comentadores e mesmo pessoas próximas do escritor a chamar a atenção para o caráter autobiográfico de parte de sua produção ficcional.

Manuel Alegre, por exemplo, afirma que *Square Tolstoi* reproduz “tintim-por-tintim, ainda que transfigurado pela criação”, os encontros que tiveram no início dos anos 70, quando ambos moravam fora do país (1995: 9). O companheiro de luta armada Carlos Antunes confirma a veracidade de uma passagem de *Square Tolstoi*, nomeadamente aquela em que se narram os preparativos da vinda da Itália do primeiro explosivo plástico para Portugal que, segundo ele, serviu para executar a primeira ação direta das Brigadas Revolucionárias³. Na mesma linha, Pedro Tamen observa que sobretudo em *Directa e Square Tolstoi* há transposições literais de pessoas reais para a ficção, na tradição do *roman à clef*⁴. Tendo acesso às chaves, sabe-se que Manuel Alegre é o Outro e Fernando Lopes, o realizador de cinema, Ramiro, que na ficção produz com Aníbal um documentário sobre a realidade dos emigrantes portugueses na França – este filme de fato foi feito por Fernando Lopes, com diálogos de Nuno Bragança, e foi lançado em 1972 com o título *Nacionalidade: Portugêses*.

Não é nossa intenção adotar uma perspectiva de tipo biografista, mas tampouco se pretende negar a existência de elementos biográficos nos textos, que nos parece bastante evidente. Não nos alonguemos mais neste ponto e fixemos o seguinte: no que diz respeito à autognose pátria, há convergências significativas, para não dizer uma enorme coerência, entre a ficção e a não-ficção, entre o que se lê nos romances e o que se lê em artigos assinados pelo próprio autor. Exceto nos casos em que comprovadamente a ficção corrobora fatos do mundo extraliterário e na medida em que isso contribui para a leitura que aqui se propõe fazer, está fora dos nossos propósitos ficar buscando relações de semelhança entre elementos do universo ficcional e elementos da vida de Nuno Bragança⁵. A esse respeito, ficamos com a excelente sugestão de leitura de Manuel Gusmão, para quem os três romances, cada qual uma “construção ficcional” ou

³ Depoimento que consta no documentário *U OMÃI QE DAVA PULUS*, de João Pinto Nogueira. Midas Filmes. Portugal, 2008.

⁴ *Idem*.

⁵ Ainda que fosse essa a nossa intenção, a inexistência de um estudo biográfico torna praticamente inviável tal empresa. A propósito, admira-nos que ainda não se tenha escrito uma biografia sobre um escritor de tal importância.

“simulação”, “produzem um efeito de autobiografia”, o que obviamente não é o mesmo que dizer que são uma autobiografia (1995a: 5)⁶.

O objetivo deste trabalho é propor uma leitura de *Directa* enquanto tentativa de interpretação de Portugal. As fontes não-ficcionais – sejam elas artigos, entrevistas ou depoimentos filmados – são recursos complementares que podem nos auxiliar na compreensão de passagens dos textos, além de serem documentos importantes que nos mostram como pensava o homem que redigiu esses textos.

Dito isso, voltemos às “joias de Portugal-por-dentro” que Aníbal encontrava ao longo da “espeleologia que andava praticando nas grutas” do seu país (Bragança, 2017: 547).

2. Passado, presente e futuro

Curiosamente, esse movimento de ir em busca das próprias raízes enquanto português é feito a quilômetros de distância de Portugal, já que a personagem vive em Paris, onde além de escrever um livro trabalha na delegação portuguesa da Organização do Capital Unido (OCU)⁷. Como observa António Mega Ferreira, em *Square Tolstoi* “o país é visto quase por constante ausência”, contrastando, nesse sentido, com os dois outros romances, nos quais o país é visto de dentro (1985: 5). A ausência física, entretanto, é compensada por uma proximidade espiritual jamais experimentada: “longe de romper elos, estava-os encontrando em aumentada quantidade”, diz Aníbal (547).

E quais são esses “textos remotos” aos quais ele recorre para nutrir o livro em gestação? Admitindo-se que o tal livro que Aníbal escreve é *Directa*, e há inúmeros indícios que o comprovam⁸, somos levados a buscar neste romance os “textos remotos” através dos quais a personagem mergulha nas profundidades de seu próprio país. O que

⁶ A esse respeito, ver: SILVA, Gabriel Rui. *O Tempo e o Modo do homem que ficou sem lado: o efeito de autobiografia na obra de Nuno Bragança*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Orientador: Prof. Dr. Rui de Azevedo Teixeira. Universidade Aberta. Lisboa, 2002.

⁷ Nuno Bragança, enquanto morou em Paris (entre 1968 e 1973), trabalhou na representação portuguesa junto à OCDE. Aníbal, personagem de *Square Tolstoi*, trabalha na OCU. Além da zombaria, verifica-se mais um paralelismo entre a vida real e a ficção.

⁸ Basta para comprová-lo a transcrição de um trecho de *Square Tolstoi* (Parte I, segmento 12), em que o narrador-personagem fala sobre o livro que está escrevendo, que é um resumo perfeito do enredo de *Directa*: “O texto produzido era uma condensação (para mim danada) da luta clandestina contra o salazarismo, luta perdida, misturada com outro fermento dos que vão ao osso: o esforço (igualmente derrotado) para arrancar uma mulher aos comprimidos com os quais se destruía, pouco a pouco” (428).

encontramos nas páginas de *Directa*, misturados à narrativa mas sinalizados com o itálico, são excertos de obras clássicas da historiografia e da literatura portuguesas. Da *Crónica de D. João I* à *Mensagem*, passando pela *História Trágico-Marítima* e *Os Lusíadas*, Nuno Bragança constrói um “mosaico textual” (Henriques, 2009: 61) composto por referências básicas para qualquer pesquisador que se propõe o desafio de compreender este tão complicado objeto de estudo chamado Portugal.

Sobre o recurso à colagem textual, que caracteriza mais de um capítulo de *Directa*, falaremos de forma pormenorizada mais adiante. Por ora vale dizer que esse recuo ao passado textual português é acompanhado por um recuo mnemônico do narrador-personagem, que evoca com frequência episódios da história recente de Portugal, estabelecendo-se, por essas duas vias, uma complexa relação entre o presente e o passado nacionais.

É da inquietação diante do enigma que somos hoje que geralmente surgem as tentativas de gnose pátria. Foi assim, por exemplo, com os expoentes do Romantismo e da Geração de 70 em Portugal, empenhados que estavam em desvendar os mistérios do presente. Não foi diferente com Nuno Bragança. São as solicitações do momento histórico no qual estava implicado que o conduziram ao empreendimento de compreender-se enquanto português. Um empreendimento que pressupõe, como já se disse, esquadriñar o passado pátrio, como o indivíduo que procura na própria história de vida e na de seus antepassados pistas que o auxiliem a equacionar os problemas atuais. Como ele mesmo diz em entrevista de 1977, são as “exigências de presente” que o impelem ao passado, cuja importância só aumenta à medida que se recua nos séculos (Bragança, 1977: 110).

Mas o movimento estaria incompleto se se resumisse a uma relação exclusiva entre passado e presente. Ora, qualquer que seja o projeto de gnose sempre haverá um horizonte em vista – aquilo que se deseja ser, que é diferente daquilo que se é hoje. Esse ímpeto de futuro é o que caracteriza os mais diversos movimentos de transformação social ao longo da história, não importa se por vias reformistas ou revolucionárias. Tal impulso, que há séculos excita a imaginação utópica e as várias manifestações de messianismo ao redor do mundo, é elemento fundamental do esforço gnosiológico despendido pelo autor de *Directa*. Assim, pode-se afirmar que é sempre em direção a um determinado futuro que aponta a caneta de Nuno Bragança. Um futuro que, em alguns momentos, surge como algo inevitável, consequência lógica das transformações necessárias da sociedade

capitalista, atolada há tempos numa crise de morte; em outros, no entanto, mal se pode vislumbrá-lo, tamanha a distância que o separa do momento presente.

Marxista que era (embora não dogmático, como fazia questão de lembrar⁹), Nuno Bragança transpõe para a literatura a crise da esquerda da segunda metade do século XX. Uma crise que diz respeito à viabilidade do futuro entrevisto por Marx com base no seu método dialético. É assim que se pode dizer que o protagonista de *Directa* incorpora as incertezas da esquerda de sua época, dividida entre as experiências de renovação social existentes (que ainda não levaram ao comunismo) e a possibilidade de invenção de novos caminhos rumo à sonhada, e apenas sonhada, sociedade sem classes. Trata-se, em resumo, de uma crise provocada pelas limitações impostas pela realidade e pela resultante dúvida em relação à possibilidade de uma sociedade de índole comunista.

Mas em Nuno Bragança, como em muitos que lhe foram coetâneos, comunismo e catolicismo fundem-se, produzindo uma síntese que só a princípio parece inusitada – afinal, quando atentamos às razões dos chamados “católicos progressistas” nos damos conta de que as duas orientações, aparentemente conflitantes, têm mais afinidades do que poderíamos pensar. Esse aspecto do pensamento de Nuno Bragança é fundamental para que se perceba o sentido de futuro presente em sua obra ficcional, sobretudo em *Directa*. Participam dessa concepção de futuro teorias diversas, que vão do marxismo à ideia de evolução elaborada pelo filósofo jesuíta Teilhard de Chardin. Não nos esqueçamos de que o futuro é um tema crucial para a filosofia cristã da história e que em Portugal houve um padre jesuíta chamado António Vieira, que acreditava piamente no advento do Reino de Cristo na Terra. Nuno Bragança era cristão e leu o *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*¹⁰. Claro que não desejava o Quinto Império, nem na acepção de Pessoa, muito menos na de Vieira. Aliás, não desejava outra coisa que não fosse uma reorientação política pautada pelo fim das ilusões imperiais.

Resumindo: estamos diante de uma tentativa de autognose que pressupõe um movimento constante de idas e vindas do presente ao passado, sendo o presente o ponto de partida de todo o processo, e o futuro uma meta, ora próxima, ora longínqua, em direção à qual é preciso sempre marchar.

⁹ Nuno Bragança expõe suas ressalvas em relação ao marxismo em mais de uma oportunidade. Uma delas é em entrevista a Álvaro Manuel Machado, “Conversa com Nuno Bragança”, programa *A Ideia e a Imagem*, RTP1 Arquivos, 09/02/78.

¹⁰ Na “Nota do Autor para o Leitor”, que antecede *Directa*, Nuno Bragança cita o nome de Padre António Vieira entre os autores que leu enquanto preparava o romance (205).

Na entrevista mencionada acima, Nuno Bragança revela que escreveu *Directa* “com o objectivo de tentar perceber o que é que eu sou, o que é que Portugal é, para que eu possa ser e para que Portugal possa ser” (1977: 110).

Há duas formas de se ler esse “poder ser” de que ele fala. A primeira, que tem a ver com o que foi dito agora há pouco, diz respeito à possibilidade de se fazerem escolhas e determinar o país que se deseja no futuro, seja ele uma democracia liberal ou socialista. Nesse sentido, as escolhas de futuro dependem de um autoconhecimento prévio, sem o qual é impossível dar o próximo passo. Mas há outro sentido nesse “poder ser” que, além de ser menos óbvio, aponta para um futuro duvidoso, em que a própria vida humana se encontra ameaçada. A manutenção da existência, enquanto nação mas sobretudo enquanto espécie, depende da diligência dos que hoje pressentem um futuro obscuro ou mesmo inexistente caso nada seja feito para que se altere o estado das coisas. Assim, conhecer-se – que envolve o trabalho de trazer à luz os condicionantes históricos da atual crise – é fundamental para a preservação da vida. E, neste caso, não se está a falar apenas desta entidade histórica chamada Portugal.

3. Portugal enquanto “interrogação fundamental”

Mas voltemos, por ora, a Portugal e à paixão de certo modo obsessiva de Nuno Bragança pelo ser e destino de seu país, tal como revela Manuel Alegre (1990: 13). Transposta para o papel, essa “paixão” está longe de se traduzir em discurso laudatório. A propósito, já em *A Noite e o Riso*, na passagem em que se narram as comemorações do oitavo centenário da tomada da cidade aos mouros, o protagonista toma consciência dos horrores implícitos naqueles festejos.

A princípio arrastado pela malta de jovens amigos que se reunira para “atacar rabos”, ele tem um lampejo, uma espécie de *insight*: “Mordeu-me uma noção que me gelou: talvez eu só, entre um milhão de lisboetas, estivesse assim pensando nas dores e fúrias e brutalidades que esta festa municipalmente ordeira assinalava. Senti-me só, como um anacoreta no deserto rodeado de leões” (87). Isso faz lembrar a atitude do historiador materialista, tal como Walter Benjamin a define: “escovar a história a contrapelo”, o que vai de encontro à empatia historicista pelos vencedores (1987: 225). Assim, ao contemplar do Terreiro do Paço, banhado de luzes de faróis, o Castelo de São Jorge, o

protagonista só vê escuridão: “acedi a uma consciência” (86). Por trás das muralhas milenares da fortaleza militar, marco da retomada de Lisboa pelos exércitos cristãos (hoje convertido em patrimônio cultural visitado diariamente por uma legião de turistas), o protagonista vê o sangue dos vencidos. Ainda Benjamin: “Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.

Há, segundo António Mega Ferreira, uma “interrogação fundamental” na obra de Nuno Bragança, que advém de um “mal-estar histórico”: o desconhecimento do português em relação ao seu próprio país e, conseqüentemente, em relação a si mesmo (1985: 6). A imagem da multidão que tomou as ruas de Lisboa em 1947 para celebrar a conquista da cidade de certo modo ilustra esse “mal-estar”. Como disse Nuno Bragança: “falta-nos o descobrimento de Portugal” (1982b: 5). Uma vez constatada a crise – que pode ser definida como crise existencial –, é preciso fazer o que está ao seu alcance para solucioná-la, tal como uma pessoa que recorre ao analista para falar de seus traumas. Como não se pode deitar Portugal num divã (ou será que se pode?), o escritor se empenha na tarefa que lhe cabe: escrever. Também ajudou a trazer bombas, é verdade. Mas aqui estamos a falar de autognose. E no que diz respeito especificamente a isso, sua arma era a caneta.

Essa angústia em relação ao presente é, em grande medida, semelhante àquela vivida por Fernando Pessoa, referência fundamental em matéria de gnose portuguesa. Para Pessoa, e também para Bragança, o presente nacional pesava toneladas, e por isso ambos se dedicaram com afinco, cada qual a seu modo, à tarefa de perceber de onde provinha e em que consistia esse fardo tão pesado; em outras palavras: entregaram-se à difícil tarefa de examinar os motivos da crise.

Antes de mais nada, vale ressaltar que ambos viveram em períodos de transição da vida política de Portugal: no caso de Pessoa, na passagem da monarquia para a república; e na passagem da ditadura para a democracia, no caso de Nuno Bragança. E o fato de ambos terem produzido tentativas de interpretação de Portugal justamente em períodos de viragem não pode ser visto como mera coincidência. Momentos como esses costumam ser propícios à reflexão sobre o “poder ser”. Qual foi o caminho até aqui percorrido? Qual rumo se deverá tomar de agora em diante?

Joel Serrão dá como certo que nenhum problema preocupou mais Fernando Pessoa do que a “tentação e tentativa de compreender Portugal”, e que “só mediante os caminhos da criação poética é que ele se aproximou dessa sua intenção e preocupação fundamentais” (1979: 21). Talvez seja demasiado cedo, em termos de pesquisa e acúmulo

de informações (inclusive de caráter biográfico), para dizer o mesmo em relação a Nuno Bragança, embora tenhamos convicção de que a gnose pátria foi um dos motores de sua atividade literária.

Assim, propomo-nos a relatar uma experiência de leitura que parte do princípio de que a autognose pátria é, senão o eixo, um dos eixos principais de parte da produção ficcional de Nuno Bragança. Estamos seguros de que o caminho escolhido, embora já avistado por outros pesquisadores, conduz-nos a questões fulcrais do romance *Directa*.

4. Nuno Bragança: intérprete de Portugal

Quem indicou o caminho foi Eduardo Lourenço, que, no ensaio “Repensar Portugal”, um dos que compõem *O Labirinto da Saudade*, colocou Nuno Bragança ao lado de escritores como Almeida Faria e Maria Velho da Costa (na altura, novos autores) em cujas obras transparece uma “preocupação por Portugal enquanto destino histórico e autônomo específico”. Diz Lourenço que “nada é mais decisivo em matéria de autognose pátria”, num período literário que se inicia depois do 25 de Abril, do que o surgimento dessas obras, que promovem um tipo de apropriação da realidade e uma renovação ao nível da autoimagem que contrastam com o irrealismo imagético que se tornara oficial sob o Estado Novo (1991: 68).

Em outro ensaio desse livro, “Da literatura como interpretação de Portugal (de Garrett a Pessoa)”, Lourenço traça uma genealogia da gnose portuguesa, cuja origem remonta ao romantismo e cujo termo é a *Mensagem* de Fernando Pessoa. Basicamente, os integrantes dessa família de autores podem ser encontrados em três momentos (ou movimentos) da literatura portuguesa entre o início do século XIX e meados da década de 30 do século XX: o romantismo, a Geração de 70 e o modernismo. Há, entretanto, uma continuidade desse processo após *Mensagem*, embora com orientação diferente, que Lourenço identifica em autores neorrealistas como Carlos de Oliveira e Fernando Namora, além de um representante de uma nova geração de escritores – à qual em outro

ensaio ele deu o nome de “desenvolta” ou herdeira de Álvaro de Campos¹¹ –, que é o Ruben A. d’A *Torre de Barbel*a.

Cumpre, desde já, dizer o seguinte: está fora do nosso escopo analisar os motivos ou mesmo apontar características gerais desse *aggiornamento* pelo qual atravessa o processo de autognose após *Mensagem*, senão situar parte da obra de Nuno Bragança (e aqui nos referimos especificamente ao romance analisado) num processo que, agora sabemos, não surgiu do nada, muito menos ontem.

De acordo com Eduardo Lourenço, essa linhagem de intérpretes de Portugal integra (quase) toda a grande literatura lusa desde o início do século XIX. Com isso, o autor acaba por estabelecer um cânone – que, como todo cânone, resulta sempre de uma revisão do passado literário – a partir de um critério que pode ser definido como a existência de um determinado tipo de relação do escritor com sua pátria, que Lourenço define como uma

nova relação da consciência literária que já não pode conceber-se apenas como criadora de obras abstractamente valiosas no âmbito ocidental dos *beaux-esprits*, mas que se apercebe que *a sua realidade e destino de autor* estão ligados à maior ou menor consistência da inédita forma histórico-espiritual que é a Pátria, uma Pátria *a ser feita* e não apenas *já feita* (1991: 82)¹².

Há uma determinação material – a Revolução Industrial e a cristalização da sociedade burguesa – para o advento desse tipo de relação entre o escritor e sua pátria inaugurado em Portugal por Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Por trás desse fenômeno que se pode classificar como literário ou espiritual, há outro de ordem sociológica que lhe é condicionante: a alteração do status do indivíduo, que ascende da condição de súdito a cidadão, detentor de direitos (políticos e civis) e responsável pelo destino do corpo político do qual faz parte (Lourenço, 1991: 81). Especificamente em Portugal, o fenômeno literário coincide com o período histórico marcado pelo declínio do antigo regime e a consolidação de uma sociedade de tipo liberal. Assim, só se pode compreender o processo de conversão de Portugal – “enquanto realidade histórico-moral”

¹¹ Aqui nos referimos ao ensaio “Uma literatura desenvolta ou os filhos de Álvaro de Campos”. In: LOURENÇO, Eduardo. *O Canto do Signo – Existência e Literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994, p. 255-279.

¹² Os itálicos desse excerto e dos demais excertos transcritos são do texto original.

– em “núcleo da pulsão literária determinante” quando se olha para o contexto histórico em que essa mudança ocorre (80).

Sabendo que seu destino está inevitavelmente ligado ao destino da nação, o escritor-intérprete interroga simultaneamente a si mesmo e a pátria, já que não pode descobrir quem é sem interpelar a entidade histórico-política da qual é membro. Essa “preocupação obsessiva de descobrir *quem somos e o que somos como portugueses*” (Lourenço, 1991: 83), preocupação esta que orientou a grande literatura portuguesa produzida desde Garrett e o seu *Camões*, implica, por parte do escritor-cidadão (se é que podemos chamá-lo assim), encarregar-se da missão de intervir nos rumos da polis.

Assim como no domínio político lhe é pedido [ao cidadão] que directa ou indirectamente a assuma pelo voto, assim *culturalmente*, o que a Pátria é ou não é, *interpela* o escritor com uma força e uma urgência antes desconhecidas. Cada escritor consciente da nova era escreverá, como Fichte, o seu *peçoal discurso à sua nação*, cada um se sentirá profeta ou mesmo messias de destinos pátrios, vividos e concebidos como revelação, manifestação e culto das respectivas *almas nacionais* (Lourenço, 1991: 82).

É o que faz Garrett, “primeiro de uma longa e ainda não acabada linhagem de ulisses intelectuais” (82), e também Herculano, “prospectador do *tempo perdido* em Portugal, cuja decifração lhe é vital para se situar como homem, cidadão e militante num presente enevoado e oscilante” (83). É o que fazem os autores da segunda fase da gnose pátria, os da Geração de 70, empenhados na tarefa de compreender Portugal para suplantar a secular decadência, e também Pessoa, igualmente obcecado pela superação do atraso e ávido por um futuro que estivesse à altura dos maiores feitos da história portuguesa.

Uma forma pela qual um povo pode aceder ao conhecimento sobre si mesmo é através da leitura de seus intérpretes. Quanto a isso, este país está muito bem servido, já que não é de hoje que “Portugal como problema”¹³ tem ocupado ensaístas, poetas e ficcionistas. Acreditamos que Nuno Bragança faz parte dessa linhagem de escritores-intérpretes e, ao longo deste trabalho, pretendemos demonstrar a validade do nosso ponto de vista.

¹³ Esse é o título de uma coleção organizada pelo filósofo Pedro Calafate. CALAFATE, Pedro. *Portugal como Problema*. Vol. I-IV. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), 2006.

Que há divergências entre ele e seus antepassados não restam dúvidas, seja em relação à interpretação da história ou àquilo que se deseja de Portugal no futuro. Eduardo Lourenço não inclui autores como Almeida Garrett e Antero de Quental na mesma linhagem porque os considera parecidos. Se o faz é porque identifica neles um ponto em comum, uma mesma motivação ou impulso literário. Estamos convictos de que Nuno Bragança compartilha dessa motivação. *Directa* é prova disso.

“Que falta (me) faz o Nuno neste tempo novo e misterioso que vivemos!”, escreveu Carlos Antunes em maio de 1990. “Talvez algum dia este país venha a descobrir este homem, descobrindo-se” (12).

Capítulo 1

O “mergulho” na história em *Directa*

*O velho gritava “Viva a República”,
naquela voz raspada de quem fica logo
enrouquecido depois de uns poucos
berros saídos de garganta
destreinada. Talvez fosse um
sobrevivente dos Quatrocentos da
Rotunda.*

Nuno Bragança – *Directa*

Directa é um romance de muitas narrativas. É a história das 31 horas ininterruptas em que Aníbal luta para salvar a mulher da dependência química e o país da ditadura fascista, mas há também outras histórias, com cenários e personagens reais, que irrompem do passado nacional português e se põem lado a lado com os acontecimentos do presente.

Em artigo publicado em 1990, João de Melo diz que *Directa* é um livro em que o leitor “mergulha todos os ossos no devir e no sentido da história portuguesa” (32). Como já se antecipou na introdução, trata-se de um romance que, do início ao fim, promove uma espécie de movimento pendular cujos extremos são o passado mais remoto e o futuro mais distante, com passagens regulares pelo presente histórico português, onde a trama protagonizada por Aníbal se desenrola. Mas não falemos do futuro, por enquanto. Embarquemos na sugestão de leitura de João de Melo – a de que “*Directa* é um livro histórico” (32) – e tentemos perceber, primeiro, de que modo se dá no romance a relação entre o passado e o presente nacionais a fim de que, ao fim, possamos explicitar sua contribuição para a construção de um conhecimento sobre Portugal.

Mas começemos pelo romance que foi interrompido.

1. “O Discurso de Leonardo” e o projeto interrompido de *Directa*

Soa estranho começar uma análise por um texto que nunca existiu. Afinal, o que importa em qualquer trabalho crítico é o texto, não as intenções não realizadas do escritor. Neste caso, no entanto, apesar do projeto não ter sido concretizado tal como previra o autor, parte desse texto existe, foi publicado e, no prefácio de *Directa*, o próprio autor indica-nos a fonte para que possamos acessá-lo. “O Discurso de Leonardo”, de fato, não integra o romance, mas ajuda-nos a lê-lo.

Mencionamos na introdução as circunstâncias nas quais se produziu a guinada na produção de *Directa*. Vimos que o principal motivo dessa mudança de rumo foi um “apelo interior” que levou o autor a mergulhar “fundo demais” em Portugal, o que retardou em pelo menos cinco anos a finalização do romance e o obrigou a retroceder ao projeto original. Portanto, o que conhecemos de *Directa* é resultado de um trabalho que foi desenvolvido quase todo entre 1970 e 1972, e a única forma de acessarmos o projeto falhado é por meio da leitura de um longo texto, publicado em quatro números de *O Jornal*, entre 1 e 22 de agosto de 1975. Na altura, o plano ainda estava de pé, e o texto foi anunciado como “excerto inédito” do livro que estava por vir.

Uma das passagens de *Square Tolstoi* em que o narrador faz referência à preparação do livro – que é *Directa*¹⁴ –, deparamos com informações sobre o tipo de estruturação que o romance que estava sendo escrito passava a exigir. Este é mais um caso na obra de Nuno Bragança em que um acontecimento ficcional coincide com uma passagem da vida do autor.

Pegava em textos como a *História do Futuro*, do Padre António Vieira, e desenhava em sublinhado contornos de um bloco de escrita a surgir na boca de um dos convivas da reunião política que tinha lugar a dada altura do meu livro. Essa era a tal alargada dimensão que eu entrevira e tinha começado a trabalhar. Segundo o meu plano, a reunião política transformava-se numa sucessão de discursos-escritas, cada um dos quais trazendo à superfície o que de alicerces parecia ter descoberto no talvez denominável inconsciente colectivo português (Bragança, 2017: 571, 572).

Sabemos pelo prefácio de *Directa* que Nuno Bragança leu Padre António Vieira enquanto preparava o texto. Sabemos, igualmente, que ele entrevira a tal “alargada

¹⁴ Na introdução (página 10), esperamos ter demonstrado que o livro a que se faz referência em *Square Tolstoi* é *Directa*.

dimensão” – fruto da leitura de autores que foram às bases do ser português, a exemplo de Vieira. A “reunião política” a que Aníbal se refere em *Square Tolstoi* compõe o capítulo 15 de *Directa*, mas não da forma como a personagem a descreve. A reunião que de fato foi escrita no segundo romance de Nuno Bragança está longe de se realizar enquanto “sucessão de discursos-escritas” que trazem à tona o “inconsciente colectivo português”. Pelo contrário: saímos dela, enquanto leitores, com a sensação de que o encontro não teve a mínima importância em termos de gnose pátria.

Assim, temos como certo que a determinada altura Nuno Bragança planejou a reunião política como um dos trechos mais densos de *Directa*, onde provavelmente se realizaria parte ou a totalidade do “grande espanto meta-histórico” mencionado na “Nota do Autor para o Leitor” (206). Porém, o plano de abarcar toda a história portuguesa partindo dos acontecimentos do presente para, quem sabe, determinar-lhes as leis, não foi levado a cabo pelo autor. Os “discursos-escritas” ficaram de fora do romance. O que permaneceu foi o relato de uma reunião escrito em forma de peça de teatro com didascálias que descrevem ações cômicas, como Cecílio raspando o couro cabeludo com o dedo ou Aníbal imitando um galo. Pouco há de propriamente relevante num encontro destinado a se discutirem os rumos da nação. Quando chega o momento de cada um dos presentes se pronunciar (num trecho intitulado “Os discursos não fragmentados”), surge de súbito uma nota que põe a peça em suspenso e na qual o narrador diz, entre outras coisas, que se trata de “Uma noite de trabalho quem sabe se desperdiçado”. Ele completa dizendo o seguinte:

Não reproduzirei a densa discussão na qual “Roberto”, “Leonardo”, “Cecílio”, “Aníbal” e “Henrique” debateram as linhas de acção, na própria noite em que o Júlio tinha de passar ao “exterior”. Em seu lugar, deixo uma página em branco: acto de escrita, talvez o que acarretou mais custo criador na elaboração do espaço literário deste livro (347).

Devemos nos perguntar se essa voz que irrompe é a mesma que narrava antes do início da reunião/peça de teatro. Como ela se refere ao “espaço literário deste livro”, ao “acto de escrita” do próprio romance que estamos a ler, tem-se a sensação de se estar diante de uma interferência do autor, Nuno Bragança.

Mas o capítulo 18 (sobre o qual falaremos mais adiante) introduz um dado novo. Nele Aníbal assume-se narrador autodiegético (até então o romance era narrado por um

narrador heterodiegético) e faz referência à escrita do que ele está a viver em *Directa*, revelando-se autor fictício.

Entendemos, portanto, que essa nota do capítulo 15 explicita uma confusão, que nos parece deliberada, entre os universos ficcional e não-ficcional. O “eu” que toma a palavra nessa nota para anunciar que não reproduzirá a “densa discussão” identifica-se com o “eu” que escreve o prefácio – no caso, o próprio autor. Ora, não fariam parte dessa “densa discussão” os tais “discursos-escritas” sobre os condicionantes do atual momento português de que Nuno Bragança fala na introdução do “Discurso de Leonardo”, citado numa nota de rodapé do prefácio de *Directa*? Assim, parece-nos existir, nesse caso específico, uma coincidência entre o que dizem o autor fictício, Aníbal, e o autor de carne e osso, Nuno Bragança.

Não se trata, obviamente, de uma autobiografia, pois se está diante de uma obra de outro gênero, com personagens e situações imaginadas que eventualmente têm relações com a história de vida do autor (e não nos cabe aqui ficar procurando essas relações); o contrato estabelecido desde o início é de outra natureza. Uma das singularidades da obra ficcional de Nuno Bragança, de acordo com Gusmão, está no fato de jogar “arriscadamente nessa fronteira vacilante em que autor, narrador e personagem se implicam, num processo incalculável de alterização e identificação” (1995a: 5)¹⁵. Eis o que ele chama de “efeito de autobiografia”.

O exemplo dado por Gusmão é esclarecedor: em *A Noite e o Riso*, o “eu” que narra praticamente todo o 2º Painel coincide com o homem enunciado em 3ª pessoa no “Primeiro Assalto”, que, por sua vez, “coincide/descoincide” com a voz que emite as notas espalhadas ao longo do 2º Painel (e que fala sobre o processo de escrita do livro que o leitor tem em mãos). Acreditamos que algo parecido ocorre no capítulo 15 de *Directa*.

A nota do capítulo 15 anuncia que no lugar da “densa discussão” o leitor encontrará uma página em branco. Mas uma página que, segundo o “eu” que assume a palavra, “acarretou” enorme custo – o “acto de escrita” mais árduo de todo o livro.

Ora, se pensarmos que entre o surgimento do novo projeto de *Directa* e a constatação de que esse projeto não poderia ser realizado passaram-se aproximadamente cinco anos (entre 1972 e 1977), podemos ler essa página em branco como a solução

¹⁵ Nesse mesmo artigo, Manuel Gusmão chega a supor que o nome Aníbal (aNíBal) poderia ter sido escolhido por conter as iniciais do nome do autor (1995a: 5).

encontrada pelo autor ao se dar conta, não sem algum sofrimento, de que o livro viável era aquele mais antigo, redigido entre 1970 e 1972. A página em branco substitui a “sucessão de discursos-escritas”, um dos quais foi parar n’*O Jornal*¹⁶.

2. “Revolução e contra-revolução em 1820”

“O Discurso de Leonardo” é um texto caudaloso que descreve de forma um tanto pormenorizada um período político específico da história portuguesa que se inicia com a revolução “vintista” e termina com a Patuleia, em 1847. Segundo um texto introdutório não assinado, trata-se de “uma análise das causas e efeitos das duas guerras civis portuguesas do século passado” (1975a: 16). Importa-nos verificar, por trás da sucessão de eventos históricos, em que consiste a tese que serve de embasamento para o discurso da personagem. Afinal, quando se lê o texto, nota-se que há uma ideia a ser defendida, algo que poderíamos traduzir como uma tentativa de estabelecer uma correlação entre os eventos que marcaram a ascensão do liberalismo e o contexto político do Portugal da década de 1960, presente histórico em que o discurso é proferido.

No início, Leonardo anuncia o objetivo de sua intervenção, que ele define como uma “cívica tarefa: envolver de coleira lógica o fremente gorgomil dos vossos ímpetos: quem sabe se esquerdistas”. Mas de que “lógica” se está a falar? Leonardo responde na sequência:

Falar – actualmente – de política sobretudo portuguesa e passada é detectar na luta de classes em Portugal e hoje consequências do que foi essa luta em Portugal mas ontem. Um ontem mui pouco recuado: menos de cento e cinquenta anos: um rato, diria Lenine em castelhano (16).

Assim, fica claro qual é o referencial teórico do qual Leonardo se utiliza para estruturar o seu discurso: o materialismo histórico. Anuncia-se uma leitura do passado nacional sob uma perspectiva marxista, visando ao esclarecimento de suas consequências no presente português. Envolver de “coleira lógica” as gargantas entusiasmadas – e aqui

¹⁶ Somos levados a crer que os outros discursos existem, já que Nuno Bragança dedicou-se durante anos à reestruturação de *Directa* e provavelmente redigiu o discurso de Roberto, de Cecílio e de Henrique. Aníbal, a quem coube redigir a ata, não discursou. Só um trabalho minucioso de investigação, no qual seja possível acessar o espólio do escritor, pode confirmar essa suposição. O que temos, por ora, porque foi publicado, é “O Discurso de Leonardo”.

não se deve perder de vista de que esse discurso é dito numa reunião política de militantes de esquerda que atuam na clandestinidade – parece-nos uma metáfora para a aplicação do materialismo histórico na análise da atual conjuntura política. Mas na medida em que esta atual conjuntura é um desdobramento de eventos pregressos, não se pode perceber o que se passa hoje sem levar em conta o que se passou ontem. Assim, Leonardo resolve recuar até 1820, “fase da luta de classes em que o absolutismo bateu bota – abrindo as portas da dominação a uma das mais chochas burguesias que a dialética jamais cagou no mundo”.

Parece-nos devidamente justificado o recorte temporal. Numa reunião de teor conspiratório cujo objetivo final é a revolução – pois não há, como diz Leonardo, “solução possível sem revolução” – faz sentido que se evoque o momento decisivo da trajetória de ascensão política da classe contra a qual se está a lutar. Nesse sentido, o discurso da personagem traz à lembrança as primeiras páginas do *Manifesto do Partido Comunista*, em que Marx e Engels fazem a reconstituição, desde o princípio, do estabelecimento da dominação burguesa a partir do declínio da sociedade feudal. É nesta fonte que Leonardo vai buscar os princípios teóricos que norteiam seu discurso.

Em 1820 (que daqui parto): a classe burguesa é (historicamente) a vanguarda progressiva de um Portugal peado: vigentes as instituições do absolutismo. Este tem que ir ao ar, aulraite (a revolução industrial inglesa contamina): mas: uma série de sucessos deploráveis vai dar numa medonha (Bragança, 1975a: 16).

Nota-se o caráter necessário das transformações em curso, impulsionadas pelo “vintismo”. O absolutismo “tem que ir ao ar”, segundo Leonardo. Trata-se de uma consequência inevitável, lógica, das contradições, tal como ensina o método dialético. E, de fato, o processo que se inicia com o “vintismo” vai dar no fim do absolutismo – o estabelecimento de um regime constitucional e a implantação de medidas econômicas de caráter liberal tão ansiadas pela burguesia lusa. Porém, apesar de ter aberto portas para vitórias posteriores, é fato que o regime liberal implantado em 1820 foi derrotado em 1823, e é a este ponto do “Discurso” que vamos nos ater, já que ele nos basta para perceber aonde a personagem quer chegar com esse voo ao passado nacional. Nesta passagem fica claro qual foi, segundo Leonardo, o erro cometido pelos “vintistas” e o motivo pelo qual fracassou a primeira experiência liberal portuguesa:

O vintistas desanalisaram. Caso não, teriam pelo menos pressentido o que (acho) entrava pelos olhos: não se pula do absolutismo ao parlamentarismo com o mero impulso de uns

dribles de Assembleia, em total separação de tudo o que não seja a – de então – rectarazão. Resumo-me: a ala esquerda, para o ser, era só isto de possível: criar meios de progressivo apoio na interpelação-responsabilização das massas. Que tal faltou, perdeu (Bragança, 1975a: 17).

O povo não estava com os liberais. Mas talvez o mais correto seja dizer que os liberais não estavam com o povo¹⁷. Apartada, ou mesmo marginalizada, do processo político, a “ralé” – 70% da população total do país no início do século XIX (Serrão, 1973: 127, 128) – acabou engrossando as fileiras do movimento contrarrevolucionário, capitaneado justamente pelos seus senhores. Assim, se adotarmos uma perspectiva algo teleológica, podemos afirmar que o povo caminhava na contramão da história. Mas Leonardo não o culpa pelo insucesso imediato da monarquia constitucional. Sua responsabilidade seria a mesma “que cabe a um inocente a quem um atrevido imponha sodomização” (Bragança, 1975a: 16). Se descambou para os lados absolutistas, é por culpa das lideranças revolucionárias, cuja intenção não era libertar o povo, mas transformar a monarquia portuguesa e promover reformas liberalizantes que só atendiam aos interesses específicos da burguesia.

Em 1966, Nuno Bragança publicou em *O Tempo e o Modo* um longo artigo intitulado “Revolução e Contra-Revolução em 1820”, onde descreve os pormenores desse período agitado da história portuguesa e aplica um método de análise política de um economista norte-americano a fim de apontar desfechos possíveis para a crise a partir da manipulação das variáveis em jogo¹⁸. Importa dizer que nesse artigo Nuno Bragança antecipa certas ideias que, anos mais tarde, serão explicitadas no “Discurso”. Uma delas tem a ver com o fato do “vintismo”, diferentemente do que ocorreu na Revolução Francesa, não possuir bases populares, o que acabou sendo crucial para a derrocada do movimento em 1823 (a contrarrevolução) e para a ascensão do miguelismo.

¹⁷ É o que diz Rui Ramos na sua *História de Portugal*: “A ‘democracia’ de 1820 não assentava no ‘baixo povo’, mas em ‘cidadãos’, e os ‘cidadãos’ eram necessariamente ‘pessoas limpas’, instruídas e com recursos necessários para levar uma vida independente, isenta das indignidades e sujeições inerentes à pobreza. Isso mesmo ficou expresso, quer na instituição da Guarda Nacional, à qual só se admitiu ‘certa classe de cidadãos’, ‘probos e estabelecidos’ (o que se obteve pela condição de os cidadãos terem de se fardar e armar à sua custa), quer no projecto, inscrito na Constituição (artigo 33), de reservar o direito de voto aos que soubessem ler e escrever. Nas eleições municipais de Lisboa de Outubro de 1822, não votaram mais do que 3573 pessoas numa cidade com cerca de 200 000 habitantes” (2015: 465).

¹⁸ Esse método, ou fórmula, Nuno Bragança toma de empréstimo do economista norte-americano Albert O. Hirschman, na época professor da Universidade de Columbia. O livro onde está exposto o método chama-se *Journeys Toward Progress*, publicado em 1963.

Nesse artigo, Nuno Bragança especula o que poderia ter acontecido caso o “vintismo”, em vez de monarquista constitucional, tivesse sido um movimento propriamente republicano. Ele diz: “[...] a história nos mostra como o povo, uma vez que lhe é proposto o ideal republicano como uma possibilidade, vira as costas às solicitações absolutistas [...]” (1966: 252). E, um pouco mais adiante, completa:

[...] estamos certos de que a acção, junto do povo, dum partido republicano sério, por lentos que fossem os seus progressos, bastaria para, também progressivamente, enfraquecer as solicitações de apoio popular por parte do absolutismo, e abrir gradualmente a porta à consequência lógica da noção de soberania nacional, que é a instauração da República (252, 253).

Isso nos faz lembrar do que diz Sampaio Bruno sobre o povo em *Os Modernos Publicistas Portugueses*: “O povo existe. O que é preciso é educá-lo. Porém, aqui urge não nos iludir com o lema, porque a educação dum povo faz-se conferindo os direitos públicos a esse mesmo povo. Ele aprende usando, e só assim” (apud Serrão, 1973: 123).

Mas esse debruçar-se de Nuno Bragança sobre a história nacional, seja em artigos de cunho teórico, seja na ficção, era motivado pela necessidade de compreender o presente (como, aliás, já foi dito anteriormente). Isto posto, importa-nos verificar de que forma é feita a leitura do presente e quais os efeitos desse movimento presente-passado na tentativa de gnose pátria expressa em “O Discurso de Leonardo”.

3. “O Discurso de Leonardo” e o conhecimento do presente

Lembremos: esse texto foi escrito provavelmente no início dos anos 70, portanto antes do 25 de Abril e ainda na vigência do Estado Novo¹⁹, mas sua publicação n’*O Jornal* data de agosto de 1975, auge do chamado “verão quente”, período de crescente tensão envolvendo as maiores forças políticas do país que quase culminou em guerra civil, com ameaças de golpe de lado a lado do espectro político²⁰.

¹⁹ Isso, aliás, está dito expressamente na “Nota do Autor para o Leitor” de *Directa* (206).

²⁰ “O PCP falava do perigo de um ‘golpe fascista’, como no Chile em 1973, embora não se vissem generais capazes de o levar a cabo; o PS, de um ‘golpe comunista’, como na Checoslováquia em 1948, embora o exército soviético estivesse longe” (Ramos, 2015: 743).

“O Discurso” é precedido por um pequeno texto redigido pelo próprio autor em que este justifica a publicação do excerto nesta data específica: considera-o “um contributo para uma leitura em profundidade dos actuais acontecimentos políticos em curso de crise” (Bragança, 1975a: 16, 17). Assim, os acontecimentos do presente (1975) de alguma forma solicitam um recuo ao passado (1820). A compreensão do presente revolucionário requer a compreensão da revolução havida. Pelo discurso da personagem surgem “recordações oportunas em 1975”, diz Nuno Bragança na nota que antecede *Directa*; e isso “nada tem de extraordinário” (206).

Assim, temos diante de nós dois períodos delimitados da história portuguesa – dois momentos decisivos da história da luta de classes, para usar a terminologia marxista – e a seguinte advertência: “Quem aprendeu a importância que o passado tem nos actos colectivos deve aferir as suas decisões por bitolas que tenham também esse passado em conta” (1975a: 16, 17). Havia, em agosto de 1975, a iminência de um retrocesso no processo revolucionário, tal como houve no “vintismo”²¹. Mais do que isso, havia claros sinais de que a disputa pelo poder poderia acabar em derramamento de sangue – e era sobretudo esta a preocupação de Nuno Bragança. Era preciso, antes de mais nada, evitar a guerra civil. Por isso, observar atentamente a movimentação das peças em jogo no tabuleiro de 1820 parecia-lhe essencial para prevenir que a escalada de violência verificada em 1975 levasse a uma guerra declarada entre grupos políticos.

Já em 1975 havia indícios de que o processo revolucionário caminhava para o fracasso, ao menos em relação às esperanças alimentadas pela esquerda desde o 25 de Abril. O que quatro anos após a Revolução dos Cravos Eduardo Lourenço considerava a “falência” de uma revolução tida por muitos como “quase exemplar”, com uma “inflexão do projecto inicial do PS num sentido cada vez mais conservador” e a consequente “deterioração das perspectivas socialistas” (1978: 5), já podia ser farejado em 1975, e a publicação do “Discurso”, acompanhado da já mencionada advertência inicial, parece-nos uma prova de que Nuno Bragança estava preocupado com os rumos da revolução.

O fator povo, decisivo em 1820, ressurgiu 155 anos depois. Se, como diz Leonardo, os “vintistas desanalisaram”, pois não criaram “meios de progressivo apoio na

²¹ Em agosto de 1975, Francisco Sá Carneiro, líder do PPD, partido que saíra das eleições daquele ano como a segunda força política do país, disse a respeito do “verão quente” que havia em Portugal um “movimento popular que não só é anticomunista como aparece contra o MFA e tudo quanto ele assumiu de então para cá: mando militar, socialismo revolucionário marxista [...] e descolonização angolana” (apud Ramos, 2015: 742).

interpelação-responsabilização das massas” (1975a: 17), não se pode, igualmente, imaginar um salto de uma ditadura de direita para o socialismo sem um esforço semelhante de consciencialização e responsabilização das camadas populares. Tarefa, digamos, inglória, haja vista a “triste realidade” de um país que, às portas de Abril, contava com altas taxas de analfabetismo (em torno de 40%) e uma população “indiferente politicamente ou a favor de um sistema que, antes da guerra colonial, sempre soubera sair-se bem das mais perigosas situações” (Lourenço, 1978: 3).

A ausência do povo enquanto agente político é o principal problema que une os dois períodos revolucionários. Se o povo era “inexistente (enquanto força social ativa)”, apesar dos ventos soprados pela Patuleia (Serrão, 1973: 146, 147)²², em 1974, ao menos a princípio, ele assiste à revolução militar como um “‘milagre’ em que se misturam estupefacção e medo” (Lourenço, 1978: 3). O “brinde”, como o chamou Nuno Bragança (1977: 104), veio depois, e até hoje é lembrado pelas imagens das multidões nas ruas empunhando cravos vermelhos no 1 de maio daquele ano. Porém, tal “brinde” – ou “adesão popular” – não foi aproveitado da melhor forma pelos grupos que lideravam o processo revolucionário. Afinal, a construção de uma via socialista capaz de conjugar igualdade social e exercício pleno de liberdades democráticas, sem jamais perder de vista a realidade portuguesa, dependeria necessariamente da união dos esforços da totalidade dos cidadãos. Escolher rumos, decidir o destino da *polis*: tarefa exclusiva do povo português – “que a ele seja facultado o parto”, escreveu Nuno Bragança no prefácio que acompanha “O Discurso”.

Mas tal “processo imaginativo”, de carácter eminentemente popular, foi abafado, segundo Nuno Bragança, por “pessoas que não estavam dispostas a inventar o seu caminho mas apenas a aplicar receitas” (1977: 104). Ou como advertiu Vitorino Magalhães Godinho no calor da hora: “Não façamos como o alfaiate que quer lançar um novo corte – e acaba por ir a uma loja comprar um pronto a vestir...” (1976: 52).

Assim, a história ensina como uma revolução pode fracassar, apesar das oportunidades que essa mesma história proporciona. Leonardo encerra a primeira parte de seu discurso dizendo aos seus companheiros que não era a sua intenção desanimá-los e que, ao final, mostraria “o quanto (ó quanto) se entreabriu e mesmo abriu a porta dando

²² Sobre a Patuleia, Serrão afirma que “nunca o País estivera tão próximo de uma efectiva intervenção de certos estratos populares da governação pública” (1973: 146).

entrada à liderança revolucionária: por várias vezes”; porém, ele conclui: “tão em vão: como mulher oferta a homem que o não sabe ser. Santa Maria da Fonte” (1975a: 17)²³.

Passamos longe de abranger neste breve comentário todos os pormenores do “Discurso de Leonardo”, e está fora dos nossos propósitos fazê-lo. Importa mostrar o que está por trás dessa pesquisa histórica levada a cabo neste e noutros textos de Nuno Bragança e seus efeitos em termos de autognose pátria. Há um propósito nisso tudo – e este propósito é, em última análise, o autoconhecimento, ao qual se chega por alguns procedimentos: 1 – a identificação de desafios que, ainda que em termos novos, se repetem de tempos em tempos; 2 – a utilização de eventos passados como exemplos ou ensinamentos para o presente; 3 – a explicitação de condicionalismos históricos dos fenômenos do presente; 4 – a tentativa de definir um certo comportamento coletivo, ou o que Nuno Bragança chama de “estilo”, determinada maneira de um povo lidar com os problemas que lhe surgem no decurso da história.

[...] por maior que seja a dificuldade no estudo dos acontecimentos históricos, debruçarmo-nos sobre a História do País de que fazemos parte é uma ginástica de base. Fazendo-a, entreveremos muito do que nos sucede porque a ele sucede. Fazendo-a bem, não só evitaremos a ilusão de possuir uma doutrina-chave como teremos aprendido a identificar o *estilo típico dum povo* e, portanto, a prever a forma provável que nele tomará a evolução humana no momento de amanhã (Bragança, 1966: 254, itálico nosso).

Verifica-se, em relação a este último aspecto, uma tentativa quase antropológica (talvez não tanto pelos seus métodos, mas por sua finalidade) de definir algo muito semelhante ao que Jorge Dias chama de “personalidade-base” de um povo: um “conteúdo espiritual” ou “fundo temperamental” que se mantém, não obstante a heterogeneidade sincrônica e diacrônica de uma determinada cultura. Dias afirma que só essa “personalidade-base” permite “compreender a evolução cultural do povo, porque só esse conteúdo espiritual pode ter caráter de permanência através das transformações morfológicas e ideológicas que se vão sucedendo no tempo” (1986: 6, 7). O próprio

²³ Talvez a referência à revolta da Maria da Fonte (1846), seguida da guerra civil da Patuleia, tenha o objetivo de chamar a atenção para a capacidade sublevadora do povo português. Em linhas gerais, o levante popular de 1846 ocorreu devido a um descontentamento da grei em relação aos altos impostos e às ingerências do governo nas suas tradições religiosas. A inércia popular, quebrada por uma “explosão”, ocorreu num contexto político e económico em que o “liberalismo, enxertado artificialmente num país analfabeto e atrasadíssimo, quase sem indústria e sem comércio e de agricultura rudimentar e rotineira, não conseguia vingar senão na sua forma bastarda de favorecer a classe nova a que ele dera origem: os ‘barões’ da alta burguesia, que, apoderando-se do Poder em seu proveito, só queriam fazer esquecer a humildade da origem da maior parte deles” (Dória, 1979: 182).

etnólogo reconhece a dificuldade de se estabelecerem os elementos fundamentais de uma cultura, em especial a portuguesa, e não há dúvida de que Nuno Bragança, a certa altura da redação de *Directa*, viu-se diante de um problema parecido: o de estabelecer permanências onde geralmente só se vê o diverso.

4. O início do “mergulho”: o Cais das Colunas

O “mergulho” começa às 7h15, no momento em que Aníbal desce do carro e caminha até os degraus do Cais das Colunas, a entrada nobre de Lisboa. Em *A Noite e o Riso*, na noite em que se narram as comemorações do oitavo centenário da tomada da cidade pelos cristãos, o protagonista também vai ao Cais das Colunas até quase molhar os pés na água. Tomado por uma súbita consciência do horror por trás daqueles festejos, sente-se só e, ao olhar um pacote descendo o Tejo, tem vontade de partir (87).

Mas desta vez Aníbal vai ao Cais para matar tempo, pois chegara com certa antecedência ao encontro com Henrique. O assunto a tratar é tão sigiloso que nem ele sabe qual é. Recebera um telefonema do Roberto de madrugada: um amigo do Henrique “estava muito à rasca” por causa de uma noite ruim à mesa de pôquer. Tudo falado em códigos. Era preciso encontrar o Henrique na Estação Ferroviária do Sul e Sueste às 7h30. Faltam 15 minutos. Resta-lhe esperar.

Aníbal põe-se a ler as inscrições no Cais das Colunas. Lê primeiro a da direita, onde se diz que ali embarcou, em 1938, o chefe de Estado em sua primeira viagem às colônias de São Tomé e Príncipe e Angola; embaixo, uma frase do general Carmona em que este proclama a “unidade indestrutível e eterna de Portugal de aquém e além mar” (222). Na coluna da esquerda, Aníbal lê que dali partiu o chefe de Estado, no ano seguinte, em sua segunda viagem às terras do Império, desta vez Cabo Verde, Moçambique e Angola; logo abaixo, uma frase de Salazar em que afirma ser a viagem uma “manifestação do mesmo espírito que pôs de pé o Acto Colonial” (223).

Mas entre a leitura das inscrições da primeira e da segunda colunas, o narrador chama a atenção do leitor para algo que se passa ali no rio: dois pescadores fazem pesca de arrasto, “intensamente concentrados nas suas tarefas e no objetivo imediato delas” (222). No fim, antes de virar as costas para o rio, Aníbal vê “várias pessoas de roupa

arregaçada” escavando o lodo da margem do Tejo em busca de minhocas que “metiam em latas ferrugentas” para abastecer de iscas os pescadores (223).

Não é por acaso que a transcrição dos textos gravados nas colunas e as descrições das duas cenas (que, aliás, parecem ter sido pinçadas de um romance ou filme neorrealista) são dispostas em ordem alternada, estabelecendo-se um paralelo, que nos parece evidente, entre o conteúdo dos textos e as cenas da faina fluvial. Vemos aí um contraste, uma dicotomia entre dois elementos que de certo modo irá permear o romance como um todo. De um lado, um projeto secular de nação, baseado na imagem de um Portugal grande, seguro de seu destino imperial; de outro, o Portugal real, das emigrações em massa, do analfabetismo secular, da elevadíssima taxa de mortalidade infantil (a mais alta da Europa no início dos anos 70) e dos baixos salários (Rosas, 1994: 498). A insistência no projeto imperial, iniciado no século XV, levava o país, a partir de 1961, a entrar num dos períodos mais dramáticos de sua história.

Mais adiante veremos de que modo *Directa* promove uma leitura do passado imperial português, recuando até o momento da história em que se esboça algo que se pode chamar de projeto colonizador. Importante lembrar que esse recuo aos primórdios do Império já fora anunciado na “Nota do Autor para o Leitor”, quando Nuno Bragança cita Aljubarrota e Ceuta, dois marcos da gênese de um novo Portugal. A ida de Aníbal ao Cais das Colunas e a leitura integral das inscrições ali gravadas podem ser interpretadas como o início do “mergulho” (a metáfora é de João de Melo).

Mas todo mergulho é assim: antes de se atingirem níveis abissais, é preciso descer os primeiros metros²⁴. E partindo da superfície-presente, nessa descida gradual em direção às profundezas do Império de 500 anos, chega-se primeiro ao Acto Colonial de 1930, marco do que Fernando Rosas chama de “renascer do Império” (1994: 283).

O decreto promovido por Salazar, então ministro das Colônias, reforça e amplia os princípios da “política imperial” integracionista, centralizadora e nacionalista que já vinha sendo adotada desde 1926 e depois integrará a Constituição de 1933.

Resumidamente, esta lei-padrão da colonização portuguesa até aos anos 50 vem proclamar para o País uma “função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos”, afirmando como sua “ideia basilar” que “o Estado não aliena,

²⁴ Já que estamos a falar de mergulho, ainda que no sentido figurado, vale a pena mencionar um dado muito interessante da biografia do autor: Nuno Bragança era mergulhador, pioneiro da caça submarina em Portugal e participou da fundação do Centro Português de Actividades Subaquáticas (CPAS).

por qualquer título, nenhuma parcela do seu território colonial. Os outros Estados não podem adquirir nenhuma porção dele, salvo para estabelecimento da representação consular, mediante reciprocidade” [...] (Rosas, 1994: 284).

A revisão constitucional de 1951, apesar de promover mudanças, não altera na “essência” a política imperial portuguesa e define o tipo de relação que a metrópole terá com suas colônias, agora chamadas “províncias ultramarinas”, até o fim do Estado Novo. Apesar das modificações na política colonial, que se deram sobretudo na área econômica, importa-nos fixar que a ideia de uma “totalidade portuguesa” mantém-se em 1951, inclusive com a adoção de políticas de fomento ao estabelecimento de colonos em território africano ao longo das décadas de 50 e 60 (Rosas, 1994: 486, 487)²⁵.

Este é o Império que chega à metade do século XX, período em que se passa a história narrada em *Directa*. A luta contra o salazarismo é, acima de tudo, a luta contra esse Império redivivo, cuja manutenção é, em vários sentidos, perniciosa para a população portuguesa e das colônias, a começar pelas perdas humanas de lado a lado nas guerras travadas em África. Adiante olharemos com mais atenção para a forma como vai se desenhando esse olhar retrospectivo para a trajetória imperial portuguesa ao longo do romance. Por ora basta dizer que a ideia de Império ocupa um lugar central na autognose pátria de Nuno Bragança – mesmo porque seria inviável qualquer projeto de gnose portuguesa que não olhasse detidamente para o seu passado imperial.

5. Memórias de um passado recente

A forma como alguns episódios históricos são recuperados em *Directa* não obedece necessariamente a uma ordem cronológica. Cenas e eventos pregressos irrompem, em grande parte das vezes, devido a sugestões do espaço citadino, como, aliás, já alertou Bruno Henriques (2009: 64). Praças, ruas, monumentos, tascas sugerem lembranças, *flashes* – imagens que se produzem com certa frequência na cabeça do

²⁵ Diz Rosas que “o Acto Colonial [...], bem como a revisão desta matéria constitucional no ano de 1951, criaram, primeiro, e mantiveram inalterável, depois – ainda que com terminologia diversa –, o carácter unitário dos vários territórios que compunham a ‘nação pluricontinental’. Os anos 50, por virtude das pressões políticas externas, alteraram a sua exterioridade ‘imperial’, sem lhe mudar a essência. Pelo contrário, com eles ia iniciar-se uma nova fase da política colonial do regime, marcada por várias medidas inovadoras tanto institucional como economicamente. Esse esforço integracionista conformaria um reforço drástico e sem precedentes da viagem para África, começado ainda antes do desencadear das guerras coloniais a partir de 1961” (1994: 486).

protagonista à medida que avança pela cidade. Assim, pelo ritmo dessa fabricação de memórias, o leitor vai sendo conduzido a uma revisitação do passado português.

Logo que Aníbal se afasta do Tejo, após visitar o Cais das Colunas, olha para a Praça do Comércio, onde no dia 1 de maio de 1962 uma manifestação de trabalhadores foi brutalmente reprimida por policiais. Sempre que Aníbal passava por ali e olhava para o espaço amplo da Praça “daquele ângulo” lembrava-se desse episódio do qual foi testemunha ocular (223). Um “ângulo” determinado é o responsável por reavivar uma memória específica, facilitada pelo enquadramento produzido pelos “edifícios pombalinos, governamentais” e o Castelo de São Jorge “a pairar” por cima de tudo – todos esses elementos convergem e preparam a irrupção de um *flashback*: dia 1 maio de 1962, quando “o homem vira (de repente) o sol de fim-de-tarde faiscar nos capacetes de aço da Polícia de Choque, saltando de vários camiões” e um trabalhador grisalho a gritar para a multidão: “Mas tanta gente a correr para quêêê?”. Inegavelmente há algo de cinematográfico em algumas passagens de *Directa*, e esta sem dúvida é uma delas²⁶.

Assim, por meio de impulsos mnemônicos, ativados pelo espaço físico da cidade, o protagonista revive todos os lances daquele 1 de maio de 1962 em Lisboa, reconstruídos narrativamente por meio de um recuo no tempo – um processo de representação conhecido como analepse. Lembremos que 1962 é o ano da crise académica, cujo estopim foi a proibição governamental das comemorações do Dia do Estudante, que deveriam ocorrer em 24 de março. “O certo é que a reação a essa proibição dará início à mais profunda crise académica durante o Estado Novo e marcará o divórcio irreversível entre a Universidade portuguesa e o regime salazarista” (Ferreira JM, 1999: 521). A agitação em favor da autonomia universitária – além de outras reivindicações educacionais²⁷ – uniu estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra e durou de abril a junho daquele ano. Por representar uma ameaça ao regime, foi duramente reprimida. Além da violência policial nas ruas e nos espaços universitários, dezenas de estudantes foram expulsos de suas

²⁶ Nota biográfica: Nuno Bragança era apaixonado por cinema, escrevia críticas cinematográficas (boa parte delas publicada em *O Tempo e o Modo*) e, entre 1956 e 1959, dirigiu o cineclube Centro Cultural de Cinema, do qual é cofundador. Além disso, fez um documentário com Fernando Lopes, intitulado *Nacionalidade: Português* (1972), e é de sua autoria o argumento e os diálogos de *Verdes Anos* (1963), clássico do cinema português dirigido por Paulo Rocha.

²⁷ Dias antes da proibição das atividades do Dia do Estudante, o governo já havia proibido o I Encontro Nacional de Estudantes, que, apesar do veto, foi realizado na cidade de Coimbra. A pauta: “o problema do acesso à universidade”. Ao final, produziu-se um comunicado em que se estabeleciam três diretrizes: a “democratização do ensino”, a “supressão de uma discriminação económica injusta” e a “extensão do ensino universitário a todos os estudantes portugueses, independentemente de considerações de ordem política, religiosa, rática ou de qualquer outra espécie” (Ferreira JM, 1999: 521).

escolas e professores demitidos compulsoriamente²⁸, numa clara demonstração por parte do governo de que estava “disposto a tratar a dissidência universitária com mão de ferro” (Ferreira JM, 1999: 521)²⁹.

A crise estudantil de 1962 surge em *Directa* não pela sugestão do espaço, mas na boca de Manuel, o artista plástico a quem Aníbal recorre para falsificar um passaporte. Era o primeiro passo da missão que só seria concluída na madrugada seguinte: levar um militante acochado pela PIDE até a fronteira com a Espanha. A evocação das agitações estudantis ocorre em meio a um diálogo entre Aníbal e Manuel sobre a viabilidade de uma revolução socialista em Portugal. O diálogo fora motivado pelo fato de Olga (que se presume ser a companheira de Manuel) ter sido impedida de presenciar a reunião devido ao seu altíssimo grau de confidencialidade. Olga – “*Castro* passada a redondilha maior e em tom *Mouraria*”, segundo Manuel – era a única pessoa presente que pertencia à “classe eleita” e fora enviada às compras justamente para que os dois pudessem “tratar da revolução que só a classe eleita vai fazer” (237).

Manuel então relembra que eram “Santos Populares e tinha havido grandes cenas universitárias”, “porradarias públicas”, numa agitação desencadeada por duas descobertas simultâneas: “os estudantes tinham descoberto que eram estudantes” (238) e o Partido, no caso o PCP, tinha descoberto o “Trabalhador Revoltável” (239). O artista, então, prossegue:

Estes dois descobrimentos tinham provocado um clima por assim dizer manuelino, com reacções diferentes consoante o reagente. Eu, no meu meozito, apanhava muita gaimira a dizer “Agora é que é!”, sabes como é? eu dizia “Agora é que é o quê?” e eles respondiam “Tu não topas rasas porque és um artista e está tudo dito e de resto olha até já há Ministros e Banqueiros com quarto de hotel reservado em Madrid”. Rapaziada dos entusiasmos, sabes? Como se não tivesse havido dinheiro suíçado em tanta ocasião ligeira, até quando foi do *Santa Maria*. Mas eu era um artista, e para os analistas da acção era o “Agora é que é” (239).

Embora tenha aceitado a incumbência de fazer o passaporte, Manuel mostra-se cético em relação a uma suposta perspectiva revolucionária. Ao recordar o ano de 1962,

²⁸ Vitorino Magalhães Godinho, que lecionava no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, foi um dos professores demitidos (Ferreira JM, 1999: 521).

²⁹ Prova disso é o decreto nº 44.357, publicado em 21/05/62, que determinava que o Ministro da Educação poderia sempre “ordenar procedimento disciplinar contra alunos das escolas dependentes do Ministério, nomear livremente os instrutores e aplicar, mediante parecer do Conselho Permanente da Acção Educativa, qualquer das penas previstas pela legislação respectiva” (apud Ferreira JM, 1999: 521).

admite a importância e a gravidade do momento: “A cidade vivia Os Grandes Espantos” (239). Mas não fazia coro com as pessoas do “meiozito” que liam os eventos em curso como a crise final que culminaria na revolução. Ora, após décadas de calmaria, pensavam, o regime finalmente havia sido posto contra a parede, e desta vez as forças oposicionistas pareciam prontas para aplicar-lhe o golpe fatal.

Todas essas previsões, porém, haviam saído do “meiozito” – lê-se: a parte da classe média urbana, politizada, constituída principalmente por estudantes, intelectuais, artistas, professores. Mas há as tascas de Alfama – “Entretanto, o povo...”, escreve Joel Serrão (1973: 123). Para Manuel, as tascas de Alfama eram o termômetro de que a revolução ainda passava longe do horizonte português. A “classe eleita” ou não estava ao lado dos estudantes ou estava alheia ao que se passava. Ou não passava de pura ficção³⁰.

Nos momentos finais da crise estudantil, na altura dos Santos Populares de 1962, chega a Manuel a notícia de que estudantes estão a preparar um comício em Alfama. Decide percorrer as tascas, “que são sempre os bastidores de qualquer teatralada neste género de bairro” (240). O que encontra são pessoas que não veem com bons olhos a agitação contestatária: “Se Alfama é Coimbra então a Corvinha vai ser o Quebra-Cornos”, diz um homem após esvaziar o copo. “Só faltava virem agora os estudantes a cagar políticas. Eu só pergunto o que é que vocês estão à espera para amandar com eles ao rio”, diz uma mulher a dois policiais³¹. Em sua “pesquisa” informal pelas tascas e vielas de Alfama, Manuel constata que não há identificação popular com o movimento dos estudantes. “O amigo Manuel há-de desculpar”, diz um velho, seu amigo: “se eles [estudantes] estão fartos é talvez da fartura, caso contrário não andavam ainda por aí ao rabisco”. E sobre a greve de fome praticada por alguns estudantes em Lisboa³², o amigo afirma que “não há prisões que cheguem para meter todos os grevistas que há em Portugal. Se passar fome é greve, como o amigo diz” (241).

³⁰ Magalhães Godinho, analisando o Portugal que chegou ao 25 de Abril, diz o seguinte: “O carácter recente da incrustação dos focos industriais não permitiu formar um operariado com mentalidade moderna, as suas reacções permanecem muito as características de sociedades tradicionais. A tecnocracia desenvolvimentista não conseguiu peso político para alterar a fundo a estrutura arcaizante” (1976: 53).

³¹ No texto, está escrito assim: “[...] ouvi uma febra dizer a dois cemilhas [...]”. “Febra”, na linguagem informal, é mulher. Não conseguimos encontrar o significado de “cemilhas”, provavelmente uma palavra pertencente à gíria ou calão da época. Pelo contexto, deduzimos que “cemilha” é policial.

³² Entre os dias 9 e 11 de maio de 1962, estudantes fizeram greve de fome na Cantina Universitária da Universidade de Lisboa. Segundo Ferreira, um despacho ministerial de 29 de junho desse ano decretou a expulsão de 21 estudantes de suas respectivas escolas (1999: 521).

A conclusão a que Manuel chega, após a experiência de 62, é a de que não existem condições reais para a superação da sociedade burguesa em Portugal. E isso porque o proletariado, a única classe que “pode acabar com a alienação humana” e “libertar a sociedade e o homem” (Lefebvre, 1975: 64), não está disposto a agir. No fundo Aníbal também tem consciência disso (como ficará mais claro no decorrer da história), e é justamente essa consciência, ou a percepção da fragilidade do projeto revolucionário português, a razão de um dos principais conflitos vividos pela personagem.

Recuando um pouco mais na história, nota-se que o ano de 1962 foi precedido por eventos políticos importantes. E *Directa* promove uma espécie de mapeamento dos momentos cruciais desse período da trajetória do Estado Novo marcado por uma enorme – e inédita – agitação oposicionista. Agora há pouco transcrevemos um trecho de uma fala de Manuel em que este menciona o Santa Maria, numa referência ao assalto ao navio português ocorrido na madrugada do dia 22 de janeiro de 1961. A tomada do Santa Maria foi executada por exilados portugueses e espanhóis do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), liderados pelo capitão Henrique Galvão, integrante do Movimento Nacional Independente do Gal. Humberto Delgado. Embora fracassada e com repercussão limitada na imprensa portuguesa devido à censura, a operação conseguiu chamar a atenção da opinião pública internacional para a luta contra o Estado Novo e significou “um golpe importante no prestígio do regime” (Raby, 1999: 396). Na passagem de 1961 para 1962, houve uma tentativa de golpe civil-militar através do assalto frustrado ao Regimento de Infantaria Nº 3, na cidade de Beja, no Alentejo. E não nos esqueçamos de que, no âmbito da política externa, o ano de 1961 ficou marcado pela insurreição no Noroeste de Angola, que deu início à luta armada no Ultramar. A “Abrilada” – tentativa falhada de *putsch* liderado pelo general Botelho Moniz – foi motivada sobretudo pelo problema colonial aberto em África a partir da sublevação angolana³³. Como sabemos, em 1963 foi a vez da Guiné. Em 1964, Moçambique. Eram os “ventos da mudança” que sopravam contra o Império, ameaçando derrubá-lo.

³³ Para o general Moniz, não havia outra solução para o problema africano que não fosse a transição pacífica, o que vai de encontro à solução militar defendida por Santos Costa (Faria, 1999: 104).

6. Humberto Delgado: o país “em suspenso”

De fato, o dealbar dos 60 não foi nada bom para o Estado Novo. Mas a verdade é que a crise começara antes, nomeadamente nas eleições presidenciais de 1958, quando Humberto Delgado, adversário do candidato de Salazar, o almirante Américo Tomás, conseguiu aglutinar as forças de oposição em torno de sua candidatura³⁴ e arrastar multidões às ruas em seu apoio³⁵. Com a famosa frase “Obviamente, demito-o!”, proferida na ocasião do lançamento de sua candidatura, em 10 de maio de 1958, Delgado colocou-se como a principal voz da oposição, mostrando estar disposto a liquidar de vez com o salazarismo assim que assumisse a presidência (Rosas, 1994: 527). Apoio para isso não lhe faltava – ao menos era o que se via nas ruas das principais cidades do país. O “terramoto delgadista” (523) fazia-se sentir em todos os cantos, e um dos momentos mais tensos de toda a campanha foi a chegada do general e sua comitiva a Lisboa, no dia 16 de maio de 1958, após uma passagem apoteótica pelo Porto.

Recuemos um pouco na directa de Aníbal, mais especificamente ao encontro com Henrique, quando este revela as aflições de Júlio e a urgência de enviá-lo ao estrangeiro. A conversa dá-se no carro em movimento. Aníbal expõe suas recordações do 1 de maio de 1962. “Desde Cinquenta e Oito que não se respirava assim”, lembra-se Henrique (227). Pouco tempo depois, passam em frente à estação de Santa Apolónia, e Aníbal se lembra da chegada de Delgado a Lisboa em 1958. Mais uma vez, o espaço é o gatilho da lembrança:

Como sempre e sempre, a memória do homem repovoava aquele largo de multidão encapelada e cavalaria da Guarda Nacional Republicana. Os capacetes e os sabres oscilavam ao ritmo dos cavalos, os vultos todos faziam o vaivém de algas num fundo de mar mexido e contramexido pelo alternar de onda e ressaca. Sentia-se a energia humana comprimida como o vapor duma locomotiva no momento de partir o expresso. No ponto central dessa tensão, um Alto Pide adiantava-se e agarrava Humberto Delgado por um braço. O Pide agarrando o Candidato Independente com mão que não larga fácil, e dizendo: “Meu General”. O Delgado hesita. E a imaginação do homem congela (logo) toda a acção nesse instante preciso em que o General, agarrado por um braço, hesita. Era a hesitação de todo o tipo dado a lutas e a quem outro tipo agarra por um braço e diz: “Faça o favor de entrar imediatamente neste carro”. O General pensa: “*Entro ou não*

³⁴ Até o PCP aderiu a Delgado, no inesperado Pacto de Cacilhas, firmado às vésperas do final da campanha presidencial (Rosas, 1994: 526).

³⁵ “Delgado tornou-se o polo de todo o descontentamento, dando-lhe uma presença nas ruas como não tinha tido antes nem voltaria a ter depois” (Ramos, 2015: 677).

entro? Vou-lhe à fuça?”. Um país inteiro está suspenso nessa hesitação, e ninguém sabe (230).

Foi grande a repressão à campanha delgadista, com intimidações, censura à imprensa, proibição de comícios, assaltos às sedes da campanha, além do uso ostensivo da força policial contra os apoiadores do candidato independente (Rosas, 1994 528). No dia 16 de maio de 1958, o carro que levava Delgado, no momento em que passava em frente à estação de Santa Apolónia, foi parado pela GNR. É neste “instante preciso” que “a imaginação do homem congela”, como num filme cujo realizador escolhe cessar temporariamente a ação a fim de criar suspense. Trata-se do ponto alto do conflito, cujo desenlace, que está prestes a acontecer, determinará todo o resto. Basta que a ação prossiga mais alguns segundos, além daquele instante de hesitação.

Era a hora de ir “à fuça” do regime, segundo Aníbal; ou, se quisermos continuar com as metáforas marítimas, era preciso aproveitar “o momento exacto da praia-mar” (230). Com as multidões nas ruas e o regime acuado, Aníbal considera haver condições para um levante revolucionário³⁶. Mas, como sabemos, as coisas não saíram assim. O general não foi “às fuças”. Houve repressão nas ruas. A comitiva de Delgado foi impedida de chegar à Baixa, onde milhares de pessoas o esperavam. Uma manifestação foi duramente reprimida no Rossio, e os combates entre policiais e manifestantes duraram o dia todo, invadindo a madrugada. Após esse dia fatídico, lembra Aníbal, foi a “vazante sem remédio”: a derrota nas urnas – em eleições fraudulentas (Rosas, 1994: 528) –, a sobrevivência do Estado Novo e a permanência de Salazar no poder por mais uma década. O regime só seria derrubado 16 anos depois.

Embora o Estado Novo tenha se saído vitorioso em 1958, ele nunca mais seria o mesmo – fora “ferido de morte” (Rosas, 1994: 529). A fase aguda da crise política – a maior já vivida pelo regime desde o final dos anos 40³⁷ – durou até 1962, com ocorrências importantes tanto no âmbito interno quanto externo que ameaçavam constantemente a estabilidade do governo (Rosas, 1994: 531, 532). Fazem parte desse período conturbado da história portuguesa a crise acadêmica e as manifestações do 1 de maio de 1962,

³⁶ Importante lembrar que, apesar da força das ruas, no meio militar a situação era pouco favorável a uma suposta tentativa de golpe. Rosas lembra que a reação à ofensiva delgadista e a consequente manutenção do *status quo* devem-se, sobretudo, “ao alinhamento do conjunto da hierarquia militar [...] na defesa do regime [...]” (1994: 528).

³⁷ Em 1947, um “processo conspiratório putchista”, que se iniciara em 1943, foi desativado com sucesso pelo Estado Novo (Rosas, 1994: 394, 395).

episódios que estão vivos na memória de Aníbal e remetem-no instantaneamente à cena dos pescadores a que assistira mais cedo, junto ao Cais das Colunas. Haveria condições objetivas para uma solução disruptiva ao salazarismo? Estariam os trabalhadores preparados para cumprir sua missão revolucionária? Afinal, só eles poderiam pôr fim à ditadura e ao sistema de privilégios que ela fazia perdurar.

“As forças populares são uma espécie de átomo”, diz Aníbal a Henrique. “Se você liberta essa energia, tem uma de duas coisas: uma explosão inútil ou uma revolução” (230). Mas é preciso que alguém cinda o átomo, e nem Aníbal nem Henrique creem que o PCP – “um mansarrão” (227) – seja capaz de fazê-lo. Daí a aposta em vias alternativas.

7. História: uma longa trajetória de lutas

O enredo de *Directa* situa-se historicamente no momento imediatamente posterior à crise 1958-1962. Trata-se do rescaldo do “terramoto delgadista” e do que veio logo em seguida: a “Abrilada”, a Revolta de Beja e as agitações populares. Com a escalada repressiva³⁸, inclusive com uso inédito da tropa de choque³⁹, e diante da descrença no PCP enquanto agente capaz de guiar o processo transformador, parte da esquerda opta pela radicalização. É exatamente neste momento da história que o diálogo entre Aníbal e Henrique se situa: momento de reorientação de parte das forças oposicionistas motivada pelo fracasso das formas tradicionais de luta e pela sobrevivência do regime à crise 58-62. Discute-se a possibilidade do recurso à violência para derrubar a ditadura⁴⁰.

O protagonista vive e age nesse período específico da história portuguesa e, assim, só se podem entender suas esperanças e angústias em relação ao presente e futuro pátrios quando se pensa nesse contexto histórico-político. Enquanto militante, integrante de uma organização política clandestina, Aníbal oferta boa parte de sua energia e tempo à causa que defende. Portugal ocupa lugar central nas suas preocupações, e o “mergulho” na história, que se inicia nessas evocações de episódios recentes da política nacional, é uma maneira de tentar entender o país que ele deseja transformar. Daí a relação umbilical entre

³⁸ Entre 58 e 60, 1200 pessoas são presas em Portugal por razões políticas, um aumento significativo em relação aos anos anteriores (Rosas, 1994: 531).

³⁹ A estreia da polícia de choque, segundo Rosas, ocorre em novembro de 1961 (531).

⁴⁰ De acordo com a pesquisadora Ana Sofia de Matos Ferreira, a primeira ação armada promovida por um grupo de esquerda em Portugal – neste caso, a LUAR – foi o assalto à agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, em 1967 (2015: 15).

passado e presente, que permeia todo o livro. Afinal, como disse António José Saraiva, o Tempo, de acordo com a concepção histórica (não-teológica), é uma “sucessão de momentos que diferem entre si”, mas que não podem ser entendidos fora da “relação”, já que “fora do antes e depois em que se insere, o acontecimento ou a coisa não tem sentido algum” (1960: 94, 95).

Ora, impossível agir politicamente sem conhecer a sério o objeto sobre o qual irá incidir a ação. Tal como Leonardo, autor do discurso já referido no início deste capítulo, Aníbal também recorre à história portuguesa a fim de encontrar respostas para os questionamentos do presente. A propósito, ambos participam da reunião política que compõe o capítulo 15 do romance, e embora Aníbal não se pronuncie durante o encontro do qual é relator, acompanhamos, em várias passagens de *Directa*, o exercício de uma atividade reflexiva cuja finalidade é, em última análise, o conhecimento pátrio.

Fica claro, sob essa perspectiva, o sentido desse movimento quase obsessivo da personagem, esse revolver constante do passado nacional que o leva a diferentes períodos da história portuguesa. Num momento marcado por profundas incertezas, o militante-pensador Aníbal procura um sentido para o seu país. Assim, ao reviver na memória os acontecimentos que marcaram a última crise, tenta entender o Portugal do presente fazendo uma espécie de ponto da situação, o que inclui analisar o atual estado das forças de oposição após os sucessivos ataques desferidos contra a ditadura nos últimos anos. A oposição mostrara força e o regime quase caíra. Aliás, isso nunca esteve tão perto de acontecer. Se, em vez de retroceder, Delgado tivesse mobilizado as massas para enfrentar a GNR naquele dia em Santa Apolónia...

O fato é que a oposição dera um “coice” nos últimos anos – aliás, uma sucessão deles –, e isso chama a atenção de Aníbal, que havia aprendido nos manuais do liceu que não houvera reação, tampouco conflitos sangrentos, após o golpe militar de 28 de maio de 1926 que pôs fim à primeira experiência republicana em Portugal (301). Houve reação, sim: a tentativa de revolução republicanista conhecida como “Revirinho”, que contou com apoio do movimento operário (Rosas, 1994: 206).

O país dava milhentos coices. Mas eram barricadas contra aviação. Mas – desta vez – a Rotunda nas mãos dos outros. E a artilharia a dar no Porto como um *puncher* a matraquear os flancos do adversário mais estilista. Nos manuais de História Pátria do liceu, o Estado Novo era o passeio do general Gomes da Costa. Contudo, o “banho no chafariz do Rato” fora de líquido encarnado. E no final de tudo, a mensagem do Mendes dos Reis: “Como comandante das forças que estavam” – “*eh, pretérito*” – combatendo a Ditadura Militar

com o único fim de restabelecer a Constituição para bem da República, declaro que não posso continuar a luta porque não tenho munições”. “*Nós também não*”, pensou o homem. “*Já dizia o Gordo, filho de nadar sabe a peixe*” (Bragança, 2017: 302).

Na referência a 1910, ano em que a Rotunda (o que depois veio a ser a Praça Marquês de Pombal) não estava “nas mãos dos outros”, chama a atenção um jeito de olhar para a história que reproduz os princípios metodológicos adotados no “Discurso de Leonardo”: a história é encarada como uma longa trajetória de lutas em que se opõem opressores e oprimidos – forças reacionárias de um lado, progressistas de outro – numa sucessão de embates necessários, inevitáveis, que tendem a produzir sínteses, tal como lemos nas primeiras páginas do *Manifesto* de Marx e Engels⁴¹. O entendimento da história enquanto luta de classes faz com que seja possível comparar fases distintas dessa luta, tal como Leonardo faz no seu “Discurso”. E, fazendo isso, Aníbal consegue reconhecer nas lutas do passado o lado que lhe interessa, demonstrando identificar-se com o grupo que promove a intentona de fevereiro de 1927. Ao fim, a inversão (ou subversão) do provérbio indica, em tom bem-humorado, a permanência de uma dificuldade do lado progressista da batalha.

Essa aproximação entre as lutas do passado e do presente (ou de um passado muito próximo) fica evidente no capítulo 11, no momento em que os pensamentos de Aníbal juntam o levante de 1927 com a tentativa de golpe liderada pelo ministro da Defesa Botelho Moniz em 1961⁴². O elemento desencadeador dessa “mistura” entre duas intentonas separadas entre si por mais de três décadas foi “o muro do quartel de Metralhadoras 1”, avistado de dentro do táxi que levava Aníbal, Henrique e o fugitivo Júlio até o apartamento onde este ficaria escondido temporariamente (302).

Logo em seguida, é a visão do Parque Eduardo VII que remete os pensamentos de Aníbal a uma cena do passado: novamente o ano é 1958, mas desta vez estamos no

⁴¹ Ecoam nessas páginas de *Directa* as primeiras linhas do segmento “Burgueses e Proletários” do *Manifesto* de Marx e Engels: “A história de toda a sociedade até aos nossos dias mais não é do que a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre-artesão e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, travaram uma guerra contínua, ora aberta, ora dissimulada, uma guerra que acabava sempre ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das duas classes em luta” (1974: 23).

⁴² No romance está escrito assim: “Mil Nove e Sessenta e Dois, Catorze de Abril. Nessa tarde [...] o homem vira, nos portões fechados e na sentinela em cima do muro o prolongamento de outros sinais de tensão pairando na capital onde o velho Presidente ia virar do avesso a mais importante oposição militar do seu reinado” (302). Aqui, cremos, há uma imprecisão, não sabemos se do autor ou do editor, já que, de acordo com a historiografia, antes de 1974 “a última tentativa ao nível da hierarquia militar para derrubar o regime de Oliveira Salazar” (Faria, 1999: 103) foi a chamada “Abrilada”, ocorrida em abril de 1961, não em 1962, como está escrito no romance.

período pós-eleitoral, numa tarde de Ranchos Populares organizados pela Câmara Municipal. Nesse dia, ele se lembra de ter contemplado os soldados da GNR incumbidos da tarefa de garantir a ordem do evento festivo – “portugueses pobres envergando farda e capacete, de pistola-metralhadora a vigiar os outros portugueses pobres fardados de folclore ardido” (302). A mesma corporação, dias antes, havia impedido a passagem do carro do general Delgado em Santa Apolónia. GNR, aliás, que fora criada como “corpo de designação revolucionária” após a instauração da República, em 1910.

O pensamento de Aníbal, tal como é exposto pelo narrador, opera por meio de associações. A visão do Parque Eduardo VII, palco de grandes acontecimentos históricos, leva-o a outras épocas. Foi neste espaço da cidade onde, no dia 1 de maio de 1919, a União de Sindicatos Operários de Lisboa promoveu um grande comício que contou com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores. Em junho de 1958, porém, despolitizara-se novamente com os Ranchos e a manutenção da ordem, bem ao gosto do salazarismo.

Assim, através dessas conexões, Aníbal busca, como já dissemos, localizar os condicionantes históricos do presente, fazendo uma espécie de cronologia da luta de classes em Portugal a fim de perceber os contornos da atual fase da luta e seus possíveis desdobramentos. A filosofia marxista ensina que se faz necessário pesquisar as contradições e seus fundamentos objetivos para que se possa chegar a leis que explicam as transformações sociais (Lefebvre, 1975: 33-35). Acreditamos que o tal “espanto meta-histórico” a que Nuno Bragança se refere na nota que antecede *Directa*, e cuja amostra pode ser lida no “Discurso de Leonardo”, seja uma forma de aplicação do método dialético ao caso português, buscando-se estabelecer determinadas leis que regem os fenômenos históricos, bem como sua evolução (Lefebvre, 1975: 34).

Como dissemos no início deste capítulo, esse plano não deu certo. Algo foi feito, entretanto. Não uma meta-história portuguesa em forma de romance, mas um exercício que consiste em pôr fatos históricos lado a lado a fim de estabelecer possíveis relações entre eles, assinalando permanências, evoluções, causalidades.

Há uma fala de Henrique, no diálogo já referido com Aníbal, que traduz muito bem essa forma de olhar para a história, e por isso a transcrevemos integralmente:

Nos últimos cento e setenta anos a classe trabalhadora tem vindo aos galgões, a subir nas descobertas necessárias para uma cidade universal. Eu por mim, teimei sempre por causa

do espanto que me deu o conhecer por escrito daqueles dias sem tempo começados na Comuna e logo a aparecer de novo, como se os mortos de Paris tivessem tomado outra vez vida com sangue russo. Os soviets e a palavra de ordem bolchevista *todo o poder aos soviets*: olhe que isto são dois braços da tenaz que vai pegar na Rússia, fazê-la alevantar um salto nunca ainda dado. A Rússia a tirar em poucos meses soma do que a Europa acumulou ao longo de cem anos. Eu entendo que a força de um indivíduo está ligada a muita coisa que ele não conhece. A força combinada de outras criaturas é o chamamento de que o siso precisa para o gajo não armar aos cucos solitários. Sem a vida e morte dos trabalhadores durante tantos anos não era possível fazer a ligação da revolta soviética aos militantes da Comuna de Paris (e aos outros lá para trás, como os de Lyon). Uma mão dada a esses mortos todos e outra a puxar pelos soviets. Todo o sangue dos trabalhadores, espalhado na História, esse sangue todo suspenso em cima do Lenine. É uma herança difícil, sabe? Isto de ligação entre mortos e vivos, é sempre à custa de corpos de pessoas que se dão essas passagens (232).

Nota-se como, em uma só mirada, a personagem abarca uma história de 170 anos – da Revolução Industrial à década de 60 do século XX, passando pela Comuna de Paris e pela Revolução Russa. Com isso, pretende mostrar como, desde o seu nascimento, a classe operária vem transpondo barreiras, “aos galgões”, com destino à sociedade sem classes prevista por Marx. A Comuna, nesse sentido, é vista dentro desse percurso como um grande salto, embora tenha durado tão pouco (72 dias apenas). É celebrada pelos comunistas como a “aurora da 1ª República Proletária”, responsável por “revolucionar o mundo” (Sabathé, 1974: 8), mas esses mesmos comunistas fazem questão de lembrar os motivos pelos quais fracassou essa importante experiência governativa que visava à abolição do Estado burguês⁴³.

A ligação de 1871 com 1917 justifica-se quando se olha para a história sob o viés da luta de classes. Nessa história – em que indivíduos nascem e morrem, mas a classe se mantém –, os eventos interligam-se através dos tempos, e os responsáveis por essas conexões são os próprios trabalhadores, herdeiros de conquistas e aprendizados que, por sua vez, transmitirão aos seus descendentes. A luta de hoje, portanto, é resultado da do passado e está embebida do sangue daqueles que morreram em nome da construção da “cidade universal”. Assim, 1871 e 1917 surgem como “duas gigantescas batalhas da única guerra justa da História” – veja: as batalhas são diferentes, mas a guerra é uma só (Sabathé, 1974: 9). E como a guerra ainda não acabou, já que o capitalismo resiste, cabe

⁴³ “Respeitar os mortos, poupar-lhes toda a crítica, sobretudo quando se trata de mártires ou de heróis, não passa de uma fraqueza pequeno-burguesa” (Sabathé, 1974: 12).

ao comunista do presente examinar com cuidado os fatos históricos, entre os quais a Comuna (sua ascensão e queda), se não quiser repetir os erros do passado⁴⁴.

8. Algumas considerações sobre passado e autognose pátria

O passado nacional é um dos temas que mais ocupam Aníbal nas mais de 30 horas de vigília. Ainda que muitos episódios surjam de forma involuntária, é inegável seu desejo de ir a fundo no passado, demonstrando um interesse que está muito além do mero passatempo de recordar. Aníbal visita – ou revisita – passagens recentes da história portuguesa porque está incumbido de uma missão, e uma das etapas essenciais dessa missão é conhecer a sério o país que quer modificar. Em outras palavras: Aníbal investiga o passado porque fazê-lo é uma das tarefas essenciais daquele que age politicamente. Dissemos que o “mergulho” é fundo, e por enquanto estamos apenas nos primeiros metros abaixo da superfície. Mas o que temos até agora já nos permite afirmar que o que o motiva é a autognose pátria.

Nota-se, ademais, diante do que se expôs até aqui, uma tentativa de localizar, em fases distintas, algo que podemos chamar de aspecto revoltador ou insubordinável do povo português, talvez para que o militante-pensador Aníbal possa provar a si mesmo (tendo em vista que quase todo esse “mergulho” se dá dentro da cabeça do protagonista) que ainda há esperanças de transformação social.

Após a crise 58-62, ao menos internamente, a luta retorna ao banho-maria. O salazarismo, ainda que agonizante, persiste, e Aníbal não quer esperar sentado que ele morra por causas naturais. É preciso antecipar os acontecimentos, encontrando meios para despertar Portugal – em especial, a classe trabalhadora – de seu sono profundo. Assim, o protagonista não só elenca episódios dispersos ao longo da história – de tentativas *putschistas* a agitações estudantis –, mas o faz traçando vínculos entre eles, associando-os, e um desses vínculos é justamente uma energia ou capacidade de sublevação, seja em meios civis ou militares, que vez ou outra sai de seu estado de latência e se manifesta, criando oportunidades revolucionárias. Ora, a cena da abordagem policial ao carro de

⁴⁴ Segundo Sabathé, há duas lições importantes deixadas pela Comuna aos revolucionários de 1917: a primeira é a de que “qualquer reformismo é impossível”; a segunda é a necessidade de um “partido revolucionário, consciente de seu objetivo”, para organizar as massas (1974: 17-20).

Delgado nada mais é do que o último ponto alto dessa história insurrecional, um momento em que (conjectura Aníbal) por muito pouco as coisas não tomaram um rumo diferente.

Bruno Henriques afirma que a história ocupa em *Directa* uma função didática, não se resumindo a mero “tema de composição”, mas assumindo papel de “modelo” a ser imitado pelo presente (2009: 63). Assim, todas as vezes em que o passado irrompe no romance, seja nas recordações de Aníbal ou nas citações da historiografia (sobre as quais falaremos no capítulo seguinte), haveria, segundo Henriques, uma intenção de transformar o passado em “horizonte a perseguir pelo presente” (66). Haveria, em primeiro lugar, uma história “recuperada e narrativamente manipulada, de modo a criar um sentido e uma moral que interessa ao narrador veicular” (63); em segundo lugar, essa manipulação serviria para ressaltar uma espécie de caráter exemplar ou didático, que deveria servir de norte para os portugueses do presente:

[...] o passado é uma ideologia que se quer afirmar para que o presente tenha um modelo a imitar, daí se possa atentar que a narrativa tem uma índole acentuadamente didáctica, pois quer ensinar como ser, dando-se como exemplo aquilo que se inventou como tendo sido (66, 67).

Parece-nos correto afirmar que a releitura do passado em *Directa* é feita sob um viés ideológico e que, por isso, atende a determinados interesses. A concepção marxista da história como luta de classes e a opção da personagem – aliás, declarada – por um dos lados da contenda já atestam esse fato. Também faz sentido pensar na existência de um caráter didático nas evocações do passado, mas discordamos do sentido que Henriques atribui a esse didatismo. Para ele, “o narrador quer ensinar ao seu leitor que o caráter nacional, apesar de embaçado por décadas de ditadura, não morreu e terá, por causa dos resistentes e da exemplaridade da sua História, um momento para ressurgir e se afirmar” (2009: 67). A esse “verdadeiro caráter português” (66) – uma certa “índole de coragem e liberdade” (65) – o salazarismo se oporia como um desvio ou deformação.

Faz sentido pensar que numa tentativa de gnose pátria haja uma busca pela índole ou caráter do povo estudado, algo que se poderia chamar de uma qualidade distintiva que se mantém ao longo tempo, independente de governos ou sistemas econômicos. Lembremos a noção de “estilo” já referida acima, quando analisamos “O Discurso de Leonardo”, e do conceito de personalidade-base com que trabalha o etnólogo Jorge Dias (1986: 8). Para Nuno Bragança, o “estilo”, termo que aparece num artigo em que analisa

os acontecimentos políticos de 1820 (1966: 244), aproxima-se da ideia de um “verdadeiro carácter”, na medida em que chama a atenção para uma forma característica com que um povo responde aos desafios colocados pela história.

De fato, quando se olha para as evocações do passado em *Directa*, nota-se o interesse da personagem por passagens da história em que o povo português, ou parte dele, se levantou em nome da liberdade – os tais “coices” que o menino Aníbal não aprendeu nas aulas de história do liceu. Mas dizer que esses “coices”, tais como são trazidos no romance, constituem a verdadeira índole do povo não nos parece exato. Trata-se, no nosso entender, de uma capacidade (como, aliás, já dissemos) que se manifestou em diferentes períodos (o último deles entre 1958 e 1962), mas não há nada que nos permita falar de “carácter” distintivo de um povo que viveu séculos sob o regime monárquico e décadas sob uma ditadura que foi poucas vezes ameaçada de verdade.

Supor isso seria atribuir ao narrador uma visão demasiado acrítica sobre Portugal e sua história. Dizer que a crise académica, o 1 de maio de 62, o “terramoto delgadista”, a instauração da República, o “coice” do “Revirvalho” e mesmo a “revolução” de 1383-1385 (sobre a qual falaremos no capítulo seguinte) são capítulos da história nacional que, segundo o protagonista, demonstram a capacidade de mobilização e luta do português (ou de certos setores da sociedade) parece-nos plausível; ou que esses acontecimentos despertam o interesse do militante-pensador porque são fontes de aprendizado e fornecem subsídios para as ações do presente também nos parece correto. Mas dizer que eles revelam, da forma como aparecem em *Directa*, o “verdadeiro carácter português”, atualmente “adormecido”, e que os portugueses do presente deveriam aprender com essa “História exemplar” o que um dia já foram, não nos parece correto.

Fosse isso, a personagem não viveria o profundo desalento (narrado no capítulo 18), tampouco “toparia” após a reunião (capítulo 16) que o “acertado futuro estava longe” e que faltavam companheiros para “analisar o deserto implacável que atravessamos” (354). Se realmente pensasse que a verdadeira índole do português é dar “coices”, talvez se mostrasse mais otimista.

Não se trata de reaprender algo que já se sabia, mas de olhar detidamente para a realidade nacional e examiná-la a fundo para que seja possível reinventar-se. E examinar a realidade nacional implica necessariamente olhar para a história: “horizonte próprio onde melhor se apercebe o que é ou não é a realidade nacional” (Lourenço, 1991: 17). Mais do que seguir modelos exemplares, o que move a personagem é mirar o passado a

fim de fazer o que ainda não foi feito – inventar um destino diferente para Portugal, adequando o rumo de uma nau que há séculos vem singrando mares no sentido da autodestruição.

Capítulo 2

Em busca das raízes de Portugal

*Não me temo de Castela
donde inda guerra não soa;
mas temo-me de Lisboa,
que ao cheiro desta canela
o Reino nos despova.*

Sá de Miranda⁴⁵

*Porque não soubemos retirar com
tempo e ordem temos sido chacinados
— lentamente chacinados,
escorraçados, humilhados. Isto ao
longo de uma debandada que dura há
séculos, que dura ainda com esta
absurda guerra de África que
sobreviveu ao próprio Velho, o grande
responsável dela.*

Nuno Bragança – *Square Tolstoi*

Até agora, o “mergulho” na história em *Directa* não avançou para além (ou para aquém) do ano de 1910, data em que se instaurou a República em Portugal. Só Leonardo foi mais longe (até 1820), mas não nos esqueçamos de que seu discurso faz parte do projeto de romance abortado, que, entretanto, nos ajuda a pensar no romance que de fato foi feito. Temos como certo que a intenção de investigar a história nacional a fim de buscar respostas para o enigma Portugal sempre esteve nos planos de Nuno Bragança, seja no projeto que deu certo, seja no que deu errado.

⁴⁵ Citado por SERRÃO, Joel. *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976, p. 48.

Vimos no capítulo anterior que, de um modo geral, a responsável por trazer à tona as cenas do passado foi a memória de Aníbal, participante ou testemunha ocular de alguns dos episódios rememorados, como o 1 de maio de 1962 e a crise académica. Ainda estamos no domínio da memória individual, que, é verdade, acaba por se misturar com a coletiva. O que há, para além disso, não pode ser acessado a não ser por meio dos livros. Para examinar a fundo o objeto Portugal – e este ir “a fundo” significa vasculhar as zonas mais remotas de sua “psique” –, é preciso servir-se de textos alheios, sejam eles crônicas, textos historiográficos ou poemas.

Entendemos que o recurso à memória textual lusa é, em parte, uma continuidade, uma segunda etapa do “mergulho” que se inicia com a cena do Cais das Colunas e as recordações de Aníbal. Trata-se de um procedimento que permite acessar uma memória coletiva à qual não se poderia aceder de outro modo. Mas se o recurso aos textos fosse apenas uma continuidade do que vinha sendo feito antes, a recolha limitar-se-ia à historiografia e às crônicas (estas entendidas como proto-historiografia). O que se verifica, entretanto, é que os autores evocados, cujas vozes de repente passam a fazer parte do romance, são poetas, cronistas, ensaístas e historiadores que, não obstante as diferenças, possuem entre si um traço em comum: todos eles, de algum modo, não só tematizaram mas colocaram Portugal no centro de suas preocupações.

Cercar-se de autores como Fernão Lopes, Camões, António Vieira, Oliveira Martins, Cesário Verde e Fernando Pessoa é imprescindível para qualquer literato ou pensador cujo desígnio maior seja conhecer Portugal. As obras desses autores são as tais “joias de Portugal-por-dentro” a que Aníbal faz alusão na terceira parte da trilogia – nomeadamente *Square Tolstoi* –, textos fundamentais onde ele encontrava as “chaves” do seu “próprio modo de ser – enquanto português” (Bragança, 2017: 505)⁴⁶.

Cumpre-nos agora esclarecer, antes de olhar detidamente para o conteúdo desses textos, de que modo e por qual motivo eles rebentam vez ou outra ao longo do romance.

⁴⁶ Na introdução expusemos as razões pelas quais podemos considerar os três romances uma trilogia – ou seja, a narrativa da trajetória de uma mesma personagem dividida em três etapas cronologicamente organizadas. Também vimos que as referências em *Square Tolstoi* ao tal “livro” coincidem perfeitamente com a diegese de *Directa*.

1. O “mosaico textual”

A imagem usada por Bruno Henriques (2009: 61) descreve bem o efeito desse procedimento verificado em algumas passagens de *Directa* que consiste em enxertar textos alheios na narrativa. Como já mencionamos no início do capítulo anterior, *Directa* é um romance de várias narrativas, mas neste caso talvez seja mais apropriado falar num texto de vários textos, já que as citações a que nos referimos não se restringem ao universo narrativo.

Até o capítulo 15, todas as transcrições de textos alheios são referenciadas e de algum modo separadas graficamente do texto principal. No capítulo 1, por exemplo, a citação do livro de Isaías vem precedida pelo nome do profeta e o texto devidamente separado do corpo da narrativa por um espaçamento maior e destacado com negrito. Isso se repete em outras citações ao longo do romance.

A certa altura do capítulo 15, porém, algo novo acontece: somos surpreendidos, no meio de períodos, por palavras em itálico escritas numa linguagem que, logo se nota, é diferente daquela que vinha sendo empregada pelo narrador – e mais adiante essa diferença fica ainda mais nítida nos trechos escritos num português de outro tempo. A ocorrência desses textos em itálico mantém-se nas páginas seguintes, até o capítulo 20. Da mesma forma que surgem, desaparecem, sem qualquer tipo de aviso ou preparação do leitor.

Aos leitores atentos e com alguma bagagem talvez não seja tão difícil identificar prontamente a procedência da maioria dos excertos. Alguns, na verdade, são bem famosos. Há versos da *Mensagem* ou d’*Os Lusíadas* que mesmo quem nunca leu nenhum desses dois livros conhece (essa também é uma característica dos clássicos), e há excertos de crônicas do século XV que todo estudante obrigatoriamente lê (ou deveria ler) na escola. Essas citações anônimas solicitam uma participação ativa do leitor: primeiro, deve-se reconhecer a procedência dos textos (tarefa hoje facilitada pelas ferramentas de busca da internet); feito isso, é preciso que se construa um sentido a partir dessa mistura de discursos que de repente surge diante dos nossos olhos como um enigma a ser solucionado. O leitor de *Directa*, se quiser acompanhar Nuno Bragança na sua descida às profundezas de Portugal, precisa também desempenhar a função de pesquisador.

Mas fiquemos, por ora, no efeito imediato da intromissão dessas palavras em itálico. Segundo Henriques, “a originalidade da construção textual” está no fato desses textos, apesar de graficamente marcados pelo itálico, funcionarem como continuações do discurso principal, como se todos essas palavras alheias, uma vez apropriadas pelo narrador, passassem a fazer parte do seu próprio discurso.

O narrador não cede a sua voz, não empresta o seu papel de organizador do discurso a nenhuma personagem, o que acontece é um exercício pleno dos seus poderes através do acolhimento de discurso alheio como se fosse seu. Não há uma mudança de voz, antes uma voz que continua no espaço que cede às palavras dos outros textos que são um prolongamento alterizado do seu discurso (Henriques, 2009: 39).

Antes de partir para a análise da relação discursiva entre os textos, devemos nos perguntar por que isso foi feito.

Se voltarmos ao texto de abertura de *Directa*, a já referida “Nota do Autor para o Leitor”, encontraremos a informação (sobre a qual, aliás, já falamos na introdução) de que Nuno Bragança, enquanto escrevia o romance, sentiu “um grande apelo interior” que o “levou a mergulhar em páginas alheias”, onde se desenham as “raízes” do seu país (Bragança, 2017: 205). Logo na sequência, após enumerar diversos autores – dentre os quais, Fernão Lopes, citado mais de uma vez no romance –, ele diz que, a partir dessas leituras, passou a trabalhar em “montagens de escrita”, até se dar conta de que não seria capaz de realizar esse novo projeto. Parece-nos admissível supor que, embora Nuno Bragança tenha desistido do novo projeto (que incluía “O Discurso de Leonardo”), ficaram, digamos, alguns resquícios dessas “montagens de escrita”, ainda que estruturalmente o romance atenda às exigências do projeto original. Assim, faz sentido pensar que as transcrições em itálico são fragmentos dessa tentativa interrompida de exprimir o “grande espanto meta-histórico”. Camões e Pessoa são mencionados na “Nota” como autores cuja leitura “reforçou” o “espanto”, embora não o tenham ajudado “a dar-lhe corpo” (206). Entretanto, ambos os autores (sobretudo Pessoa) são citados entre os capítulos 15 e 19.

Parece (e dizemos “parece” porque não é possível ter certeza disso, a não ser tendo acesso aos manuscritos ou esboços do romance) que a presença desses excertos representa parte do que foi possível realizar desse projeto ambicioso.

Essas citações, em última análise, são fruto de um trabalho de pesquisa motivado pela busca da gnose pátria, declarada pelo próprio autor no prefácio onde, inclusive, revela algumas de suas fontes. Vistas as coisas sob esse ponto de vista, o romance seria o resultado literário de um longo processo investigativo – orientado pela busca simultânea de si e de Portugal, já que é impossível separar as duas coisas.

Que Nuno Bragança era um exímio pesquisador, sobretudo das coisas pátrias, disso não temos nenhuma dúvida. Mas o resultado, obviamente, não é uma dissertação, e não se verifica nenhum compromisso por parte do autor em tirar conclusões. Fosse isso, escreveria uma tese ou um ensaio; escolheu redigir um romance. Enquanto leitores de uma obra de ficção, portanto, nossa tarefa é tentar revelar os mecanismos pelos quais essas leituras são incorporadas ao texto literário, verificar o seu funcionamento na narrativa e, a partir disso, produzir uma interpretação.

Vimos acima, seguindo os passos de Henriques, que esses textos alheios irrompem como “prolongamento alterizado” do discurso do narrador. Além da ausência de uma separação gráfica, o que explica esse prolongamento é o fato de haver uma continuidade de sentido – nem sempre óbvia ou mesmo lógica – entre os textos anônimos e a voz do narrador, o que resulta num “mosaico” ou manta de retalhos, num processo que se assemelha ao do fluxo de consciência no que diz respeito à fluidez e às associações entre ideias – e aqui nos referimos evidentemente às memórias textuais, que rebentam no discurso como que atraídas por determinados elementos desse próprio discurso.

Se nos capítulos iniciais é o espaço da cidade que funciona como elemento disparador de memórias da personagem, agora são certas ideias ou mesmo palavras que produzem *links*, como se o narrador, à medida que relata a sucessão de eventos, consultasse com frequência a sua bagagem de leituras. No caso, leituras que têm a ver, todas elas, com Portugal.

2. “O Sentimento dum Ocidental”

O momento em que Aníbal se encosta ao balcão da “Conde” para comer a sua sandes é precedido por acontecimentos inquietantes.

Mais cedo, encontrou Júlio, o militante perseguido pela PIDE – “*Este gajo cheira a cadáver*” (300) –, e o deixou no esconderijo provisório, de onde só sairia quando tudo estivesse preparado para a fuga. Na sequência, visitou os filhos, hospedados na casa dos avós, e teve de lhes explicar a “doença” da mãe. Comungou na Basílica da Estrela e, logo em seguida e sem perder tempo, foi visitar a esposa na casa de saúde – “Viver era difícil para os mais importantes dos viventes, os humanos” (324). Em momento algum tirou os olhos do relógio. Para dar conta das duas grandes tarefas da sua directa – salvar a mulher e o país –, era preciso organizar o tempo de que dispunha. Por isso, a sandes foi comida de pé, ao balcão, num raro intervalo em dia tão cheio e fatigante. O próximo compromisso: a reunião política.

É justamente nesse intervalo que surgem as primeiras citações anónimas:

Encostado ao balcão da “Conde” *tão mórbido me sinto ao acender das luzes* ele vê as pedras de basalto velho na Rua Conde Barão *a espaços iluminam-se os andares e as tascas, os cafés, as tendas, os estancos*. O homem mastiga a sua sandes desejando percorrer essa artéria em acento circunflexo que sente ser a *rua* da cidade onde foi feito *como a raça ruiva de porvir e as frotas dos avós e os nómadas ardentes* (329).

Expusemos a sequência de eventos anteriores a essa cena porque isso vai nos ajudar a entender o estado de espírito da personagem no exato momento em que irrompem os primeiros textos, formando as tais mantas de retalhos de que falávamos há pouco. O poema citado é bem conhecido: “O Sentimento dum Ocidental”, de Cesário Verde. Chama-nos a atenção, em primeiro lugar, a forma como o verso de “Noite Fechada” é incorporado à narrativa, funcionando como uma adjetivação da personagem. O “eu” do poema sente-se mórbido, e tem suas razões para isso; seu “tédio mortal”, escreve Joel Serrão, relaciona-se com o *spleen* baudelairiano: ambos, “expressão de idênticas inquietações”, são reveladores da “vivência cidadina” (1957: 69, 72)⁴⁷. Entendemos ser de outra natureza a inquietação de Aníbal, mas o fato dos dois discursos serem aproximados, a ponto de se mostrarem ao leitor como uma coisa só, leva-nos a buscar paralelismos entre os textos, e a primeira relação que verificamos é que ambas as personagens (se pudermos classificar o “eu” lírico enquanto tal) sofrem de um mal-estar, ainda que por razões distintas.

⁴⁷ A aproximação que Serrão faz entre o poeta francês e Cesário não é motivada por uma possível influência literária, mas por uma “situação de raiz funcionalmente idêntica nos dois poetas”, a saber: a “vivência caracteristicamente cidadina” (1957: 74).

A sensação de estar muralhado é comum ao “eu” do poema e ao protagonista de *Directa*. No caso do poema, essa sensação de sufocamento decorre do processo de urbanização e da relação que o indivíduo estabelece com a cidade. Trata-se, segundo Serrão, da expressão literária de um “choque de hábitos ancestrais com necessidades novas” (1957: 73).

Em *Directa*, a sensação de emparedamento é provocada, sobretudo, pela situação política do país. Há uma ameaça constante que atravessa o romance de ponta a ponta: o cárcere. Henrique já foi preso. Júlio, se não conseguir sair do país, certamente voltará à cadeia.

Mas no capítulo 15, na mesma passagem em que se evocam os versos de Cesário Verde, o que provoca na personagem essa sensação de confinamento é a perspectiva da reunião política:

[...] sente-se ainda mais mordido pelas ganas de não se encurralar num quarto [...]; num quarto inevitavelmente cheio de fumo sem janelas; entre indivíduos constrangidos a disciplinar o corpo nas cadeiras: o físico padecimento de estar em reunião (330).

Sob o Estado Novo, os grupos políticos clandestinos tinham de se movimentar nas sombras, usar codinomes, reunir-se em espaços fechados. Pode-se dizer que fazer oposição nos anos 60 em Portugal era viver emparedado. Em *A Noite e o Riso*, ao menos há um refúgio para os “cucos nascidos em ninho de pintarroxo” (172): a boêmia, “único ponto de reunião possível” na sociedade lisboeta (169). Já em *Directa*, o “único ponto de reunião possível” não aparece como um refúgio, mas como outra modalidade de prisão.

Saltemos ao capítulo 20, onde a ideia de uma Lisboa-prisão – ou “Portugal-prisão”, como lemos no primeiro romance da trilogia (63)⁴⁸ – assume a forma de um monstro de “milhentos braços; a segurá-lo como quem não deixa sair um defensor de cerco” (403). Na sequência, numa das últimas ocorrências do “mosaico” em todo o romance, cita-se uma passagem da *Crónica de D. João I*, em que Fernão Lopes narra o momento em que se soube em Lisboa da vinda das tropas castelhanas, que cercaram a cidade em 1384. A sensação de estar sendo apertado por “milhentos braços” e a associação com o cerco de Lisboa acontecem após a fuga de Júlio, quando Aníbal está

⁴⁸ Nessa “Nota” de *A Noite e o Riso*, o “eu” que escreve diz o seguinte: “Horrores de prisioneiro sem escapatória imediata à mão, mas precisando sair de Portugal-prisão para reencontrar-se” (63).

sentado na cadeira da barbearia e não corre mais riscos. A missão fora cumprida: Júlio, àquela altura, devia estar em segurança na Espanha. Mesmo assim, a guerra estava longe de ser vencida. Aníbal havia acabado de pensar nas pessoas a caminho do trabalho e no tão sonhado “emprego de escritório” – e sua “terrível monotonia” (402). Mais tarde, ao entrar no Serviço de Emprego, a imagem dos desempregados na sala de espera fê-lo pensar na exploração do trabalho e na energia humana desperdiçada – “Reduzida a mero motor nas economias de produção-que-se-agiganta-se-não-estoura” (403). Aqui a sensação de aprisionamento parece ser uma decorrência da reflexão sobre a situação da classe trabalhadora e a constatação de que não há perspectivas de melhora numa “Europa em desfiguração”.

Não podemos deixar de observar outro ponto de contato entre os textos de Nuno Bragança e Cesário Verde: o ato de caminhar na cidade. Mas também neste caso é preciso chamar a atenção para uma diferença: o passeio do “eu” do poema é diferente do caminhar de Aníbal, envolvido numa missão de vida ou morte para evitar uma catástrofe anunciada. A caminhada de Aníbal por Lisboa é claramente orientada por um objetivo, e todo o percurso, com paragens planejadas, é minuciosamente cronometrado. Numa verdadeira corrida contra o tempo, Aníbal vai de um compromisso a outro sempre tendo em vista um fim último: salvar a mulher e o país (e talvez a si mesmo). Já o caminhar pela cidade do “eu” do poema de Cesário está mais próximo da deambulação baudelairiana: a *flânerie*, ou errância – o passeio sem destino certo. Em ambos os textos, a cidade é a mesma. O horário do dia, também: em *Directa*, o “lusco-fusco” (330); no poema, a transição das “Ave Marias” para a “Noite Fechada”. Mas, repetimos: as personagens são levadas às ruas de Lisboa por motivações diferentes.

Talvez seja justamente essa a razão pela qual se evoca o texto de Cesário nesta e não noutra altura da história – notemos que este é um dos raros momentos de respiro na *directa* de Aníbal. Ocasão igual a essa, lembremos, aconteceu nas primeiras horas da manhã, quando ele chegou adiantado ao seu encontro com Henrique e caminhou ao Cais das Colunas, onde leu as inscrições e observou a cena dos pescadores. Agora, mais uma vez adiantado para um compromisso, encosta-se ao balcão da “Conde” e observa a cidade enquanto come uma sandes. Faz um percurso imaginário pela rua que sente ser aquela “onde foi feito”.

Tal percurso imaginário, guiado pelo desejo, representa uma espécie de fuga de uma lida insuportavelmente pesada; ao menos na imaginação, Aníbal pode ir “devagar”

(329), num ritmo que se opõe àquele empregado desde o início da jornada. Se olharmos com atenção, partindo do princípio de que *Directa* é o segundo capítulo de uma história iniciada anos antes, essa fuga também assume um caráter temporal, como se Aníbal, por meio da imaginação, regressasse às deambulações noturnas pelos *dancings* e bares da zona do Cais do Sodré narradas em *A Noite e o Riso*.

3. “Suicidamente portuária”

Há mais um aspecto a mencionar: a questão geográfica. Aníbal está próximo ao estuário, na região portuária de Lisboa, uma das zonas da cidade por onde passa o “eu” do poema de Cesário: “Embrenho-me, a cismar, por boqueirões, por becos, / Ou erro pelos cais a que se atracam botes” (Verde, 1977: 94). Essa coincidência espacial não pode ser ignorada caso se queiram entender os próximos nexos textuais.

A zona portuária da cidade é altamente significativa para Aníbal, remetendo-o a memórias individuais – ali ele “foi feito” – e também coletivas – *como a raça ruiva de porvir e as frotas dos avós e os nómadas ardentes*”. A transplantação desses dois versos do poema para a narrativa faz com que a conjunção “como” cumpra a função de comparar a história de vida da personagem com a dos portugueses de outros tempos. Esse “como” parece situar Aníbal numa trajetória mais vasta, que compreende inclusive uma história do futuro, a ser vivida por portugueses que ainda não nasceram. O ponto de convergência de todas essas histórias é o porto, identificado como local de origem.

Imagina-se seguindo ao longo das lojas, armazéns, sedes de Companhias, casas e bares de putas: percurso de três ruas e dois largos – Conde Barão, Conde Barão, Boavista, S. Paulo (e S. Paulo) *estes pioneiros ibéricos ampliaram o horizonte e portanto o domínio da sociedade que representavam até abranger todas as terras habitáveis e mares navegáveis do globo. Foi a esta energia que a sociedade ocidental deveu o desenvolver-se como o grão de mostarda da parábola até vir a ser a “Grande Sociedade” árvore, em cujos ramos as nações da terra puderam alojar-se. Ir devagar desde a Carlos I até onde a do Alecrim cavalga o “Texas-Bar”: que ali por aí Lisboa está estará cingida à marca de nascença Lisboa que a geografia destinou para majestoso porto da Península tornou-se pelos acasos da História o maior embaraço para a unificação dos Estados peninsulares. Sobre o seu porto ancorou Portugal como uma cabeça de gigante num corpo de pigmeu e daí lançou braços pelo mundo transatlântico* (329).

O novo texto que emerge na narrativa traz a história nacional para o primeiro plano⁴⁹. Não estamos mais na Lisboa oitocentista de Cesário Verde, mas num passado ainda mais recuado, nomeadamente no tempo dos “*pioneiros ibéricos*”, que também são evocados no poema de Cesário, onde ressurgem, como fantasmas egressos das profundezas oceânicas, “Mouros, baixéis, heróis, tudo ressuscitado!” (Verde, 1977: 94).

O recuo ao passado português, como já vimos, é uma constante em *Directa*, e essas novas citações vêm a explicitar esse movimento que, de acordo com a nossa leitura, é característico da gnose pátria empreendida por Nuno Bragança. Ocorre que agora não estamos mais diante de uma memória do protagonista que emerge sob a forma de uma analepse – trata-se, desta vez, da transcrição *ipsis litteris* de excertos de livros de história de Portugal, sem os quais não se poderia aceder a um passado tão remoto.

Este passado é o dos Descobrimentos. Daí o porto de Lisboa ocupar um lugar central em todos os textos que compõem esse “mosaico”. Talvez seja ele – ou mais especificamente aquilo que ele representa para Lisboa e para Portugal – o elemento que une todos os textos nessa passagem de *Directa*. Além da presença do porto nas andanças de Aníbal e do “eu” lírico de Cesário, ele faz-se presente, explícita ou implicitamente, nas duas citações da historiografia portuguesa.

O porto simboliza a vocação marítima de Portugal, cuja descoberta teve consequências que extrapolaram os limites nacionais. Na zona do estuário do Tejo, Lisboa, como lemos em *Directa*, “está estará cingida à marca de nascença” – e não só Lisboa, pois o que “nasce” a partir da viragem que se opera a partir do século XV, com o advento da dinastia de Avis e o início da expansão marítima, não é apenas uma cidade e um país (o que já seria muito), mas um novo mundo. Como diz o historiador britânico Charles Ralph Boxer, “o primeiro império colonial”, que se inicia com a dominação em África e Ásia, inaugura um movimento expansionista europeu e cristão que “separa o mundo medieval do moderno” (1992: 9). E tudo começou com o grão de mostarda, semeado em solo português – ou melhor, em águas portuguesas, mais especificamente nas águas do estuário do Tejo.

O segundo excerto foi extraído do segundo volume do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins. Nele vemos a importância do “majestoso porto da Península”,

⁴⁹ Não conseguimos encontrar a fonte desse texto, que se inicia com “*estes pioneiros ibéricos [...]*” e termina com “[...] *em cujos ramos as nações da terra puderam alojar-se*”.

responsável inclusive pela manutenção da independência do país em relação a Castela. Em *História de Portugal*, Oliveira Martins afirma: “Portugal foi Lisboa, e sem Lisboa não teria resistido à força absorvente do movimento de unificação do corpo peninsular” (apud Franchetti, 2007: 118, 119). Mas a metáfora da cabeça de gigante em corpo de pigmeu, como bem lembrou o professor Paulo Franchetti, já anuncia “o destino trágico da nação”: “Formado assim para o mar, sem corpo que sustentasse o desenvolvimento desproporcional da ciência e do comércio marítimo, Portugal duraria enquanto durasse o desígnio que o criou: a exploração e o domínio do oceano” (Franchetti, 2007: 119).

Após o excerto de *Portugal Contemporâneo*, o “mosaico” prossegue:

Nação terrível: mouros baixéis luta Camões no mar: ali Lisboa em cada quadrado palmo acusa o ser ter sido para ser: tão suicidamente portuária: mas já as agudas proas apartando iam as vias húmidas de argento; assopra-lhe galerno o vento e brando com suave e seguro movimento: assi como vam da nau tôdolos outros estantes nos depenam: levam ouro trazem pau desordenam por framengos genoeses florentins e castelhanos mal nos vindo com seus novos antremeses dam-nos trinta mil avanos vam-se rindo (329, 330).

Os dois versos do poema de Cesário Verde, que aparecem modificados e como que fundidos numa só frase⁵⁰, reforçam a visão crítica e não laudatória adotada pelo narrador de *Directa* na sua abordagem desse momento da história nacional. Como diz Mourão-Ferreira, o poema de Cesário, em muitas de suas passagens, “se configura [...] como o reverso, o negativo de *Os Lusíadas*” (1995: 92). À exceção da estrofe da qual fazem parte esses dois versos, em que se evoca o espírito das “crônicas navais” (estrofe, aliás, em que se opera uma diminuição do valor da epopeia e de seu autor⁵¹), o que se vê no poema é, nas palavras do professor Fernando Cabral Martins, “a epopeia caída em saco roto” (1988: 67). Na cidade do presente, não há sequer sinais da Lisboa quinhentista e dos grandiosos feitos narrados por Camões – “nem um vestígio da então potência colonizadora, ou sequer colonial, se manifesta no mais ínfimo pormenor” (Mourão-Ferreira, 1995: 93). Pelo contrário: a cidade por onde o “eu” lírico passeia é a das edificações que se assemelham a “gaiolas, com viveiros” e bairros onde o “peixe podre

⁵⁰ O original, já citado por nós anteriormente, é assim: “Mouros, baixéis, heróis, tudo ressuscitado! / Luta Camões no Sul, salvando um livro a nado!” (Verde, 1977: 94).

⁵¹ Fazemos referência à alusão ao episódio, provavelmente lendário, em que Camões salva *Os Lusíadas* de perder-se para sempre no mar. De acordo com Mourão-Ferreira, essa alusão à epopeia e seu autor é feita de modo a diminuir, primeiro, a importância do livro (precedido pelo artigo indefinido “um”), e depois a importância do poeta, cujas supostas habilidades natatórias prevalecem sobre as literárias e espirituais (1995: 86, 87).

gera os focos de infecção!” (Verde, 1977: 94, 95). Este último verso, aliás, é o que encerra o “mosaico textual” do início do capítulo 15.

A falta de entusiasmo pelo passado glorioso e a renúncia aos mitos que sustentam esse passado colonizador (Mourão-Ferreira, 1995: 93) são características do poema que, por meio da citação, são transferidas para o romance e, como já dissemos, dão força à leitura que se faz de um período da história em que se define o Portugal moderno. Essa leitura, ao menos assim nos afigura, tem um caráter trágico, como se o narrador se valesse da historiografia para tentar identificar as origens de um erro que se arrasta ao longo de séculos. Assim, o trecho do Canto Segundo da epopeia camoniana – “*mas já as agudas proas apartando iam as vias húmidas de argento; assopra-lhe galerno o vento e brando com suave e seguro movimento*⁵²” – só poderia ser sucedida por alguma coisa que representasse uma ruptura: se o épico exalta os feitos dos “pioneiros ibéricos”, o que vem a seguir dá ênfase ao lado negativo desse mesmo período da história. No caso, a citação seguinte, introduzida por dois-pontos, são alguns versos do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516.

O poema, escrito por Álvaro de Brito Pestana, alerta para os inconvenientes do comércio exterior para Portugal. Transformada em atividade dominante, em detrimento das atividades internas, já em princípios do século XVI o comércio marítimo não se apresentava tão vantajoso para Portugal, haja vista que grande parte dos lucros ia parar nas mãos de estrangeiros – “*framengos genoeses florentins*” – que ofereciam créditos e produtos manufaturados (Oliveira, 1999: 188).

Parece-nos bastante clara a ligação desses versos de Pestana com a próxima citação do capítulo 15 de *Directa*, também extraída das últimas páginas do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins: “*vieram inimigos posteriores com armas aceradas cortar os tentáculos desse monstruoso pólipó do século XVI mas ficou a cabeça ainda e o pigmeu*” (330). Há, na sequência, um longo “mosaico” em que prevalecem trechos de *Um Estudo de História*, em que Arnold Toynbee expõe a tese de que o crescimento e o decaimento do poderio ibérico explicam-se pela pressão externa: a pressão árabe provocou “*o despertar da energia ibérica*”, energia esta que decaiu logo que cessou a pressão, após os êxitos dos reinos cristãos no processo de Reconquista, só finalizado no

⁵² Para ser mais exato, são os primeiros quatro versos da estrofe 67 do Canto Segundo *d’Os Lusíadas* (Camões, 1977: 113). Nuno Bragança citou-os sem dividi-los em versos e omitindo uma vírgula depois de “brando”.

final do século XV. Do lado português, a definição do território dá-se com a conquista de Algarve, em 1249, embora a pressão muçulmana tenha se estendido até o século XIV (Sousa, 2015: 123).

Ainda que misturado ao texto de Toynbee, é possível identificar alguns versos do poema de Álvaro de Brito Pestana que, na mesma linha dos versos anteriores, denunciam a pilhagem estrangeira – “*estas práticas azedas*” – em virtude das quais “*estes nossos males muitos são gerais*” (330).

Assim, partindo dos anos 60 do século XX, o narrador de *Directa* dá um salto temporal de pelo menos cinco séculos, recuando às origens da expansão marítima. O ponto de partida é o mesmo estuário, próximo do qual Aníbal saboreia a sua sandes antes da reunião política, onde se discutirá o futuro do país. No passado longínquo ao qual o narrador regressa, o mar foi a única opção para Portugal sair da grave crise econômica e social na qual se afundara, com a fome crônica, as pestes e as guerras sucessivas (Serrão, 1976: 96). A saída para o oceano – já que no limite oposto da *finisterra* estava a enorme Castela, uma ameaça constante à independência do pequeno reinado – foi a maneira encontrada de solucionar a crise, marcada por uma profunda depressão econômica e pela recessão demográfica que atingiam a Europa Ocidental como um todo (Serrão, 1976: 83). Ao que tudo indica, não havia um projeto colonizador claramente formulado, embora Bernardo Vasconcelos e Sousa reconheça que “a tomada de Ceuta não foi motivada por mera pilhagem” (2015: 178), tal como se fizera até então.

Acima de qualquer coisa, o mar era uma questão de sobrevivência, e foi para lá que os portugueses se lançaram, fazendo da “intensificação do tráfego marítimo uma ‘saída’ para as dificuldades mais ou menos generalizadas de então” (Serrão, 1976: 107). Até que em 1415 veio Ceuta. Após tomar e saquear a cidade marroquina, D. João I ordenou que a praça não fosse abandonada, não obstante os riscos e os custos da empreitada. Muitos, como Nun’Álvares, foram contrários à permanência em Ceuta, e não foi fácil para o rei encontrar um comandante que aceitasse fixar-se na praça africana (Serrão, 1976: 184, 185). O Infante D. Henrique, pelo contrário, sempre foi a favor não só da manutenção de Ceuta como da conquista de novos territórios na costa africana. Por tudo isso, o “Zelador de Ceuta” ou “O Navegador” era considerado por Fernando Pessoa o fundador da “civilização universal moderna” (2011: 243).

O feito, além de grandioso, era inédito; como lemos no épico: “Assi fomos abrindo aqueles mares, / Que geração alguma não abriu” (Camões, 1977: 192). Nem o país nem o mundo seriam os mesmos depois disso.

Mas a irracionalidade do projeto logo se tornou evidente. D. Pedro, um dos infantes que conquistaram Ceuta em 1415 ao lado de dezenas de milhares de homens, escreveu uma carta ao irmão D. Duarte em 1426 alertando para o estorvo que se tornara para a Coroa esse “sumidoiro de gente de vossa terra e de armas e de dinheiro” (apud Sousa, 2015: 185). Mas isso não esfriou os impulsos dominadores. Após um breve interregno, a empresa é retomada em 1433 sob D. Duarte, o mesmo que fora alertado pelo irmão anos antes sobre os riscos e os custos de tais empreitadas. Em 1437, veio o enorme fracasso em Tânger. Com D. Afonso V, “O Africano”, dá-se prosseguimento às atividades militares, e com a conquista de Tânger, em 1471, Portugal finalmente consegue, meio século após Ceuta, estabelecer uma “faixa territorial” no norte da África (Sousa, 2015: 182). Entretanto, o final do reinado de Afonso V é marcado por grave crise financeira, em decorrência dos gastos elevados com as guerras de conquistas, com a nobreza e com a manutenção do território em África (Sousa: 161).

Mas voltemos a Nuno Bragança. O episódio da tomada de Ceuta ressurge na Parte V de *Square Tolstoi*, num diálogo entre Aníbal e Outro, em que este diz:

Depois de Ceuta começou a hemorragia. [...] Por pouco não ficávamos esvaídos. [...] Depois desse derrame inicial começou o refluxo. Fomos corridos das 7 partidas do Mundo e do Infante D. Pedro. Todas as nossas ilusões imperiais não passaram de uma imensa surtida. A força com que arrancámos nela foi tão grande que quando devia ser claro que tínhamos de a sustentar já estávamos metidos nas trevas de um erro tão danado que o próprio Camões foi cair nele. Por isso, Alcácer-Quibir era inteiramente inevitável – quem não souber isto fica sem topar nada de tudo o que nós somos. Não esqueças que o falhanço do Mapa Cor-de-Rosa apressou o fim da monarquia. *A Portuguesa* foi um grito de revolta contra as evidências do *Ultimatum* (535).

Esta fala do Outro de certo modo resume e torna mais claras certas ideias que já estão contidas em *Directa* sobre essa passagem da história nacional. Trata-se, grosso modo, de uma leitura negativa dos Descobrimentos. Dizemos “grosso modo” porque a afirmação é imperfeita, como se pode ver nessa fala de Aníbal:

O nosso grande mal foi não termos entendido que as Descobertas eram mesmo isso [...]. Quem descobriu, como nós, oceanos e continentes e outros povos deveria tê-lo feito para

trocas de conhecimento e não para dominar. Quando eu penso no que tivemos ali à mão de aprendizagem com a sabedoria africana, indiana, oriental, índia... (536).

Ou seja: parece não haver nada de mal nos Descobrimentos em si – entendidos como um movimento de pôr em contato todas as partes do mundo – mas na sua finalidade e no modo como foram feitos pelos “pioneiros ibéricos”. O problema, para usarmos a morfologia imperial de Fernando Pessoa, estaria no imperialismo de dominação, que, segundo o autor da *Mensagem*, era contrária à vocação portuguesa (Serrão, 1979: 40, 41). Mas guardemos para a última parte deste trabalho a aproximação entre as gnosés pátrias de Fernando Pessoa e Nuno Bragança.

Por ora, fixemos o seguinte: em *Directa* se faz uma leitura negativa dos Descobrimentos (muito embora eles não sejam em si um problema, mas sim o que se fez deles), e há, no romance seguinte da trilogia, uma reiteração desse tipo de leitura, que tende a olhar para a expansão como um projeto oneroso para o reino, na linha do que disse o poeta palaciano Álvaro de Brito Pestana já no princípio do século XVI, reforçando, aliás, o que já dissera o Infante D. Pedro, na primeira metade do século XV, a respeito da manutenção de Ceuta, onde se iniciou a “hemorragia”. As perdas subsequentes vêm daí, dessa espécie de erro original – como disse o Outro: “quem não souber isto fica sem topar nada de tudo o que nós somos”.

Segundo Oliveira Martins, o período de “pujança” teria sido bastante curto, não ultrapassando o reinado de D. João II, que se encerra com a morte do monarca em 1495. O próximo reinado, de D. Manuel I, marca o início de um longo processo de decadência, que vai culminar, anos mais tarde, na grande “catástrofe de África”: Alcácer Quibir (Franchetti, 2007: 119). Como disse o autor do *Portugal Contemporâneo*, vieram os inimigos com suas “armas aceradas” e rapidamente cortaram os “tentáculos desse monstruoso pólipó” que se tornara Portugal. Mas ficou o corpo, pequeno corpo de pigmeu – a “pequena casa lusitana”, como diz Camões –, além da enorme cabeça, Lisboa, fadada pela geografia a ser o principal porto da Península Ibérica, ponto de partida das viagens marítimas que mudaram o mundo para sempre e que propiciaram a sobrevivência do reino português no século XV. Mas, como disse Franchetti, apesar da energia inicial, o corpo era pequeno e demasiado frágil para sustentar a imensa cabeça-Lisboa – “tão suicidamente portuária”.

4. “Portugal a dar-se à luz”

Se atentarmos bem à “Nota do Autor para o Leitor” de *Directa*, veremos que ali Nuno Bragança anuncia a leitura da história portuguesa que se fará na ficção. As tais “páginas alheias” às quais ele recorreu após o “apelo interior” alertaram-no, entre outras coisas, para a importância de dois eventos entre fins do século XIV e início do XV: um deles é a conquista de Ceuta, sobre a qual já falamos, e o outro, ainda mais recuado no tempo, é a crise dinástica e a manutenção da independência perante Castela, cujo marco é a vitória decisiva na Batalha de Aljubarrota, sob comando do Condestável Nuno Álvares Pereira, em 1385.

Na realidade, é impossível entender esses fatos separadamente, afinal são o estabelecimento da nova dinastia e a garantia da independência política fatores fundamentais para que Portugal se tornasse a potência marítima do século XV. É de Oliveira Martins, autor que Nuno Bragança leu e citou, a tese de que, “inaugurado sem uma base rática ou geográfica, Portugal se afirma como nação com a dinastia de Avis, quando encontra e realiza a sua vocação marítima” (Franchetti, 2007: 118).

A correlação entre a refundação do reino, após o desfecho da crise 1383-1385, e a conquista de Ceuta, o primeiro grande episódio da expansão marítima portuguesa, é explicitada por Nuno Bragança na “Nota”, ao dizer que “[...] no Portugal que de Aljubarrota saltou para Ceuta, há hoje dores de cerco e privação [...]” (206). Entendemos que aqui o autor promove dois “saltos” históricos: o primeiro, obviamente, é o que liga Aljubarrota a Ceuta, separados no tempo por mais ou menos 30 anos, e entre os quais se estabelece uma relação de causalidade; já o segundo “salto”, bem maior, parte do cerco de Lisboa promovido por Castela no final do século XIV e aterrissa no presente histórico da publicação do livro, quando permanecem as “dores de cerco e privação”. Trata-se de mais um exemplo do exercício reflexivo que visa à gnose pátria por meio da conexão entre passado e presente. Exercício este que, como vimos, atravessa o romance de cabo a rabo.

Sobre as vinculações entre o império nascente e o império do presente da diegese falaremos com mais vagar ainda neste capítulo. Para sermos mais didáticos, fiquemos, por enquanto, com a crise dinástica do final do século XIV e a forma como Nuno Bragança a incorpora à narrativa.

O aparecimento das primeiras passagens das crônicas de Fernão Lopes ocorre no capítulo 16, logo após a reunião política. Devemos nos perguntar, tal como fizemos anteriormente em relação às primeiras citações, por que esses trechos da cronística régia aparecem nesta altura do romance e qual a relação desses textos com a diegese.

No final da reunião, quando Cecílio já arruma os papéis, Aníbal tem uma espécie de *insight*, que se traduz em pensamento pela palavra “*Topei*” (350). A sensação de asfixia, sobre a qual falamos anteriormente a propósito do poema de Cesário Verde, leva-o a abrir a janela da sala da reunião para respirar o ar fresco que vem do estuário, debruçando-se “o mais que pode para fora daquela sala”.

O peso da dupla tarefa já é motivo suficiente para esse cansaço. A responsabilidade de tirar mulher e país do atoleiro – responsabilidade que ele mesmo chama para si – justifica por si só o sufocamento que o impele a buscar o ar fresco que sobe do rio. O problema é que agora, somado a isso tudo, vem a súbita constatação de que o “acertado futuro estava longe” – referindo-se à perspectiva de um novo Portugal (354). Esse lampejo ou *insight* é sucedido por um diálogo interior, em que um dos dois “eus” expressa seu fastio em relação à existência, ao passo que o outro incentiva-o a seguir em frente – “*Temos um pequeno trabalho luso a fazer, meu melro*”. A crise da personagem surge em forma de embate interno entre um Aníbal desiludido, cansado, e um Aníbal resiliente, mais racional, à maneira do militante que não se deixa afetar pelas adversidades e consegue sustentar a solidez exterior:

- *Tenho sonos.*
- *Só os mortos não têm.*
- *Quero sair desta sala e deste país.*
- *Tens toda a razão em querer isto.*
- *Quero pirar desta época.*
- *Bom instinto. Segue em frente, é o único caminho. Portanto, topavas tu, dado que a causa fundamental do desenvolvimento é sempre interna...*
- *Vou saltar pelo telhado.*
- *Estás em carne humana, meu rapaz. Por ora é de rastos e no escuro* (351).

O verbo “topar”, aqui, deve ser entendido na sua acepção informal: compreender, perceber. Aníbal “topa”, sabendo que “*era mais confortável não saber*” (350). Tal entendimento, descrito como uma “espécie de salto enorme” (354), parece advir de um certo distanciamento em relação aos acontecimentos nos quais ele está envolvido – o

“salto enorme” faz com que ele consiga olhar “por cima do mato denso”, porém no horizonte nada vê senão mais mato.

Partindo da análise da situação da esquerda em Portugal após a crise 58-62 (sobre a qual falamos no capítulo anterior), Aníbal constata a fragilidade do projeto político ao qual se dedica. O grupo político que integra, formado em grande parte por dissidentes do PCP, surge para tentar acelerar a marcha da história, já que, a depender do PCP “ronceirante” (ou seja, vagaroso), não se esperam mudanças nem a curto nem a médio prazos. O problema – e é disso que Aníbal se dá conta – é que, ao menos por enquanto, nenhum grupo alternativo ao PCP reúne força suficiente para passar à frente do velho partido. Daí a metáfora da corrida de automóveis: o “Grande Prémio do Portugal Sem Classes”, no qual o lento PCP assume o papel do “carro-bandeira”, mas com a diferença de não ceder espaço, na hora da largada, para os carros que vêm de trás.

É preciso superar o PCP – seja nas suas ações, seja na sua forma de organização –, e é por se dar conta disso que Henrique decide deixar o partido e ingressar no Movimento. Mas como ultrapassar o PCP? Em que momento se poderá fazê-lo? Ou melhor: há forças para fazê-lo? Pois “só a tentativa de ultrapassagem revelará o potencial e a decisão que então serão a situação concreta do carro da frente: a capacidade deste para continuar à frente, bloqueando” (354). Ocorre que o Movimento (ao menos assim Aníbal o sente) caminha para a “lezíria”, tal como o velho partido: “Reuniões, contatos, papéis, a porra. As pequenas discussões teóricas e a grande catequese” (227). A reunião da qual ele acabara de sair de certo modo resume tudo isso. E por isso Aníbal sai dela ainda mais angustiado, sentindo “dores de privação” e “falta de companheiros para analisar o deserto implacável que atravessamos” (354).

Após a reunião, é chegada a hora de buscar Júlio no seu esconderijo para conduzi-lo à fronteira com a Espanha. Antes de parar o carro no passeio da Rua Marquês de Fronteira, Aníbal pensa: “*Apetece-me sentar no chão e gemer à antiga camponesa*” (355). Com o carro parado no alto do Parque Eduardo VII, olha para a Baixa e vê o estuário, entrando novamente em contato com o rio. Parece ser a vista da Baixa Pombalina a responsável por fazer irromper no meio da narrativa um trecho do capítulo XIV da *Crónica de D. Pedro I*⁵³, de Fernão Lopes, em que João Afonso Telo é armado cavaleiro na igreja de São Domingos, cerimônia que é sucedida por uma grande festa que ocorre

⁵³ LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965, p. 62 e 63.

no Rossio, “*em que havia grandes montes de pão cozido e assaz de tinhas cheias de vinho, e logo prestes por que bebessem*” (355). Esse é o início de um novo “mosaico textual” que, ocupando as primeiras páginas do capítulo 16, vai fazer uma reconstituição da “revolução” de 1383 por meio da transcrição de alguns trechos das crônicas régias de Fernão Lopes.

Não é fácil estabelecer conexões entre o que vinha sendo narrado em *Directa* e os textos de Fernão Lopes. Ainda assim, é possível apontar alguns caminhos de interpretação que nos parecem válidos.

Como acabamos de dizer, Aníbal sai da reunião desiludido, sentindo-se ainda mais sufocado do que antes. A cidade é um polvo que o aperta e, tal como vimos no diálogo que ele trava consigo mesmo, cresce dentro de si o desejo de fugir, seja do país ou desta época. No romance seguinte, *Square Tolstoi*, Aníbal parece realizar esse desejo de fuga: ele continua colaborando com o Movimento, mas agora de Paris. A segunda alternativa – “*pirar desta época*” – é endossada pelo outro “eu”, de cuja resposta – “*Segue em frente, é o único caminho*” – se podem entender duas coisas: a primeira, mais evidente, é a que vê nessa resposta uma sugestão para que ele siga em frente, no sentido de continuar a lutar diariamente, tal como vem fazendo, para que esta “época” possa se transformar, em algum lugar no futuro, em outra “época”; resumidamente: a única via de escape, a única forma de se forjar um futuro diferente, é a luta diária, e é por isso que o segundo “eu” afirma se tratar de um “*Bom instinto*”, que o levará, inclusive, a perceber a si mesmo – “*topavas tu*”.

Mas também é possível ler esse trecho do diálogo entre os dois Aníbais como um incentivo a uma fuga para o passado, o que se vem fazendo, aliás, desde o princípio de *Directa*. Já dissemos, mas não custa lembrar: a viagem para o passado visa à descoberta de pistas para o equacionamento dos problemas do presente; em última análise, volta-se ao passado para entender o que é Portugal e por quais motivos ainda se vivem “dores de cerco e privação” (206). Nesse sentido, a tal “fuga” mencionada no diálogo interno da personagem pode ser lida como um processo investigativo levado a cabo por aquele que se propõe a ser intérprete de seu país.

Portanto, admitindo-se a validade desse ponto de vista, o novo “mergulho” no passado, o mais fundo de todos, teria sido provocado, a princípio, pelo fato de Aníbal avistar a Baixa, onde sucedem os acontecimentos narrados no capítulo XIV da primeira das três crônicas de Fernão Lopes. Mas o motivo principal do retorno a esses textos do

século XV é o fato de se poder encontrar neles a reconstituição dos principais episódios que envolvem o nascimento de um novo país, a partir do qual nem Portugal nem o mundo serão os mesmos. Esses acontecimentos decisivos de fins do século XIV estão na base do projeto imperial, cujos desdobramentos se fazem notar até a segunda metade do século XX, presente da diegese.

Assim, lançando mão de textos fundamentais, onde “as raízes [de Portugal] têm importante desenho” (para mencionar mais uma vez a “Nota”), o narrador de *Directa* parece apontar o dedo para um momento específico do passado nacional e dizer: ali está “Portugal a dar-se à luz” (356).

Num dos momentos de maior angústia do protagonista, em que este sente-se estar num beco sem saída, surgem as crônicas de Fernão Lopes, como se com isso o narrador quisesse indicar uma saída. Isso nos faz lembrar de um verso dos *35 poemas* de Cristovam Pavia, citado em *A Noite e o Riso*: “Só há saída pelo fundo” (67). Em *Directa*, é pela descida às zonas mais profundas da história pátria que se encontra, ou ao menos se tenta encontrar, a “saída”. Ou seja: é através da compreensão do passado pátrio que se constrói um entendimento do presente, essencial para que se possam imaginar futuros menos sombrios. A “saída” é a autognose pátria. E a autognose se faz por meio da história.

Na parte final da já citada entrevista concedida a Helena Vaz da Silva logo após a publicação de *Directa*, Nuno Bragança faz um resumo de seu projeto de gnose pátria realizado no romance:

O passado de uma nação é como o passado de uma pessoa; quanto mais remoto ele é, mais importante pode ser. Só quando uma pessoa – ou uma nação – se conhece a si própria, se pode assumir, e então escolher. As leituras que eu fiz sobre o passado foram sempre determinadas por exigências de presente e nunca por um estudo metódico. Eu não sou um estudioso. Mas em certas alturas o que estava a acontecer levava-me a procurar situações semelhantes e essas, por sua vez, remetiam-me para outras raízes e origens. Penso que o que interessa é encontrar o passado que está presente no presente (1977: 110 e 111).

A última frase sintetiza a intenção do autor nesse recuo sistemático ao passado nacional. Interessam-lhe as “raízes”, as “origens”, cujo conhecimento é fundamental para que se perceba o presente português. Isso explica os constantes saltos temporais ao longo do romance. Essas conexões entre fatos históricos, alguns deles distantes alguns séculos uns dos outros, são justificadas pela premissa de que a história está longe de ser uma

sucessão de fatos aleatórios. Há mais do que uma relação profunda entre eles. O passado está no presente. E é a partir dessa constatação que o romancista-intérprete se encarrega da tarefa de identificar o passado que atua no Portugal do presente.

Segundo a teoria freudiana, no psiquismo do indivíduo há conteúdos que não estão no campo da consciência mas frequentemente agem sobre ela, como se um “outro” eu buscasse a todo momento o comando das ações. No caso de uma nação, e seguindo a linha de raciocínio de Nuno Bragança, há um passado, formado por um conjunto de experiências, algumas delas vividas ainda no período da primeira infância, que continuam a atuar, independentemente da nossa vontade. Esse “outro” nacional, queiramos ou não, faz-se presente. O que se chama de consciência histórica, que pode ser traduzida como a compreensão da nossa própria trajetória coletiva dos mais remotos tempos até o presente, aproxima-se do conhecimento de si proporcionado pelo tratamento psicanalítico. Esse “assumir-se” de que fala Nuno Bragança nada mais é do que o enfrentamento daquilo que se é, sobretudo daquilo que se esconde de si próprio. Se, como diz Freud, é por meio da análise que um paciente pode tomar consciência desses sentidos ocultos, visando ao autoconhecimento, um povo só pode se conhecer através de um estudo aprofundado da própria história.

Nessa mesma entrevista, após afirmar que as pessoas têm dificuldade em entender aquilo que influencia o presente porque em geral lhes falta “conhecimento real do passado histórico”, Nuno Bragança faz referência a Ceuta: “Daí que o passado de uma nação como Portugal – que tem um passado muito estranho, pela evolução que teve a partir do momento em que saltou para Ceuta – pese imenso no presente português” (1977: 108 e 110).

Portanto, Ceuta é o marco. Aí começa um novo país, que, entretanto, já fora parido no final do século XIV, com a refundação do reino, verdadeira “viragem na história portuguesa” (Sousa, 2015: 147). A escolha dos excertos das crônicas de Fernão Lopes, inclusive a ordem em que esses excertos aparecem dentro do “mosaico” no capítulo 16 de *Directa*, é didática.

5. A crise dinástica

Primeiro, D. João Afonso Telo é armado cavaleiro por D. Pedro I, acontecimento sem grande importância não fosse o fato de Afonso Telo ser irmão⁵⁴ da futura rainha D. Leonor Teles, cujo casamento com D. Fernando, em 1371, gerou enorme oposição, entre outras coisas porque representava uma aliança com um setor da nobreza do qual Telo fazia parte. Havia, claro, as questões morais, que são bem conhecidas: a fidalga Leonor já era casada, o que gerou um grande escândalo. Além disso, contribuiu decisivamente para o início dos tumultos o “crescente peso da família de Leonor Teles” (Sousa, 2015: 130), que desagradou setores da nobreza, mas sobretudo o “povo miúdo”, que “intuía que, com a promoção de Leonor Teles a rainha, o bando dos fidalgos, grandes proprietários de terras, grupo social a que ela pertencia, ganharia uma preponderância no reino [...]” (Serrão, 1976: 32).

Assim, pelo que se nos afigura, esse primeiro excerto cumpre a função de introduzir, ainda que de forma vaga, aquele que talvez seja o principal fator dos protestos contra o casamento do rei com Leonor Teles. Como alerta Joel Serrão, não se pode compreender a escalada da crise sem atentar para os motivos pelos quais Leonor Teles não agradava às “gentes miúdas” (Serrão, 1976: 34). O fato dela ser irmã de Afonso Telo, conde de Barcelos, está longe de ser um mero detalhe. Em 1383, o já doente D. Fernando doou a alcaidaria de Lisboa a Telo. Com isso, os dois irmãos, após a morte do rei, teriam amplos poderes: ela seria a regente, e ele o chefe militar de Lisboa (Duarte, 2018).

Ademais, não nos esqueçamos de que Afonso Telo, que chegou a alinhar com D. João I durante a crise, rapidamente virou a casaca e terminou ao lado de Don Juan I de Castela, por quem lutou e morreu em Aljubarrota em 1385. Classificava a “revolução” como “samdice quall levamtarom dous sapateiros e dous alfaiates” (apud Torres, 1979: 144). Se encararmos o movimento de 1383 como uma “revolução” de caráter popular, tal como sugerem alguns autores, Telo encerrou sua biografia como inimigo do povo português.

Na sequência da transcrição da cena em que Telo é armado cavaleiro por D. Pedro, o narrador retoma a descrição da cena em que Aníbal contempla a cidade do miradouro

⁵⁴ Alguns dizem ser irmão, outros dizem ser tio. Ficamos com Rui d’Abreu Torres (1979: 143) e Joel Serrão (1976: 36), que dizem que ela era irmã de Afonso Telo.

do Parque Eduardo VII. Repara nos anúncios luminosos do Rossio, pegado ao mosteiro – eis o *link* para o próximo “retalho”: um trecho do capítulo LXI da *Crónica de D. Fernando*, em que se narra o episódio em que o sucessor de D. Pedro I foge de Lisboa com Leonor Teles, deixando “muitas gentes no alpendor d’aquell moesteiro de Sam Domingos, onde el-rrei avia de viir ouvir por parte do poboo as rrazões que lhe aviam de dizer a este casamento nom seer boom” (Lopes, 1975: 213). A atitude do rei fez com que o grupo de mesteiros, liderado pelo alfaiate Fernão Vasques, ficasse ainda mais irritado com toda a situação. O rei, por sua vez, mandou prender os revoltosos, entre os quais o alfaiate agitador. Todos foram decepados.

Introduz-se, entre parêntesis, o nome de Duarte de Almeida, alferes-mor de D. Afonso V, que teria morrido na Batalha de Toro, em 1476, sustentando até ao fim o estandarte real, apesar de ter perdido as duas mãos. Daí a alcunha “Decepado”. Sem as mãos, Duarte de Almeida teria segurado o estandarte com os dentes. Lendário ou não⁵⁵, esse episódio evocado pelo narrador de *Directa* remete-nos a uma batalha ocorrida quase um século após a execução de Fernão Vasques e que representa o fracasso da “tentação ibérica” de D. Afonso V (Sousa, 2015: 166). Assim, em mais um salto histórico, dentre os muitos que há no romance, somos apresentados, primeiro, ao nascimento de um projeto de país, e logo na sequência a um fracasso desse mesmo projeto, representado pela tentativa falhada de fazer da Península um só Portugal. O projeto de grandeza que vai se desenhando já em fins do século XIV, mas que se consolida de fato só no século XV, conhece na Batalha de Toro um importante revés. Outros viriam, até o duro golpe em Alcácer Quibir, que só não foi a estocada fatal porque o sonho de grandeza sobreviveu ao sumiço do rei no vasto areal africano.

Após a menção ao “Decepado”, o narrador transcreve novo excerto de Fernão Lopes, desta vez do capítulo XLIII da *Crónica de D. Pedro I*. O texto é introduzido pela já citada frase: “Portugal a dar-se à luz” (356). Trata-se da cena em que D. Pedro, pegando seu filho bastardo nos braços e beijando-o na boca, conta que sonhara com um Portugal ardendo em chamas e que seu filho, “*com uma vara na mão*”, vinha para apagar o fogo. Assim o futuro se apresentava ao rei: haveria em breve um desastre, e seu filho João seria

⁵⁵ Não conseguimos encontrar referências nem ao feito nem à personagem histórica do alferes-mor, o que nos faz duvidar da veracidade dessas informações. Reforça essa dúvida o caráter acentuadamente dramático do episódio, que beira o irrealismo. Acessamos a história de Duarte de Almeida por meio da versão eletrônica do *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, disponível em <http://www.arqnet.pt/dicionario/almeidaduarte2.html>. A versão impressa, à qual não tivemos acesso, é de 1904, e foi editada por João Romano Torres.

o responsável por salvar o país. Se a fundação da monarquia portuguesa no século XII tem o seu mito, o Milagre de Ourique, a refundação do reino no século XIV ganha o seu, por meio da pena de Fernão Lopes, incumbido por D. Duarte, filho de D. João, da tarefa de contar a história recente portuguesa com o claro propósito de legitimar a nova dinastia através da “apologia do seu rei fundador”, já que nem o Direito Sucessório nem o Tratado de Salvaterra poderiam fazê-lo (Sousa, 2015: 145, 146). A profecia vinha cumprir esse papel.

Voltemos a Aníbal. Ele ainda está parado no alto do Parque Eduardo VII, de onde tem uma visão panorâmica da cidade. A visão do estuário iluminado e a lembrança de uma ocasião em que vira esse mesmo rio à noite do alto de um telhado na Sé introduzem o último “retalho” desse extenso manto que ocupa as primeiras páginas do capítulo 16. Trata-se dos acontecimentos imediatamente posteriores ao assassinato de João Fernandes Andeiro, evento central na ascensão política de seu assassino, o Mestre da Ordem Militar de Avis.

Com a morte de D. Fernando, tal como ficara acordado com Castela, Leonor Teles assumiu a regência, cargo que só deixaria quando um filho de D. Beatriz com D. Juan de Castela completasse 14 anos. Andeiro, fidalgo galego, Conde de Ourém, não só era conselheiro como também amante de Leonor Teles. Crescem as conspirações por parte dos opositores de Teles contra Andeiro. Dizemos “crescem” porque, tal como diz Serrão, há tempos se conspirava contra Andeiro, que já fugira de cinco tentativas de assassinato (1976: 36). Não escapou da sexta, executada pelo Mestre de Avis em dezembro de 1383 e planejada, por incrível que pareça, por João Afonso Telo, que tinha interesses particulares em eliminar tamanha influência sobre a irmã.

Mas deixemos os pormenores de lado. Convém ressaltar que o evento transcrito após a lembrança da ocasião em que Aníbal vira o estuário de um telhado da Sé é o do linchamento do prelado castelhano, Bispo de Lisboa, perseguido e brutalmente assassinado por uma turba que invadiu a torre da Sé. Mais uma vez, é o espaço que estimula a memória textual. Após os episódios violentos do último mês de 1383, vão se constituindo dois partidos: de um lado, os apoiadores da regente, que acorrera ao genro castelhano para garantir o *status quo*; de outro, o Mestre de Avis, aclamado regente pela arraia miúda, pelos mesteirais e pequenos agricultores e apoiado posteriormente pela burguesia (Serrão, 1976: 44). Era o início da “revolução”.

Temos usado o termo entre aspas porque não há consenso se o que houve a partir de 1383 pode ser considerado uma autêntica revolução. Joel Serrão, embora admita que a “vitória final” não foi do “povo miúdo [...] cuja situação e modo de vida se não alteraram”, não hesita em denominar o movimento que levou à ascensão de D. João I de revolução (1976: 47). A grande beneficiária dessa história, no final das contas, foi a burguesia comercial-marítima, que impôs os seus interesses como política nacional, dando início, no século seguinte, à “largada para além-mar” (47). Aliás, acreditamos ser esse o motivo pelo qual Nuno Bragança regressa a Aljubarrota, conectando-a a Ceuta: para que se entendam os condicionantes do grande Portugal do século XV, é preciso voltar alguns passos a fim de perceber de que modo o projeto imperial tornou-se possível. Como já dissemos, *Directa* vai atrás das raízes de um projeto, objetivando compreender, a partir desse “mergulho”, o passado que ainda vive no presente nacional.

6. A “revolução” de 1383

É preciso chamar a atenção para outra possível interpretação do “mosaico textual” do capítulo 16. Anteriormente, ao comentar a tese de Bruno Henriques⁵⁶, dissemos que há no romance um interesse especial por episódios da história de Portugal em que o povo se insurge contra os poderosos para defender seus interesses. A evocação desses episódios, seja através da memória da personagem seja por meio dos textos citados, assume um caráter didático na medida em que fornece contributos para o entendimento da luta que se trava no presente. Vimos que para Aníbal o ato de rememorar pode ser visto como fonte de aprendizado. Ora, se a revolução que se quer construir depende da ação voluntária do povo, faz sentido que se busquem na história exemplos de sublevações populares que sirvam de referência para as ações do presente.

Mas, como também dissemos no capítulo anterior, discordamos de que isso revele um “verdadeiro carácter português que perante as adversidades luta para se manter livre de qualquer tipo de opressão” (Henriques, 2009: 66). De fato, a luta pela liberdade pode ser verificada em diversos momentos da história de Portugal, mas isso não nos autoriza a afirmar que o português possui uma índole libertária – aliás, nem isso, nem o contrário.

⁵⁶ Ver página 46.

Não vemos motivos para supor que Nuno Bragança pensasse assim. Tampouco identificamos isso no romance, que é o que mais nos interessa neste momento.

Os acontecimentos de 1383-1385, ao emergirem nas páginas de *Directa*, ganham um carácter modelar – e neste particular concordamos com Henriques – não porque revelem a natureza de um povo recalcada pelo fascismo, mas porque contam aos portugueses do presente que séculos atrás houve uma revolução de carácter eminentemente popular e que talvez agora se possa fazer o mesmo. Daí o interesse do narrador pelas páginas de Fernão Lopes.

Como dissemos, há controvérsias se foi ou não uma “revolução”. Eduardo Lourenço considera que “a tão celebrada (sobretudo à esquerda) Revolução de 1383-85 é um puro mito. Basta pensar que o nosso herói nacional ficou com 1/3 de Portugal” (1999: 59).

Joel Serrão concorda com esse ponto de vista, ao admitir que

o arranjo político que se seguiu à revolução de 1383-1385 não foi, na verdade, revolucionário: substituiu-se uma antiga nobreza por uma nova que, embora de extracção burguesa, não deixou de ser idêntica à antiga. Em suma: a estrutura da sociedade portuguesa não foi alterada pela revolução de 1383-1385 (1976: 59).

Este, ao que parece, é um ponto pacífico: a sociedade que emergiu após 1385 não era, em sua essência, diferente da anterior, já que a antiga nobreza deu lugar a uma nova, e a situação do povo continuou basicamente a mesma. Ainda assim, Joel Serrão sustenta o nome “revolução” para os acontecimentos políticos de fins do século XIV em Portugal, a ponto de utilizar o termo no título de seu trabalho⁵⁷, salientando que o conflito foi deflagrado por um choque de interesses entre dois grupos sociais opostos: de um lado, os pequenos agricultores, mesterais e o povo miúdo; de outro, os “homens bons” e a fidalguia (1976: 46, 47). Esse “choque de interesses”, que mais tarde se traduziu na oposição entre partidários do Mestre e partidários da rainha, origina-se, segundo Serrão, de uma “fractura social” – “uma diferenciação social progressiva” oriunda da política económica adotada por D. Fernando (30, 31) – que explica o clima de tensão que se vivia às vésperas dos tumultos de 1383.

⁵⁷ SERRÃO, Joel. *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

Sob esse ponto de vista, a guerra civil foi resultado da intensificação da luta de classes⁵⁸ e da indignação da arraia miúda contra as suas condições de vida. Só posteriormente a “revolução” ganhou outro caráter, transformando-se em movimento burguês, que se sobressaiu ao primeiro movimento. Daí a constatação de Serrão da existência de duas “revoluções” dentro de uma só (1976: 48), ponto de vista que diverge daquele adotado por António Sérgio, para quem o movimento desde o princípio teria sido impulsionado e dirigido pela burguesia comercial do Porto e de Lisboa (50). Para Serrão, pelo contrário, era o povo o maior interessado na “revolução”, e foram os levantamentos populares que deram ao golpe de Estado perpetrado pelo Mestre de Avis ao assassinar o Conde de Andeiro o seu caráter revolucionário, ainda que mais tarde a “revolução” assumisse “cariz burguês” (144).

Seja como for, ambos os autores concordam que a intensificação da diferenciação social é determinante para os acontecimentos descritos. E acreditamos que Nuno Bragança estivesse atento a isso quando decidiu inserir trechos das crônicas de Fernão Lopes em *Directa*. O “carácter retintamente popular” da “revolução” (Serrão, 1976: 45) certamente motivou a costura dessa “manta de retalhos”, na qual dois textos narrativos, embora separados por aproximadamente seis séculos, aparecem imbricados como se se tratasse, ao fim e ao cabo, de uma só narrativa. Assim, a mistura de textos e de tempos vem chamar a atenção para o passado que se faz presente, tal como diz Nuno Bragança na entrevista citada logo acima.

7. Ultramar: um “entalanço histórico”

“*Saindo do nada, cheguei à miséria*”. O protagonista (já narrando em 1ª pessoa no capítulo 18) pergunta-se se a frase de Groucho Marx não poderia ser aplicada à trajetória da humanidade, assegurando que Portugal é perfeitamente capaz de entendê-la (382).

Se olharmos especificamente para a história portuguesa, o ponto de partida ou marco-zero dessa trajetória secular é o momento em que o reino se define territorialmente no século XIII, quando termina o processo de Reconquista. A opção atlântica significou,

⁵⁸ Joel Serrão faz uma ressalva sobre os inevitáveis equívocos de se usar o conceito de classe social para se referir à sociedade portuguesa medieval, estruturada em ordens (1976: 140).

no século seguinte, a saída para a depressão econômica que caracterizou o fim da Idade Média, e desde então a pátria pequena deixou de ser pequena. Mas para que o movimento expansionista ocorresse, houve a refundação do reino, narrada por Fernão Lopes como “marco de uma nova idade da história universal, projectando Portugal para o centro do mundo” (Calafate, 2006a: 98). O período de glórias, no entanto, durou pouco. O “Naufrágio do galeão grande São João”, que compõe a *História Trágico-Marítima*, ao ser incorporado à narrativa em novo “mosaico textual” no capítulo 18 de *Directa* (382, 383), simboliza a precoce decadência de uma potência marítima que estava prestes a perder sua independência.

Mas, se prestarmos atenção, veremos que há mais do que isso nessas citações. Mais do que um símbolo dos insucessos do passado, o relato do terrível naufrágio do galeão, ocorrido em junho de 1552, parece ter algo a dizer ao presente.

Aníbal vê na narrativa de Gomes de Brito uma espécie de sinal, uma advertência para o português do século XX caso este insista no erro de seus antepassados. Se o rumo da nau não for alterado, a tendência é a de que mais naufrágios estejam por vir. Ou quem sabe o naufrágio iniciado séculos atrás ainda não tenha terminado...

O primeiro excerto da *História Trágico-Marítima* – em que se conta o momento exato em que a “*nau tão rica*” se desfez no oceano, matando “*mais de quarenta portugueses e setenta escravos*”, e obrigando os sobreviventes, entre os quais o capitão Manoel de Sousa Sepúlveda e sua família, a buscarem salvação na Terra do Natal, a sul do continente africano – é precedido por algumas considerações profundamente esclarecedoras do narrador-personagem sobre a forma como, no seu entender, o passado se relaciona com o presente nacional:

Quando é que os povos perceberiam – e sobretudo o povo português – que Portugal estava (ainda estava) na encruzilhada dessa enorme crise humana – crise de crescimento iniciado num recanto obscuro do Velho Mundo que, no século XV, tinha aberto as rotas dos oceanos todos e de todas as terras do planeta? Que uma hipótese de Unificação da Sociedade Humana tinha sido aberta pelos navegadores ibéricos dos Descobrimentos? Desse ímpeto restava, para Portugal, um entalço histórico de um engalfinhamento em África. Enquanto Castela rumara sobretudo transatlanticamente, Portugal descera ao longo do continente africano, contornara-o para alcançar o seu objetivo, que era o Oriente. E no refluxo da sua expansão excessiva, os sobreviventes⁵⁹ tinham recorrido com

⁵⁹ Na edição do romance consultada, a 2ª edição da *Obra Completa*, publicada em 2017, a palavra usada é “sobreviventes”. A princípio, pensamos que poderia ser um neologismo, o que não seria estranho em se tratando de Nuno Bragança, escritor habituado aos experimentalismos de linguagem. No entanto, ao consultarmos a 3ª edição do romance, vimos que no lugar do suposto neologismo aparece a palavra

crescente desespero a uma salvação da dimensão ultramarina agarrando-se ao continente africano (382).

Primeiro ponto: perceber Portugal requer conhecer a sua história. Disso já falamos algumas vezes, mas não custa recordar, já que esse é um pressuposto básico da gnose pátria em *Directa*.

Segundo ponto: a crise na qual Portugal “ainda estava” começou lá atrás, no século XV. Portanto, a fim de se construir um conhecimento sobre o que é ser português hoje, o que inclui perceber a sério os problemas que atualmente afligem os portugueses, é necessário identificar seus condicionalismos históricos. É preciso regressar às origens.

Terceiro ponto: trata-se de uma “crise de crescimento” – uma crise ainda não acabada que se inicia no exato momento em que o pequeno reino começa a se tornar império.

Esse tema é retomado em *Square Tolstoi* no diálogo já referido entre Aníbal e Outro, em que aquele afirma que “com o advento da Segunda Dinastia os portugueses começaram a não saber caber em Portugal. Isto não teve só motivações económicas, foi também pancada na bola” (536). Ora, qual o significado de “pancada na bola” senão loucura, delírio?

Para António Vieira, a esperança no Império universal – esperança fundada na profecia e na assistência divina – não dispensava o esforço do português em realizar a vontade de Deus. Para consumir o seu fim apostólico, era preciso que o português fosse capaz de transcender a si mesmo. Afinal, como diz Vieira, “não há grandes feitos sem mistura de doidice” (apud Calafate, 2006b: 63). Doidice que significa sair de si, estar fora de si: tanto no sentido de deslocar-se pelo mundo, como no sentido de pôr-se acima da razão, na altura dos maiores sonhos que alguém um dia já sonhou (62)⁶⁰.

Lembremos que nesse diálogo entre Aníbal e Outro⁶¹ este qualifica como “erro” e “ilusão” o projeto imperial, visão completamente distinta da de Vieira. “Chegou a hora de acabarmos com a loucura se não quisermos que ela acabe connosco”, diz o Outro (536).

“sobreviventes”, o que, convenhamos, faz todo o sentido, e nos leva a crer que “sobreviventes” é mesmo fruto de gralha ou equívoco tipográfico. Ver: BRAGANÇA, Nuno. *Directa*. Lisboa: D. Quixote, 1995, p. 247.

⁶⁰ Falaremos mais sobre a ideia de loucura, seja em Vieira ou em Nuno Bragança, na última parte deste trabalho, quando iremos abordar o tema do futuro.

⁶¹ Ver páginas 61 e 62.

E acabar com a loucura significa pôr um termo de uma vez por todas no Império, seja em sua dimensão material ou espiritual. “É uma situação de vida ou morte”, ele prossegue; “Por isso é que temos de fugir para dentro de nossas fronteiras naturais”. A insistência no “erro”, em cujas “trevas” Camões também teria caído, levava Portugal à desgraça, cujo ápice foi Alcácer Quibir – tragédia absolutamente “inevitável”, tendo em vista que “D. Sebastião”, segundo o Outro, “é a encarnação mais significativa do delírio português” (536).

Esse “delírio”, que entendemos como uma dimensão espiritual ou ideológica de um projeto econômico e político, se foi encarnado por D. Sebastião, talvez tenha n’*Os Lusíadas* a sua maior expressão literária. Já falamos sobre o canto camoniano a propósito do “mosaico textual” que inclui trechos do poema de Cesário Verde⁶² e não podemos esquecer que na “Nota do Autor para o Leitor” o épico é um dos três livros (os outros dois são *Mensagem* e *Ode Marítima*) que, segundo Nuno Bragança, reforçaram em si o que ele chama de “espanto meta-histórico” (206).

No ensaio “A emigração como mito e os mitos da emigração”, Eduardo Lourenço afirma que, apesar das diferentes imagens que se fizeram do poema de Camões ao longo dos anos,

não é possível, para ninguém, separar o seu canto épico da apologia histórica de um povo enquanto vanguarda de uma fé ameaçada na Europa do tempo e de um império igualmente guarda-avançada da expressão comercial e guerreira do Ocidente. É essa “a matéria” textual do Poema. Não tem outra e é absurdo fingir que possa tê-la (1991: 122).

Em “Camões no presente”, que também consta n’*O Labirinto da Saudade*, ao tratar do tema da hipertrofia do amor pátrio no poema camoniano, Lourenço afirma que “Camões conferiu-nos, colectivamente, uma existência epopeica e desta insolação sublime nunca mais nos curámos” (156). Seriam o “delírio” de que falávamos e a “insolação sublime” de que fala Lourenço termos intercambiáveis, na medida em que ambos designariam essa dimensão ideológica do projeto político imperial? Acreditamos que sim.

É inegável – e nenhuma exegese “progressista” o poderia esconder, se tal fosse o seu propósito ou interesse – que a epopeia camoniana é, entre outras coisas, um genial manifesto, uma máquina de guerra coerente, e não um poema asséptico e intemporal

⁶² Ver página 58.

dedicado à exaltação de um amor pátrio sem conteúdo histórico preciso. Nele se encontra com coerente paixão um Ocidente contra-reformista e expansionista, de que o pequeno Portugal é a providencial e alta vanguarda (Lourenço, 1991: 155).

Mas, adverte Lourenço, havia na época de Camões um “tipo de existência individual e colectivo” que em parte justificavam tal “bazófia” de que o poema é a mais completa tradução (1991: 157). Ademais, o poeta “não confundiu a gesta ideal da pátria com a sua realidade efectiva portas adentro”. E, um pouco mais adiante, afirma que a “hipertrofia do sentimento nacional”, de que *Os Lusíadas* são “eco sublimado”, “só se tornará grave e patológica à medida, ou nos momentos, em que a distância entre a nossa hora solar e a realidade decaída que a prolonga se acentuará”.

Ou seja, o problema que aqui se aponta está na releitura do poema camoniano na ocasião das comemorações do 4º centenário de sua publicação⁶³. A crítica, portanto, tem objeto definido: a apropriação que o regime fascista faz d’*Os Lusíadas*, deslocando o texto de seu tempo e de seu lugar, “onde cobrou sentido”, e explorando seu “capital ético e ideológico” em favor de um “ultranacionalismo retrospectivo e absurdo” (Lourenço, 1991: 154-157). O amor pátrio não tem nada de anacrônico em si. O anacronismo estaria na transplantação acrítica para o presente do amor pátrio camoniano, motivada pela “óbvia tentação de cobrir com o real manto camoniano (que ele nunca usou...) uma perspectiva histórica e uma visão ideológica cujas exigências parece não terem mudado passados quatro séculos” (155).

Parece-nos que a crítica de *Directa* reside justamente aí. A existência imperial resiste aos séculos, renascendo com força sob o Estado Novo – como, aliás, já ressaltamos no capítulo 1, quando analisamos a cena do Cais das Colunas⁶⁴. A tentativa de autognose pátria solicita um aprofundamento cada vez maior do “mergulho” na história. Assim, o “entalanço” em África da segunda metade do século XX remete o pesquisador ao pioneirismo das naus henriquinas. O procedimento, como já dissemos, opera aos saltos, porém buscando promover conexões. A continuidade material do Império também se dá no plano ideológico – a tal persistência da loucura de que fala o Outro em *Square Tolstoi*. Loucura esta que remonta ao século XV, quando, sob Afonso V, ocorre uma “mudança de grandes e prolongadas consequências nas características e na auto-representação da monarquia portuguesa”, que desde então passa a incluir nos documentos régios, após o

⁶³ Eduardo Lourenço escreve esse ensaio em 1972.

⁶⁴ Ver página 30.

tradicional “Rei de Portugal e do Algarve”, a referência “d’aquém e d’além-mar em África”, cujos efeitos simbólicos não podem ser ignorados (Sousa, 2015: 162). Com isso, prossegue Bernardo Vasconcelos e Sousa, a “monarquia incorporava na própria titulação dos seus protagonistas a dimensão e o destino imperial”.

Essa autoimagem ganha a sua primeira expressão literária, antes mesmo d’*Os Lusíadas*, com João de Barros, autor da *Crónica do Imperador Clarimundo*, romance publicado em 1520. O nome de Barros consta na lista de autores da “Nota” (205), e é provável que Nuno Bragança tenha meditado-trabalhado (para usar uma expressão dele mesmo) a obra de Barros tanto em sua faceta historiográfica quanto ficcional, ambas importantíssimas para qualquer um que deseja compreender o Portugal quinhentista. As *Décadas da Ásia* certamente lhe interessaram pela narração das aventuras do reino luso, que da África pulara rapidamente para o Oriente, realizando, dessa maneira, sua vocação atlântica; e a *Crónica do Imperador Clarimundo*, pelo fato de alegorizar, sob a aparência de um romance de cavalaria, o “sonho imperial nascente de que Portugal é o sujeito e o objecto” (Lourenço, 1999: 121). A profecia do mago Fanimor é, segundo Lourenço, a “primeira expressão da mitificação épica do destino português, enquanto destino como vocação ao império universal” (123), de modo que se pode considerar Barros precursor de Camões e Vieira. Enquanto “fonte e espelho do imaginário de uma época”, Barros reestrutura, nas palavras de Lourenço, a “ideologia” e a “mítica” imperiais, influenciando decisivamente o autor d’*Os Lusíadas* (131).

A política e sua justificação ideológica. A origem do império, a partir da refundação do reino e da ida a Ceuta, e a formação da ideologia imperial. As motivações políticas e econômicas, bem como a “pancada na bola” de que fala Aníbal. O Império redivivo do século XX e a permanência de uma loucura que, além de anacrônica, é maléfica em vários sentidos.

Directa é um romance que aponta para a frente (como veremos a partir do capítulo seguinte) mas que não perde de vista o passado, onde estão as origens dos males do presente. A propósito, nesses textos do passado já é possível encontrar sinais de alerta. Eram os perigos do sonho de grandeza, pelo qual se poderia pagar um “preço demasiado alto” (Calafate, 2006a: 30). Até em Camões há indícios disso, como verifica Antero de Quental no volume II das *Prosas da Época de Coimbra*:

Nos *Lusíadas* encontram-se vez em quando estrofes sombrias, que são como um lúgubre *cras enim moriemur* [amanhã morreremos], lançado no meio das alegrias daquele festim heroico. Era o futuro velado e lutuoso que o profeta entrevia num deslumbramento profético. A nação estava, com efeito, condenada (apud Calafate, 2006a: 275).

João de Barros, apesar do sentimento de garantia suscitado pela proteção divina, já “antevia os perigos do abandono do solo pátrio” (Calafate, 2006a: 217). Era a prudência contrabalançando a exaltação do destino imperial, evidenciando certa ambiguidade ou mesmo dúvida em relação aos acontecimentos então em curso; segundo Calafate, trata-se de um “grito de alarme, próprio dos que sabem e conhecem o fim trágico da grande missão” (218).

Tal é a “ambiguidade” de que fala Nuno Bragança numa passagem da “Nota” que vale a pena transcrever:

Portugal pós-25 de Abril continua saldando dívidas contraídas num contexto de cuja ambiguidade autores como os atrás citados dão aviso. A industrialização sobrevinda após a generalização e domínio do mercado, bem como a vassalagem ante o dinheiro e o crescimento desenfreado de uma produção económica mais sequiosa do Poder que orientada para o alívio generalizado da miséria, conduziram a humanidade a uma situação de encruzilhada como jamais o mundo conheceu. E se, no Portugal que de Aljubarrota saltou para Ceuta, há hoje dores de cerco e privação, talvez isso não seja mais do que um sinal de que a nação portuguesa nunca permaneceu alheia aos dilemas que o Renascimento inaugurou (206).

Se olharmos para o presente da diegese, a imagem de Manuel de Sousa e sua família abandonando o navio e indo a nado buscar a salvação em solo africano simboliza o desespero de um regime que, para salvar sua dimensão imperial, agarra-se como pode aos novos Brasis que lhe restam em África, ignorando os alertas emitidos das profundezas oceânicas pelos fantasmas do galeão.

8. O início da “biografia moderna do capitalismo”

O crescimento do reino – que em pouco tempo expandiu o quintal da “pequena casa lusitana”, transformando-se em potência imperial – é um fenómeno que se relaciona com transformações que se dão em escala global: a saber, a ampliação dos horizontes do mundo conhecido pelo homem ocidental, abrindo-se caminhos para a conexão de todos os pontos do planeta.

Aurélio de Oliveira afirma que os Descobrimentos portugueses “assinalam e desencadeiam efetivamente os primeiros passos da Globalização” (1999: 14). A propósito, já havíamos tocado nesse tema quando analisamos os primeiros “mosaicos textuais” do romance, e aqui vale a pena recordar a metáfora do “grão de mostarda”, semeado em solo português, que, ao germinar, vai dar na “Grande Sociedade árvore”⁶⁵.

É inegável o protagonismo português nesse processo de transformação profunda que vai culminar na chamada era do capitalismo. Como diz o economista francês François Perroux em *Le Capitalisme*, “O comércio mundial e o mercado mundial iniciam no século XVI a biografia moderna do capitalismo” (apud Beaud, 1992: 26). É sobretudo a essa “crise de crescimento” que Aníbal se refere (382), e nem precisamos insistir na participação decisiva dos pioneiros ibéricos, especialmente os portugueses, nesse processo de unificação do mundo e formação de um mercado global.

Dito isso, cumpre fazer duas observações: 1 – o protagonista age politicamente para dar um novo rumo à nau portuguesa, que há 500 anos insiste em ser Império, insistência que trouxe muito mais sofrimentos do que benefícios tanto aos portugueses quanto aos povos por eles colonizados; 2 – o protagonista age politicamente para pôr um fim à crise do capitalismo, cuja fase moderna coincide com o embrião do projeto imperial português.

Este último ponto é fundamental para entendermos o tamanho da missão na qual Aníbal e seus companheiros de Movimento estão metidos. Mais do que libertar Portugal do fascismo, derrotando definitivamente o salazarismo e o Império agonizante, é preciso salvar a humanidade da catástrofe; em suma, derrotar o capitalismo, a partir de um “entendimento revolucionário tricontinental, única via que salvaria uma dimensão extra-europeia aos naufrágios do Império” (383).

Assim, as duas crises de que falamos – a portuguesa e a mundial – são absolutamente inseparáveis, e isso desde o início, desde a época em que as primeiras caravelas deixaram para trás o solo pátrio rumo ao desconhecido. Trata-se, em suma, de uma única crise e de uma única luta: “o mundo andava realmente a se afundar em treva cheia, o naufrágio não era apenas lote do portuga”, diz Aníbal (387). E agora, tal como há 500 anos, Portugal poderia novamente desempenhar um papel decisivo, liquidando de uma vez por todas as “dívidas contraídas” por seus antepassados.

⁶⁵ Ver página 56.

Para Aníbal, não há outra saída. Uma revolução burguesa e o ingresso definitivo na Europa dos “eurodólares” está fora de questão. Custa-lhe acreditar “que a nação portuguesa [morra] sem ao menos sacudir o mundo com um safanão digno das portas que tinha arrombado nos cabos das tormentas” (387).

Onde está a energia descobridora de novos mundos, abridora de futuros? É preciso resgatar a capacidade criadora do português, só que desta vez ela deve ser usada para outro fim que não seja erguer impérios.

Capítulo 3

Salvação e autognose pátria

Mas vós irmãos, não estais nas trevas para que aquele dia vos surpreenda como um ladrão. Porque todos vós sois filhos da luz e filhos do dia. Nós não somos filhos da noite nem das trevas. Não durmamos, pois, como os outros, mas vigiemos e sejamos sóbrios.

Paulo – “1ª Carta as Tessalonicenses”, 5:4-6

Após Júlio e o passador saírem do carro, o homem volta a ficar só. A tarefa que o despertara na madrugada do dia anterior está finalmente cumprida. Júlio agora deve cruzar a Espanha em direção à França, e Aníbal regressar a Lisboa, onde o esperam o escritório do Serviço de Emprego, a esposa doente, os filhos e a militância clandestina.

Foram raros os momentos de descompressão em toda a directa, que nesta altura já dura aproximadamente 24 horas. No caminho de volta, Aníbal estaciona o carro num pequeno largo no centro de uma aldeia não identificada – “Deserta como todos os outros povoados em que Portugal nocturno jazia imerso em sonhos” (Bragança, 2017: 378). Aproxima-se do chafariz, de onde jorra água extremamente fresca, excelente para “cortar” o *Johnnie Walker* que o acompanhara durante toda a viagem.

Suspensa a “corrida contra o tempo”, sente-se pela primeira vez nas últimas 24 horas “à vontade no coração do [seu] espanto”.

1. O “Estado era cada vez mais Estado: onde estava o Comunismo?”

Nesta breve análise do complexo capítulo 18 – para onde confluem todas as reflexões e tensões que vão se acumulando ao longo de todo o romance –, não seguiremos necessariamente a ordem dos acontecimentos, tampouco comentaremos cada ponto da longa reflexão feita pela personagem no decorrer das quase 20 páginas. Primeiro porque não temos espaço suficiente para isso. Depois, porque privilegiaremos os aspectos do texto que melhor nos ajudam a pensar *Directa* como um romance que propõe uma interpretação de Portugal.

O fato do capítulo 18 ser o mais introspectivo de todo o romance talvez explique a narração em 1ª pessoa, algo que não ocorre nos 17 primeiros capítulos, nem nos três últimos. A irrupção do narrador em 1ª pessoa vem a calhar porque favorece a exposição da longa viagem subjetiva do protagonista.

Por ora deixemos de lado as citações e os “mosaicos textuais” (porque também os há nesse capítulo) e debruçemo-nos sobre a crise vivida pelo protagonista. Crise esta que, se não foi iniciada no final da reunião relatada no capítulo 15, ganhou contornos ainda mais dramáticos no exato momento em que Aníbal dá-se conta de que “por cima do mato denso” só havia mais mato (354). Angustiado, ele passa a questionar o propósito da militância na qual “investia os supostamente melhores anos da [sua] vida” (387), movido pela convicção, que em alguns momentos se transforma em vaga esperança, de estar no caminho certo⁶⁶.

Se olharmos com atenção para o caminho percorrido por Aníbal em sua *directa*, veremos que todo o esforço despendido serviu exclusivamente para a autodefesa do Movimento. Trata-se, ao fim e ao cabo, de uma missão de autopreservação, não de ataque, e se há alguém a atacar, este sem dúvida é o regime, acossando seus adversários a ponto deles serem obrigados a fugir do país para não irem presos.

Ainda que ao final, com a exitosa fuga de Júlio, a batalha tenha sido vencida pelo grupo clandestino, Aníbal é invadido pela sensação de que muito pouco, ou mesmo nada, foi feito na caminhada rumo à vitória final. Se a ideia era encontrar alternativas ao *modus operandi* do PCP, a realidade mostra o quão distante disso Aníbal e seus companheiros

⁶⁶ No capítulo 2, analisamos a passagem do romance em que Aníbal é acometido por essa súbita constatação. Ver página 64.

se encontram. Por isso, ele diz, é preciso evitar que se caia na estagnação da “repetição de actos cada vez menos actualmente revolucionários” (395).

Aflicção em relação aos meios, mas também em relação aos fins. Num ensaio escrito dois anos após a publicação de *Directa*, intitulado “Contexto cultural e novo texto português”, Eduardo Lourenço afirma que o “horizonte” de Nuno Bragança “é o da cultura da esquerda ocidental em fase de autonegação” (1994: 281). À descrença nos PCs soma-se uma descrença, esta sim completamente devastadora, em relação ao fim pelo qual se luta. Não eram propriamente novidades, no princípio dos anos 60, os horrores cometidos na URSS em nome da construção da sociedade sem classes prevista cientificamente pela doutrina marxista, embora ainda não verificada em ponto algum do planeta. Na altura em que se passa a história do romance, a experiência histórica dos socialismos realizados já entrara numa crise que se agravaria ainda mais com o passar dos anos, culminando na crise final da segunda metade dos anos 80.

Ora, o que dizer das grandes depurações promovidas na Rússia em nome de um suposto reino da liberdade que nunca se realizou? O que dizer da existência de governos que, com o argumento de pôr um fim à desigualdade, promoveram um verdadeiro sufocamento das liberdades individuais e políticas? Como compactuar com a espionagem, a censura à imprensa, as prisões políticas, as deportações em massa e a eliminação física de oponentes?

Não obstante tudo isso, Aníbal ainda considera ser “*Outubro 1917*” a “única saída viável” para Portugal, prestes a ser tragado pela “Europa das multinacionais” (385). Mas a referência, no caso, é ao “espírito” de Outubro, à sua energia e “luminosidade” iniciais, não ao que a Rússia acabou por se tornar sob o estalinismo. No diálogo entre Aníbal e Henrique no capítulo 2, este afirma que se “estes dirigentes de agora que se dizem soviéticos aparecessem a querer mandar nas reuniões espontâneas que deram os Sovietes, apanhavam uma em pêlo, e das boas” (234).

Em 1978, Nuno Bragança publica um artigo na revista *Seara Nova* intitulado “A vida na história” em que comenta a polémica suscitada pela correspondência entre o Bispo Betazzi, para quem a ideologia marxista é inconciliável com a fé cristã, e o secretário nacional do PCI, Enrico Berlinguer. Há, por parte do bispo, um justificado temor em

relação ao futuro da Itália, tendo em vista as experiências socialistas estrangeiras⁶⁷. Nuno Bragança, nesse aspecto em particular, faz coro com Betazzi, apontando as violências e violações dos direitos humanos perpetradas em países socialistas. Diz que o “império estalinista”, que sobrevivera à morte do “tsar”, prosseguia, na esfera interna, oprimindo a oposição e, na externa, desrespeitando a autodeterminação dos povos (1978b: 36). Aliás, algo bastante semelhante com o que se passava em Portugal.

A ideia de que um partido deve guiar as massas no processo de transição para o comunismo pressupõe, evidentemente, um momento em que o partido – tornado Estado – deixe o caminho livre para que o povo assuma definitivamente o poder. Mas o problema é que esse período de transição, previsto por Marx, nunca chegou ao fim. Em vez da extinção do Estado e o consequente advento da sociedade sem classes, onde a felicidade estaria ao alcance de todos os seres humanos – enfim donos do seu próprio destino –, o que se viu, e ainda se vê, nas chamadas ditaduras do proletariado é a perpetuação de Estados ainda mais centralizadores, o que motiva Aníbal a perguntar-se: “na URSS como nos seus satélites, o Estado era cada vez mais Estado: onde estava o Comunismo?” (386).

Henri Lefebvre afirma que o Estado “traduz e sanciona a sua estrutura de classes, logo, o domínio de uma classe” (1975: 109). Para um marxista como ele, a democracia burguesa desenvolve-se “necessariamente” em direção a uma “crise de transformação”, cujo resultado pode ser dois: ou o fascismo, ou o “salto” para o socialismo (114).

No caso de um desfecho progressista para a crise da democracia burguesia, retirar-se-ia o “véu ideológico” que então cobria o Estado, e o povo finalmente passaria a assumir os negócios públicos, organizando racionalmente as forças produtivas – o que significa dizer que, de agora em diante, o Estado passaria a servir não aos interesses da antiga classe dominante, mas aos interesses dos trabalhadores.

O Estado socialista (ou ditadura do proletariado) é, para os marxistas, apenas uma fase no processo de libertação do homem. Mas uma fase necessária. Diz Lefebvre que o “socialismo ainda não é comunismo” (1975: 116) e que a burocracia socialista que traz consigo “prolongamentos de épocas vencidas” deve apenas criar condições para a sua completa superação no estágio seguinte, no qual serão suprimidas quaisquer sobrevivências das antigas formas estatais. Eis o comunismo.

⁶⁷ Lembremos que o PCI crescera substancialmente na metade dos anos 70, tornando-se um dos maiores PCs do mundo ocidental. Nuno Bragança publica esse artigo em maio de 1978, num contexto político marcado pela aproximação entre o PCI e a Democracia Cristã – o chamado “compromisso histórico”.

Em 1947⁶⁸, Lefebvre admite a inexistência de qualquer sociedade comunista “no sentido exacto que Marx deu ao termo” (1975: 119). Situação que não se altera 20 anos depois, tempo histórico em que se passa a diegese de *Directa*. Lefebvre menciona *en passant* o caso soviético, onde a tal fase de transição já deixara de ser apenas transição, admitindo a existência de “problemas” e o fortalecimento do Estado em vez de sua dissolução, embora parte da culpa seja atribuída a forças exógenas: “é um Estado em cujo quadro se constrói o socialismo. Não só a transição, com todos os seus problemas, mas também o cerco capitalista provocaram aí a manutenção e o reforço do Estado” (116).

Em *Directa*, a constatação do fracasso relativo dos socialismos realizados é acompanhada pela incerteza em relação à doutrina – o que talvez se possa chamar de uma tomada de consciência, por parte do protagonista, das limitações do chamado comunismo científico.

É importante lembrar que intérpretes importantes da obra de Marx rejeitam o carácter profético que muitos atribuem à teoria marxista, o que não significa que um número considerável de pessoas e grupos políticos não tenham encarado a doutrina dialética como uma verdade universal revelada que, ao determinar as leis das transformações sociais, aponta para um futuro que fatalmente se cumprirá. Lefebvre é um dos que recusam esse ponto de vista, afirmando que as transformações não são “fatais”, mas “necessárias” (1975: 118). Segundo ele, há uma “necessidade do devir”, o que pressupõe a coexistência de “certas condições reais” e da ação política, que está sujeita ao fracasso caso não se insira no devir, adaptando-se às novas situações (118, 139).

Assim, uma coisa é acreditar que o comunismo é uma fatalidade. Outra bem diferente é ver no marxismo uma concepção de mundo que alia o conhecimento à ação e que, em vez de profetizar, faz previsões científicas, sendo o futuro possível “apenas uma tendência profunda do real” (Lefebvre, 1975: 120).

Também Louis Althusser refuta essa ideia (algo corrente entre as esquerdas nos anos 60, período em que se passa *Directa*) de que o marxismo aponta para um futuro inevitável. Diz ele, em 1978, que a teoria marxista é um “finito”, e portanto incapaz de “englobar” todo o processo de desenvolvimento das sociedades (1978: 27). Exceção feita a algum profetismo na sua produção da juventude, o que Marx propõe, segundo Althusser, é uma teoria que pretende identificar as “tendências contraditórias em acção no processo

⁶⁸ 1947 é o ano da primeira publicação do livro citado de Lefebvre.

actual”, sendo o futuro apenas um “prolongamento” de uma “tendência actual, a tendência para o comunismo, observável através de uma série de fenómenos da sociedade capitalista” (28).

Althusser sabe que esse ponto de vista contraria Lenin⁶⁹. Num dos pontos mais críticos de sua viagem reflexiva relatada no capítulo 18, Aníbal reconhece que revolucionários como Lenin e Trotsky têm razão sobre liberais como David Lloyd George. Mas ainda assim se pergunta: “tê-la-iam igualmente em tudo?” (384).

Em “Literatura e Revolução”, Eduardo Lourenço escreve que tanto *Directa* quanto *Square Tolstoi*, enquanto romances de um “mundo findo”, ambientados na “pré-história” do 25 de Abril, são “imagem implacável da aventura militante clandestina [...], das suas ficções e miragens” (1994: 295). Ao longo das 31 horas da *directa* de Aníbal, assiste-se à intensificação da crise de um ideário, um processo de esfacelamento (que não é total) de algumas “miragens” que contribuíam com a sustentação do que Manuel Loff chama de “optimismo progressista”, no qual o paradigma marxista desempenhava um importante papel (2008: 113). Diz Loff que

para aqueles que tinham 18, ou 25, ou 30 anos, em Portugal, em 1958, ou 1965, ou 1970, o futuro concebia-se com uma espécie de optimismo desesperado, verdadeiramente desesperado porque feito do sentimento da necessidade imperiosa e imediata de mudar de vida [...] (2008: 116).

E Aníbal, mais do que ninguém, é uma personagem que compartilha desse “optimismo desesperado” que, segundo Loff, advinha de “uma visão retrospectiva da História, com efeitos evidentemente prospectivos” (2008: 113). Notam-se, porém, no caso de Aníbal, algumas fissuras nesse bloco de princípios a que Loff dá o nome de “teleologia progressista”, fissuras estas que vão gerar profundas incertezas em relação a um futuro que muitos julgavam como certo.

Na já referida “Nota”, Nuno Bragança antecipa esse cenário de incertezas, que será o do romance como um todo, ao dizer que a personagem progride em meio à

⁶⁹ Além de Lenin, o filósofo francês cita Gramsci. Para ele, ambos teriam contribuído com a ideia de que o marxismo é “uma teoria ‘total’, forma de uma filosofia da história que culmina numa prática do Saber Absoluto, e capaz de pensar problemas que ‘não estão na ordem do dia’, antecipando arbitrariamente as condições de sua solução” (Althusser, 1978: 28).

“nebulosidade” do presente, que se confunde com a “invisibilidade do futuro, já não só português mas também planetário” (206).

Duarte Faria, em sua recensão crítica sobre *Directa*, identifica um “eixo de ‘duplicidade’” em torno do qual o romance se organiza – um “espaço iluminado” e um “espaço obscuro”, um “actuante” e um “resistente” –, numa ambivalência que se expressa tanto no grupo clandestino quanto na subjetividade do protagonista (1978: 74). Em relação a este último, nota-se a oscilação entre os opostos “esperança-desespero”, termos que se combinam de forma “complexa” de acordo com “duas dimensões básicas”: “um projecto salvador da sociedade (com acentos de redentorismo profético) e um processo dismantelador do ritual sagrado e do idolatrismo político (desencadeando-se aqui, catarticamente, ânsias e medos apocalípticos)”.

Através do “binómio esperança-desespero” chegamos a outros pares de oposição, que nada mais são do que desdobramentos daquele: otimismo-pessimismo, sonho-pesadelo, criação-aniquilação, utopia-distopia. Começamos pelo polo negativo: o desespero.

2. *Brave New World*

Do ponto de vista do protagonista de *Directa*, o principal problema dos socialismos realizados reside justamente na sua incapacidade de promover a libertação humana. No já citado diálogo que ocupa a parte final do capítulo 2, não é Aníbal mas seu companheiro Henrique quem critica os PCs e o que se tornou a URSS ao longo do tempo:

O marxismo pôs à vista alguns mecanismos opressores que ficavam bem escondidos por baixo dos séculos. E mostrou que a opressão como que esvazia o homem de si mesmo, alienado fica ele, e metido num rebanho doutros que também perderam o instinto de levantar a cabeça e ver além do palmo de chão à frente. Bom. Mas então se a humanidade já chegou ao ponto de perceber estas coisas, não é pela repetição de erros que nos vamos safar. Quando se sabota a inteligência dum militante para que ele não levante problemas à Direcção, isso não é trabalho acertado para acabar com a exploração do homem pelo homem, é garantir o continuar da exploração de outra maneira. O estalinismo não nasceu da ganância de um só homem, mas duma organização política que permitiu a um homem desses dominar os outros todos. [...] No fim de contas, o Partido Soviético fechou-se sobre um suposto conhecimento superior e começou a produzir dirigentes que mais parecem padres e polícias, feitos para meter na ordem as crianças e os pategos (233, 234).

Nota-se, nesse discurso em que a personagem Henrique justifica seu desligamento do PCP, o reconhecimento da importância do método dialético enquanto instrumento de desvelamento da lógica das contradições e da exploração humana, mas ao mesmo tempo uma rejeição das tentativas históricas de implementação de regimes políticos orientados pela doutrina marxista, que estariam a repetir os erros cometidos pelo tão combatido Estado burguês. É que a lógica organizativa não se alterara. A centralização do poder em um único grupo político, a eliminação das divergências, a supressão das liberdades individuais são males que igualam regimes autoritários, sejam eles ditaduras do proletariado ou ditaduras de direita, como o salazarismo.

O problema, em suma, está na manutenção do Estado centralizador e autoritário, que, ao invés de ser encarado como um estágio transitório de um processo revolucionário não terminado, tornou-se o padrão organizativo de países que vivenciaram a experiência disruptiva no século XX e fracassaram na sua (suposta) tentativa de promover uma sociedade onde houvesse condições para o pleno desenvolvimento das faculdades individuais.

Em vez do reino da liberdade, a opressão. Em vez do comunismo, mais Estado. O regime totalitário, ao controlar todos os aspectos da vida social, pressupõe a sujeição do indivíduo a um Estado todo-poderoso, realizando um “projeto de reformulação da pessoa humana na perspectiva de um bem comum único e feito em nome de uma espécie de vontade de acabamento da história” (Hermet, Badie, Birnbaum, Braud, 2014: 267).

Por ser contrária a qualquer possibilidade de emancipação humana, a ideia da totalidade do Estado surge nas reflexões de Aníbal como a pior das ameaças em termos de organização política da sociedade. A humanidade transformada num “Super-Formigueiro” (393) cujos indivíduos estão dissolvidos na comunidade faz lembrar a distopia de Aldous Huxley, “obra literária suficiente”, nas palavras do narrador-protagonista (394), já que o livro traduz com maestria algumas das maiores apreensões do presente e aponta para uma sociedade futura que, a cada ano, tornava-se cada vez menos fictícia. Vale lembrar que no prefácio para a edição de 1946, escrita portanto no rescaldo da II Guerra Mundial, Huxley antecipa a predição feita em 1931 (que era de 600 anos), dizendo ser possível que os horrores da ficção tornem-se realidade ainda no século XX – isso se uma guerra entre potências nucleares não antecipar a aniquilação total (s.d.: 17, 18).

A ideia de um *Admirável Mundo Novo* cada vez mais próximo é, de fato, perturbadora: massas servis de seres humanos fabricados em laboratório, pré-programados e condicionados após o nascimento a integrarem uma hierarquia rígida, na qual cada grupo social cumpre uma função específica em prol do funcionamento do corpo social; nesse regime de servidão, o ato de pensar (coisa de indivíduos mal adaptados) é transformado em atividade subversiva, geradora de instabilidade social. Afinal de contas, o que vale é o formigueiro – ou a Comunidade, um dos lemas planetários da distopia –, e não a formiga.

Além da busca da estabilidade política, a produção em série de castas de gêmeos idênticos e o condicionamento social de cada indivíduo à sua respectiva casta (uma espécie de tomada de consciência de classe às avessas) têm implicações econômicas importantes, já que a essa hierarquia social corresponde uma divisão do trabalho. Mais uma vez, a comunidade sobrepõe-se ao indivíduo, e a noção de utilidade social faz com que sejam ignoradas as possíveis capacidades intelectuais ou profissionais de cada um. Não há escolha nem mobilidade social no *Admirável Mundo Novo*, onde um indivíduo Ípsilon, pelo fato de ter nascido Ípsilon e ter sido condicionado a viver como tal, executará ao longo de toda a sua existência o pior dos trabalhos manuais sem jamais protestar ou desejar uma vida melhor.

Mas, como diz Huxley a respeito de sua maior obra ficcional, “um livro sobre o futuro não pode interessar-nos, a não ser que as suas profecias tenham a aparência de coisas cuja realização se pode conceber” (s.d.: 12). Para imaginar o futuro, e para que isso seja plausível, Huxley toma como base a realidade presente. É, portanto, a partir da observação do aqui e agora que ele entrevê determinados cenários futuros.

E como anda a realidade presente no período histórico em que se situa o romance de Nuno Bragança? Em algumas passagens de *Directa* faz-se referência ao trabalho nas sociedades capitalistas modernas, em vários aspectos semelhantes à distopia. No capítulo 12, quando Aníbal entra na casa paterna e cumprimenta as criadas, pensa: “*Estas gajas que jogaram vida em casa e em família alheia*” (311). Já mencionamos um trecho do capítulo 20⁷⁰ em que o narrador fala da corrida pelos “empregos de escritório” na qual famílias pobres aplicavam todas as suas economias para que os filhos não tivessem o mesmo futuro dos pais, o que dificilmente era conseguido (402). Nesse mesmo capítulo,

⁷⁰ Ver página 55.

há a cena da chegada de Aníbal à unidade do Serviço de Emprego, onde logo pela manhã enfileiravam-se desempregados à espera da recolocação:

Pessoas que a necessidade de sobreviver forçava a cederem (barato) quase todo o seu viver aos que vão às compras no mercado dos trabalhadores. E numa economia apontada ao lucro, os trabalhadores por conta de outrem eram isso mesmo: por conta e contas de outrem. A tão ainda desconhecida energia humana (desconhecida por atrofia ou mutilação); essa única fonte da – possível, necessária – Transformação do Homem estava como? Reduzida a mero motor nas economias de produção-que-se-agiganta-senão-estoura. A energia humana virada Sansão rapado e cegado, a puxar a nora da competição acelerada (403).

As condições de vida e de trabalho dessa “multidão obreira, arredada das decisões” (347) contrastam com as do pequeno grupo instalado no poder. Há uma passagem do capítulo 7 em que Aníbal, tentando convencer o casal Ana e Joaquim a abrigar Júlio, faz uma pequena análise do cenário político em Portugal, chamando a atenção para as injustiças decorrentes de um sistema profundamente desigual: “Para este grupo ter a vida que quer” – leia-se: as elites econômicas e políticas do país – “[...] o grande resto da malta toda tem uma vida que não queria ter” (269).

Eis a motivação do “labor clandestino” de Aníbal e seus companheiros de Movimento: “abrir aos portugueses condições de escolha verdadeira”, condições estas negadas pelo capitalismo, regime econômico absolutamente incompatível com o “trabalho criador-libertador” (404).

Acontece que a revolução almejada só seria feita pelo povo, cumprindo ao Movimento, segundo admite Aníbal, “nada mais do que criar condições para que *outrem* agisse” (386). Mas como ignorar a distância entre esse pequeno grupo de militantes e a maioria despolitizada da população portuguesa?

Ao analisar a realidade social e política do país nos anos que precederam o 25 de Abril, Eduardo Lourenço identifica, sobretudo a partir dos anos 60 (década em que se passa a diegese de *Directa*), a coexistência de dois países num mesmo país: um “ultrapolitizado ao nível de uma minoria de militantes de esquerda, clandestinos ou não”; e outro “profundamente despolitizado por quarenta anos de regime de partido único de essência fascista” (1978: 3).

Assim, a energia necessária à revolução em Portugal encontrava-se, tal como afirma o narrador do romance, como “Sansão rapado e cegado”; em outras palavras: por

questões históricas estruturais, o povo encontrava-se alheio ou indiferente aos temas políticos, contrariando aqueles que, vivendo no “circuito fechado” da luta antifascista, acreditavam que “o conjunto do povo português partilhava o seu ódio em relação ao sistema policial e conservador vigente” (Lourenço, 1978: 3).

Era, de fato, inglória a tarefa do Movimento. Com o povo “possuído do demónio abúlico”, como reconhece o próprio Aníbal (386), não restava outra alternativa a não ser prosseguir lutando, arriscando-se – mas em nome do quê? De uma revolução que conduzira povos a regimes autoritários? Ora, se nos países capitalistas não há lugar para a libertação humana, o que dizer dos socialismos realizados? Estaria a humanidade fadada à confirmação das profecias de Aldous Huxley?

“Eu debatia-me numa enxurrada que impelia cada vez mais gente para a morte total”, diz Aníbal (395).

3. O “optimismo trágico” de Teilhard de Chardin

Nessa “enxurrada”, Aníbal tenta agarrar-se a alguma coisa que lhe devolva a segurança. Surge, então, a certeza na “infalibilidade do Universo” no seu longo percurso evolutivo em direção a um “pináculo de personalização e de unificação” (Tresmontant, 1961: 81, 86).

Ainda está para ser feito um estudo aprofundado sobre as influências do pensamento do padre Teilhard de Chardin na obra de Nuno Bragança, verificáveis sobretudo em *Directa*. Devido às limitações deste estudo, e para não fugir muito do objetivo por nós declarado desde o início – interpretar o romance à luz da noção de autognose pátria –, tentaremos, na medida do possível, ater-nos aos aspectos do pensamento de Chardin que nos ajudam a entender o comportamento do protagonista e que contribuem com a nossa leitura do romance enquanto tentativa de autognose pátria. Se a nossa tese estiver correta, veremos, ao final, de que modo as noções de conhecimento pátrio e evolução conjugam-se em *Directa*. Mas para chegar até lá precisamos expor as linhas mestras da teoria evolutiva do padre Chardin.

Grande parte do que há de otimismo em Aníbal em relação ao futuro tem a ver com o conceito de evolução desenvolvido por Chardin. Vale a pena lembrar que Nuno

Bragança era leitor da obra do padre-cientista e a tradução para o português do estudo de que nos servimos para aceder a esse pensamento complexo (e, convenhamos, pouco usual nos dias de hoje), a *Introdução ao Pensamento de Teilhard de Chardin*, de Claude Tresmontant, foi feita por Nuno Bragança⁷¹.

Chardin refutava a ideia propagada por certas “filosofias do absurdo e do abandono” (Tresmontant, 1961: 82) de que não haveria qualquer sentido no universo. Opõe-se, com isso, a Heidegger, cuja filosofia afirma o “absurdo essencial do ser” (73). Chardin, por sua vez, em *La Réflexion de l'Énergie*, considera a evolução como algo “incompatível com a hipótese de uma morte total” (apud Tresmontant, 1961: 77).

Esse otimismo em relação ao futuro teria fundamentos científicos. Chardin, com base na observação dos fatos, acreditava ter encontrado um sentido na evolução, que pode ser traduzido por uma “lei de recorrência” – a “lei de complexidade-consciência” (40) – cuja atuação, segundo ele, pode ser verificada ao longo de toda a cosmogênese, biogênese e antropogênese. Sim, uma das ideias centrais no pensamento do padre Chardin é a de que a evolução, enquanto “expressão, no Tempo e no Espaço, da Criação”, ainda não terminou (apud Tresmontant, 1961: 35). Para ele, a oposição que comumente se faz entre as noções de evolução e criação nada mais é do que fruto de uma grande confusão, já que, de acordo com um ponto de vista dito fenomenológico, “tudo o que o conceito de Evolução indica é a temporalidade de uma Criação que se está efectuando sob os nossos olhos” (34, 35).

Com o advento do *homo sapiens*, a evolução prossegue, só que agora num novo patamar. A antropogênese – a saber: o surgimento e a evolução da humanidade – é um processo que ainda não terminou e ainda é orientado pela “lei de complexidade-consciência”, a mesma que orientou a evolução na cosmogênese e na biogênese. Nesta última, o parâmetro de complexidade passara a ser a “cefalização” (57)⁷². Na antropogênese, a “reflexão” (63).

Assim, nesta nova etapa da evolução, a “Criação, no Homem e pelo Homem, continua” (61), num prolongamento do que já ocorria há bilhões de anos. “Com o Homem”, diz Tresmontant, “a Evolução colocou-se [...] entre as mãos de uma criatura”

⁷¹ TRESMONTANT, Claude. *Introdução ao Pensamento de Teilhard de Chardin*. Trad. Nuno Bragança. Lisboa: Livraria Moraes, 1961.

⁷² Chardin afirma, a fim de definir esse novo parâmetro de complexidade da biogênese, que “todo o ser vivo, toda a Vida, caminha [...] como uma só vaga ascensional, na direcção de cérebros cada vez maiores” (apud Tresmontant, 1961: 57).

(71), tornando-se, portanto, consciente de si mesma. Diz Chardin: “Após a era das evoluções sofridas, a era da *autoevolução*” (apud Tresmontant, 1961: 68).

Nesta nova fase evolutiva (fase na qual ainda nos encontramos), verifica-se, segundo Chardin, um processo de complexificação cujo resultado é a unificação, a convergência (88). No lugar da dispersão, o que está no termo do processo evolutivo é o uno. É o que podemos ler em *La Réflexion de l'Énergie*:

A Humanidade, depois de ter coberto a Terra com um tecido vivo cobardemente socializado, está em vias de se unificar (racial, económica e mentalmente), com uma velocidade e sob uma pressão constantemente aceleradas... Irresistivelmente... o mundo humano é arrastado à formação de um bloco. *Converge para si mesmo*” (apud Tresmontant, 1961: 88, 89).

Importante que se diga que esse movimento em direção à unidade de todos os seres humanos não implica uma anulação dos indivíduos. Muito pelo contrário. De acordo com essa “lei da união”, diz Chardin em *Le Phénomène Humain*, as “partes aperfeiçoam-se e completam-se em todo o conjunto organizado” (apud Tresmontant, 1961: 93, 94). Serve de base para essa máxima – a de que “*a União diferencia*” (92) – a observação de fenômenos biológicos, tais como o agrupamento de células. Dar-se-ia o mesmo no caso da socialização humana.

Temos aqui, portanto, uma solução para o problema dos sistemas totalitários de que falamos algumas páginas atrás. A “essência biológica do fenômeno” de socialização é incompatível com a massificação (93). A convergência leva, naturalmente, à personalização, não o contrário. Nesse processo que é longo e que ainda está longe de terminar, a ascensão de regimes totalitários, para Chardin “formas aberrantes ou patológicas” (93), deve ser encarada como desvios ou acidentes de percurso.

Vem, portanto, do pensamento de Teilhard de Chardin a metáfora do “Super-Formigueiro” usada por Nuno Bragança em *Directa* para se referir ao “processo despersonalizante” em curso (394). Ora, nada mais contrário ao sentido da evolução, na acepção de Teilhard, do que a formação de sistemas políticos ou econômicos que esmaguem as inteligências individuais. Daí o absurdo do salazarismo e de qualquer regime político que, ao desenvolver a graus extremos seus mecanismos de dominação e doutrinação ideológico, praticamente inviabilizam as liberdades públicas e privadas. Dizemos “praticamente” porque talvez a eficácia da dominação nunca seja completa, por

mais desenvolvidas que sejam as estratégias de sujeição. Mesmo no *Admirável Mundo Novo* houve falhas: erros laboratoriais deram no desajustado Bernard Marx (Huxley, s. d.: 70, 71). No Portugal salazarista, os insatisfeitos eram obrigados a agir nas sombras se não quisessem cair nas garras da quase onipresente polícia política.

Mas voltemos à argumentação de Teilhard a fim de explorar outros pontos de contato entre os livros do padre jesuíta e o romance de Nuno Bragança. Como vimos, com a passagem à reflexão, o homem assumiu o controle do processo evolutivo, e o próximo estágio, fundamental para o progresso da humanidade, foi a socialização e a colaboração entre as consciências (Tresmontant, 1961: 101). Como já dissemos acima, a complexificação tende a uma unificação e uma personalização cada vez maiores, o que é, segundo o ponto de vista estritamente científico adotado por Chardin, inevitável, irreversível. Basta analisar o passado e o presente para verificar a validade dessa lei de “centro-complexidade” (98). Daí o “optimismo cósmico” de Chardin (82). Otimismo que é compartilhado pelo protagonista de *Directa*:

Estava em germinação uma Nova Terra. Sentíamos isso, mesmo quando o cansaço ou o revés nos tentavam a pensar o contrário. Era tecnicamente cada vez mais possível aproveitar a energia humana para – pelo trabalho – livrar cada vez mais o Homem do excesso de trabalho. Permitir a cada qual erguer mais demoradamente a cabeça, debruçada sobre o labor ou rebaixada pela miséria. Permitir a cada qual olhar em volta e tomar pouco a pouco consciência de que raio possa ser a humanidade. Uma espécie de democratização da sabedoria (394, 395).

Se não soubéssemos da existência de Teilhard de Chardin, faríamos uma leitura dessa passagem unicamente sob um viés marxista. Ora, todos os elementos estão aí: a “Nova Terra” (comunismo), o trabalho alienado, as condições de vida do proletariado, a tomada de consciência por parte da “classe eleita”... É essa a leitura que se impõe num primeiro momento.

Acontece que o parágrafo seguinte começa assim: “A Criação não terminada ainda: de mãos dadas a essa obra havia uma disseminada categoria de pessoas cuja credencial era denunciada pelo modo de serem no seu tempo” (395). Ora, nada mais estranho ao vocabulário marxista do que a palavra “Criação” (iniciada com letra maiúscula, inclusive). Quem a usa, como o sabemos, é Chardin, unindo-a de forma absolutamente original com a noção de evolução.

A ideia de que a cosmogênese ainda não foi concluída e que, segundo a lei de complexidade, tende à unificação e à personalização surge nessa passagem do romance como uma certeza em relação ao futuro. Está-se criando uma “Nova Terra”. Aqui, reparem, estamos no polo “esperança” de que fala Duarte Faria. Há motivos para acreditar – é a fenomenologia de Chardin que o garante – que o futuro não nos reserva, como preveem os pessimistas, nem uma competição entre Estados totalitários militarizados nem uma tirania supranacional, como a do *Admirável Mundo Novo*. O futuro será melhor do que o presente, muito melhor do que o passado. É nesse sentido que aponta a evolução.

Mas, como já dissemos, somos nós, seres humanos, que assumimos as rédeas do processo na atual etapa da evolução, de modo que o “êxito final” de que fala Chardin, apesar de ser cosmicamente previsível, depende, ao fim e ao cabo, da ação humana (apud Tresmontant, 1961: 80-82). Parece que o padre Teilhard, tal como o protagonista de *Directa*, também oscila entre os polos “esperança-desespero”, e é por isso que Tresmontant qualifica de “trágico” o otimismo de Chardin (83). Porque a partir do momento em que a evolução passa para as mãos do homem, entra em cena a possibilidade do fracasso, algo que não existia nas fases em que o processo se dava de forma não refletida (82)⁷³.

4. “Cristão e revolucionário (passe o pleonismo)”

O fato da prossecução dessa marcha ascensional depender da ação humana representa um abalo à segurança científica na irreversibilidade do processo evolutivo. Isso porque há o risco de haver descompromisso ou recusa em relação à tarefa cósmica. Diante disso, Chardin faz uma advertência para os males provocados pela difusão do que ele chama de filosofias do “ser-para-a-morte” (Tresmontant, 1961: 74), “o maior, o único perigo que ameaça a Evolução” (83). Assim, para que a evolução tornada refletida dê certo, é preciso que ela seja vista por seus realizadores como um processo irreversível, e

⁷³ “Do optimismo de Teilhard podemos dizer que é um optimismo “estatístico”. Ele não nega que, de entre os elementos humanos, arrastados para esta faina, vários se percam, por não participarem neste movimento. Também não nega mas, pelo contrário, acentua o manifesto perigo que corre uma Evolução doravante capaz de recusa ou de inversão. Com a Consciência, com o Homem, entrou no Mundo o risco do malogro. Mas o que Teilhard nos diz é que, por parte do Mundo, por parte do Universo, tudo está previsto, encontram-se preenchidas as condições necessárias para que a Evolução reflectida consinta em prosseguir a obra empreendida. Se houver malogro, a culpa deste não poderá imputar-se nem ao Universo nem à Criação, mas ao Homem” (Tresmontant, 1961: 82).

não como um caminho que leva para o nada ou a aniquilação. Segundo Chardin, a humanidade não consentiria em participar da obra da evolução caso fosse convencida de que não há perspectivas de futuro e que a vida e todo o cosmos são desprovidos de sentido.

Vejamos o que ele diz em *L'Esprit de la Terre* a respeito do problema da ação:

Como se poderá justificar essa primordial e congénita obrigação? Onde irá ela encontrar, não só a legitimação, mas a coragem e o gosto pelo esforço? Nenhuma consideração poderia levar-nos a adiantar um passo só que fosse se não soubéssemos que a ladeira *conduz a um qualquer pináculo de que a Vida não decairá*. O único motor possível da Vida reflectida é, pois, um Termo absoluto, isto é, Divino” (apud Tresmontant, 1961: 103, 104).

Uma característica do pensamento de Teilhard de Chardin é a combinação pouco usual entre fé e ciência, e talvez o maior exemplo disso é a forma original como ele relaciona as noções de criação e evolução, comumente vistas como antagônicas. Ao mesmo tempo “filho do céu” e “filho da terra”, Chardin confessa ter passado grande parte da vida a buscar uma “unidade interior”, uma síntese entre essas “duas correntes”, uma mundana e outra sagrada, que exerciam sobre ele enorme atração (apud Tresmontant, 1961: 133).

Ora, não se pode afirmar algo parecido sobre Nuno Bragança? As informações biográficas de que dispomos habilitam-nos a afirmar a importância do par sagrado-profano em sua vida⁷⁴. À maneira de Teilhard, nota-se no autor de *Directa* uma tendência a combinar, seja na sua visão de mundo seja nas suas ações, esses dois termos usualmente tidos como opostos, com a diferença de que no polo “profano” é introduzida uma referência teórica e política completamente inexistente no pensamento do padre Chardin: o marxismo.

⁷⁴ Em depoimento que consta do filme *U OMÃI QE DAVA PULUS*, de João Pinto Nogueira, Pedro Tamen afirma que do grupo dos “católicos progressistas” Nuno Bragança “era o mais empenhado e o mais militante [...] e ao mesmo tempo [...] era o mais místico. O que provavelmente sempre foi à missa todos os dias, comunhão diária, e articulava isso perfeitamente com uma atenção ao secular, ao mundo, ao social, ao político, de uma maneira muito mais crua, talvez, lúcida, do que todos os outros”.

Enquanto “católico progressista” – ou seja, participante desse importante “movimento”⁷⁵ de contestação à ditadura do Estado Novo –, Nuno Bragança⁷⁶ era guiado por “dois horizontes mobilizadores” ou “duas orientações” que caracterizavam tanto a sua luta política quanto o seu viver: o cristianismo e o marxismo (Loureiro, 2015: 131, 132). Ambos, segundo Loureiro, servem de “bússolas” na vida do autor e de algumas de suas personagens, como o Aníbal de *Directa*.

Agora dispomos de todas as ferramentas necessárias para analisar o problema da ação, que permeia o romance de cabo a rabo. Não se pode olhar para a luta política do protagonista de *Directa* só pelo viés marxista. Aliás, é o próprio Nuno Bragança quem diz, na já referida entrevista veiculada em 1978 pela RTP, que

Directa é a história de alguém que vive numa perspectiva cristã a luta revolucionária. A vigília de Cristo, que se passa de noite, antes da crucifixão, é para o cristão qualquer coisa que tem a ver com o esforço para mudar o mundo tal como ele se encontra. Daí que a *directa* que é referida no antepenúltimo capítulo: “Cristo estará em *directa* até ao final dos tempos”⁷⁷.

Não há dicotomia entre os termos. Aníbal vive “numa perspectiva cristã a luta revolucionária”. Manuel Alegre qualifica seu amigo Nuno Bragança como “Cristão e revolucionário (passe o pleonasma)” (1990: 13). Assim, não só não há dicotomia entre os termos, como eles se equivalem: ser cristão é ser revolucionário.

Tal acepção do cristianismo, compartilhada pelos “católicos progressistas”, ia de encontro à ideia de cristianismo defendida pela Igreja Católica portuguesa nos tempos do Estado Novo. Aliás, não podemos nos esquecer da relação muito próxima, quase de

⁷⁵ José Barreto resiste à ideia de classificar o “catolicismo progressista” como um movimento organizado (com uma coordenação e um programa), embora admita a sua força e enorme “potencial de irradiação doutrinária”. Para ele, a oposição católica durante a ditadura, tomada no “sentido mais lato possível”, constituía “uma soma dos católicos em oposição ao regime de Salazar, um universo bastante heterogêneo, distinto do que poderíamos com propriedade chamar a base de um movimento” (2002: 148).

⁷⁶ Ainda na década de 50, Nuno Bragança foi integrante do jornal *Encontro* da Juventude Universitária Católica (JUC), ao lado de outros católicos como Pedro Tamen (chefe de redação) e Nuno Cardoso Peres. Além disso, foi cofundador – junto de Tamen, João Bénard da Costa e António Alçada Baptista – da revista *O Tempo e o Modo*, onde publicou ao longo da chamada 1ª fase, entre 1963 e 1969. Além de ter participado ativamente desses veículos de comunicação animados pelo espírito do “catolicismo progressista”, seu nome consta no famoso “Documento dos 101” (25/10/65), “documento de adesão ao programa da oposição democrática assinado por 101 figuras, na sua maioria com alguma ligação à Acção Católica” (Barreto, 2002: 145).

⁷⁷ “Conversa com Nuno Bragança”. Entrevista a Álvaro Manuel Machado. Programa *A Ideia e a Imagem*, RTP1 Arquivos, 09/02/78.

simbiose, entre Igreja e regime, relação marcada sobretudo pela instrumentalização daquela por parte deste e formalizada pela Concordata de 1940⁷⁸.

Não é nossa intenção aprofundarmo-nos nesse tema, sobre o qual há extensa bibliografia. Basta citar, a fim de expor esse importante embate sessentista entre os “dois cristianismos” – a saber: o da hierarquia identificada com o regime e o da oposição católica –, trecho de um discurso proferido pelo assumido chefe da Igreja portuguesa, o Cardeal Cerejeira, e que integra suas *Obras Pastorais*. Em novembro de 1958, na Universidade de Coimbra, Cerejeira alerta para “confusões perigosas” que poderiam desfigurar o “rosto autêntico do cristianismo”. Ele critica a “inspiração marxista” de alguns católicos, para quem é preciso “primeiro transformar a condição humana para que possa elevar-se o cristão. Este é o erro progressista. A revolução precederia o Evangelho” (apud Almeida, 2000: 41, 42).

Em artigo publicado na revista *O Tempo e o Modo* em maio de 1963, portanto logo após o falecimento de João XXIII, Nuno Bragança elogia a Encíclica *Pacem in Terris* (que caiu como uma bomba no colo do regime⁷⁹) e o papado do “Papa da Paz”, dizendo que este nada mais fez que “aplicar a regra mestra da conduta de qualquer cristão: procurar fazer o que Cristo faria e diria nas mesmas circunstâncias” (1963b: 106).

Regressemos, ainda que brevemente, ao início da directa, mais especificamente à cena em que Aníbal, antes mesmo de pôr os pés fora de casa para dar início à sua longa jornada, abre a *Bíblia* no “Livro de Isaías” – “texto necessário para o fortificar naquela madrugada” (217). Já dissemos que Aníbal pensa, sente e age de acordo com dois referenciais – o marxismo e o cristianismo – que metonimicamente podem ser representados pelo *Manifesto do Partido Comunista*, sua bússola temporal, e pelo “Livro de Isaías”, sua bússola espiritual, embora nos pareça cada vez mais evidente que essa divisão só pode ser feita para fins meramente didáticos, já que no interior de uma

⁷⁸ Já havia colaboração entre as partes mesmo antes da Concordata. O que houve em 1940, segundo o historiador Fernando Rosas, foi a formalização de um “regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja, mas com subordinação funcional da Igreja Católica aos objectivos políticos e ideológicos do Estado Novo” (apud Almeida, 2000: 8).

⁷⁹ A *Pacem in Terris*, publicada em abril de 1963, foi muito bem recebida pela oposição católica portuguesa, entre outras coisas porque afirmava a dignidade humana, o direito de associação e reunião, as liberdades políticas, a igualdade entre os homens e a autodeterminação dos povos. Sobre a Declaração dos Direitos do Homem, dizia ser “o primeiro passo e uma introdução à organização jurídico-política da comunidade mundial de todos os povos, pois nela se reconhece a dignidade da pessoa humana e se afirmam os direitos que todos os homens possuem [...]”. Sobre um tema sensível ao regime português, o colonialismo, afirmava: “Num futuro próximo já não haverá povos que dominem os outros nem povos que obedeçam a potências estranhas”. “Encíclica *Pacem in Terris*”. In: *O Tempo e o Modo*, nº 5, Série I, maio 63, p. 6 – 25.

personagem como Aníbal ambas as orientações se unem, transformando-se num mesmo programa de pensamento e ação. Os termos católico e revolucionário, como sugeriu Alegre, são correspondentes.

E, de fato, ao olharmos para o trecho do “Livro de Isaías” que Aníbal lê antes de começar a sua missão, justifica-se sua interpretação progressista, seja pela concepção de justiça que é aí veiculada, seja pela exortação que o profeta faz para que as pessoas ajam de acordo com a verdadeira vontade de Deus. “Para quê jejuar, se disto não vos importa?” pergunta Isaías. “É porque no dia do vosso jejum, só cuidais dos vossos negócios, e oprimis todos os vossos trabalhadores”. E então o profeta revela qual é o jejum realmente apreciado por Deus: “É romper as ligaduras da iniquidade, desatar os nós do jugo, deixar ir livres os oprimidos, e quebrar toda a espécie de jugo; é repartir o seu pão com o esfomeado, dar abrigo aos infelizes sem asilo, vestir o nu e não desprezar o teu irmão” (218).

Nada mais próximo da “Igreja renovada” prometida pelo Concílio Vaticano II, ocorrido entre 1962 e 1965, período histórico em que se passa a *diegese*. E Aníbal é uma personagem que encarna esse espírito de *aggiornamento*, sintetizado pelas palavras do bispo brasileiro Dom Hélder Câmara: “Quem não vê que a Igreja vai dar passos importantes para reencontrar os caminhos da pobreza?” (apud Martins AJ, 1963: 52).

Antes de João XXIII, diz Nuno Bragança, a Igreja condenava oficialmente os movimentos cristãos progressistas e sua relação com os partidos comunistas, de modo a só ver “os erros do marxismo, ignorando os propósitos de justiça que animaram a Revolução de outubro”. O anúncio do Vaticano II, em 1959, “lançou os alicerces de uma redescoberta do que seja a Igreja de Cristo” (1978a: 26).

E o que seria essa Igreja redescoberta (quem sabe a verdadeira Igreja) de que fala Nuno Bragança? Certamente o oposto daquilo que ele ouvia dos adultos, e sobretudo dos padres, quando criança. Ora, o “Evangelho segundo Mateus” é claro na passagem em que Jesus diz que é mais fácil passar um camelo pelo buraco da fechadura do que um rico entrar no Reino de Deus (Bragança, 1978b: 36). Assim, se não há nada menos cristão do que o capitalismo, é tarefa daqueles que creem em Cristo lutar sem descanso pela sua superação.

5. O problema da ação

Agora que temos mais informações sobre os valores que movem o protagonista de *Directa*, voltemos a uma questão deixada em aberto no início do segmento anterior: o problema da ação em Teilhard de Chardin.

Lembremos que uma das características centrais (e originais) do pensamento do padre Chardin é aliar o temporal ao espiritual. Lembremos também que, de acordo com sua teoria da evolução, o homem (criatura) torna-se também criador na medida em que é convocado a colaborar na tarefa de concluir a criação iniciada desde que o mundo é mundo. Esse termo, como vimos, é “Divino”, o que significa que a criação é toda ela “orientada para seu desejado fim sobrenatural” (Tresmontant, 1961: 169). Ou seja, ela “tende para o seu Criador”.

Antes de nomear esse “fim” com todas as letras, e com o objetivo de organizar a exposição da maneira mais clara possível, vejamos primeiro em que consiste esse esforço que os seres humanos devem fazer para atingir esse “fim”.

Ao tratar do problema da ação, Chardin critica a noção tradicional de ascese enquanto um conjunto de práticas de devoção voltadas à purificação e libertação das coisas materiais. Ao contrário dessa acepção maniqueísta (e mórbida) do cristianismo, Chardin defende uma ascese orientada no sentido da cristificação da matéria (apud Tresmontant, 1961: 144). Em vez de renunciar ao mundo, o cristão deve tomar parte na tarefa divina – já que esta é a sua vocação –, aderindo ao poder criador de Deus, e portanto unindo-se a Ele na vontade e no coração (141, 142). Em resumo, é preciso que nos tornemos criadores – “co-operários de Deus” (139) –, contribuindo com a finalização de Sua grande e derradeira obra.

Ora, mas como deve proceder um “co-operário” da obra divina? Como devemos nos unir a Deus nessa grandiosa tarefa da criação, cujo êxito final depende do nosso próprio esforço?

Responde Chardin: espiritualizando a matéria, consagrando o mundo, santificando o real (Tresmontant, 1961: 139).

Partindo da premissa de que nada é profano, o “método de vida” de todo o cristão seria aquele contido nos textos de São Paulo: “o que quer que fizerdes, comeres ou beberdes, fazei-o em Cristo Jesus” (142).

Isso nos remete às últimas linhas de *Directa*, quando Aníbal fala para si mesmo, no término da longa jornada iniciada na madrugada do dia anterior: “Vigiei trinta e uma horas seguidas. Acho que se não foi conTigo é porque não ressuscitaste” (408).

Explicita-se, assim, o caráter sagrado da vigília de Aníbal. Todas as suas ações tiveram uma orientação precisa: a perfeição de Jesus Cristo. Bruno Henriques chama a atenção para o caráter “modelar” da figura de Cristo para o protagonista de *Directa*: “O homem, como Jesus, peregrina no mundo, sofre ao tentar aperfeiçoar a grande obra de Deus, a criação” (2009: 80, 81). Ele também lembra que a palavra “directa” pode ser associada à vigília de Cristo no Monte das Oliveiras, nos momentos que antecedem a sua captura (24).

Vistas as coisas desse modo, encontramos-nos diante de uma questão talvez inusitada para quem se propõe a ler um romance que fala sobre a luta política clandestina em Portugal durante o salazarismo: ora, se tomarmos a santidade não como um privilégio reservado a sacerdotes e bispos mas como uma vocação universal e, ao mesmo tempo, levarmos em conta que as ações de Aníbal são orientadas de acordo com um determinado modelo – o que faz dele uma espécie de imitador de Cristo –, será exagero aproximar o caminho da revolução do caminho da santidade – ou, em última análise, afirmar a semelhança entre o revolucionário e o santo?

A questão da santidade é abordada da seguinte forma pelo Concílio Vaticano II: “Todos os fiéis têm a vocação e a obrigação de procurar a santidade e a perfeição do seu estado” (apud Daix, 2000: 25). E, como diz o cardeal francês Jean Daniélou, “o nosso drama é a existência de tantos batizados, de tantos cristãos que não são fiéis ao apelo da santidade. O drama é a mediocridade. Uma Igreja que fosse uma Igreja de santos mudaria a face do mundo”.

Chardin passou a vida em busca de uma nova santidade. Em *Le Phénomène Spirituel*, ele afirma que cada período histórico requer a descoberta de um novo modelo ou “fórmula de santidade” (apud Tresmontant, 1961: 143). Ora, soaria exagerada a afirmação de que Aníbal encontra esse modelo na luta revolucionária, o plano de ação

mais adequado para os tempos sombrios em que vive? O revolucionário, sob essa perspectiva, é aquele que atende ao chamado da santidade.

Aníbal não ignora o apelo da santidade. Pretende mudar a “face do mundo”, tal como diz o cardeal francês, e para isso age à imagem de Cristo, procurando a “perfeição do seu estado” através da ação política. Essa é a sua ascese. É dessa forma que ele busca o aperfeiçoamento espiritual. Algo bem diferente, portanto, da vida contemplativa dos monges⁸⁰, embora também haja renúncias e privações na vida diária do militante revolucionário que, diante da urgência em se manter vigilante, abdica de sua vida pessoal e profissional. Nada mais natural, diria Chardin, para quem o sofrimento é inerente ao “trabalho de desenvolvimento”, já que o “mistério da Cruz” opera em todas as etapas do processo de criação (Tresmontant, 1961: 160, 161).

Mas aonde tudo isso vai dar? Qual é o objetivo final do asceta – aquele que age como cristão?

6. “Ponto de Parusia”: a escatologia de Teilhard de Chardin

A construção de uma sociedade mais justa talvez seja o objetivo mais imediato do cristão progressista. Vejamos o que diz Nuno Bragança em 1982:

Quanto ao Evangelho, ou Boa Notícia (a notícia de que o Reino de Deus está entre nós, que temos acesso a ele), isso assinala uma igualdade e fraternidade abissais, porque tem origem no Ser. A procura histórica de uma estrutura que se aproxime dessa comunhão é um imperativo cristão (1982b: 15).

Essa seria a “trepadela contemporânea” de que fala Aníbal ao citar a metáfora da montanha do historiador Arnold Toynbee (384). “Trepadela” esta que, para ter êxito, necessitaria do trabalho conjunto de “todas as forças vivas de todas as Sociedades do mundo”. Um dos problemas é saber a qual distância estamos da concavidade seguinte. Esse parece ser o problema mais urgente a resolver. Depois, resta ainda a dúvida se esta montanha é finita ou infinita. Em outras palavras: haverá ou não um termo para o longo

⁸⁰ A propósito, Manuel Alegre diz haver “algo de frade” em seu amigo Nuno Bragança (1990: 13).

e trabalhoso processo evolutivo, iniciado há milhões de anos lá na base da montanha, no momento em que surgiram as formas mais rudimentares de vida?

Teilhard de Chardin diria que sim. Basta que o ser humano se empenhe na sua tarefa cósmica. Um dia, não se sabe quando (provavelmente daqui a alguns milhões de anos), atingiremos o “Ponto Ómega”, o término do fenómeno espaço-tempo, “o completamento da humanidade”, quando finalmente se constituirá “a unidade real dos seres na diversidade das pessoas” nessa “sede de convergência” em direção à qual os seres humanos devem caminhar (Tresmontant, 1961: 98-104). Mas esse “pináculo” Ómega, “polo físico da evolução” (116) – ou, de um ponto de vista estritamente científico, apenas “um sinal algébrico” que sinaliza uma tendência ou exigência da evolução (170) – coincide com o “fechamento do horizonte cristão”: a segunda vinda de Jesus Cristo ou o que Teilhard chama de “ponto de Parusia” (118).

Em *Le Coeur du Problème*, Chardin afirma o seguinte a respeito do “ponto de Parusia”:

É por hábito que continuamos a pensar na Parusia (pela qual se consumará o Reino de Deus sobre a Terra) e a concebê-la como um evento de natureza puramente catastrófica, ou seja, susceptível de produzir-se sem relação precisa com determinado estado da Humanidade, surto em qualquer momento da História. É uma maneira de ver. Mas por que não admitir, em plena conformidade com os novos aspectos científicos de uma Humanidade em plena fase de antropogénese (e, acrescentamos, em plena analogia com o mistério do primeiro Natal que – nisso estão todos concordes – não poderia ter-se operado senão entre o Céu e uma Terra *apta*, social, política e psicologicamente, a receber Jesus), por que não admitir, repito, que a faísca da Parusia não poderia jorrar, por necessidade física e orgânica, senão entre o Céu e uma Humanidade biologicamente chegada a um certo ponto crítico evolutivo de maturação colectiva? (apud Tresmontant, 1961: 117, 118).

Assim, relacionando seus estudos científicos e teológicos, erguendo o tabique interior que usualmente separa essas duas fontes do saber, Chardin propõe a tese de que o ponto crítico da evolução humana e a segunda vinda de Jesus Cristo são fenómenos coincidentes. Ele identifica Cristo com Ómega. Diz, para além disso, que o fim dos tempos depende da marcha da evolução. E se, como vimos, a evolução, uma vez tornada refletida, provém do trabalho dos “co-operários” de Deus – ou seja, nós, seres humanos –, a Parusia também passa a ser vista como um fenómeno dependente dos esforços humanos. Se para Cristo nascer houve a necessidade de uma “Terra *apta*”, não menos preparada a Terra deve estar para que ocorra a sua segunda vinda.

Cremos, assim, que o objetivo da luta política do protagonista de *Directa* é justamente a construção de uma “Terra apta, social, política e psicologicamente”. Um mundo refeito, em que serão extintos o Estado e as classes sociais, bem como a divisão social do trabalho, e onde os indivíduos poderão ser realmente livres da opressão e da exploração existentes no mundo atual. Aníbal vê o comunismo – lembremos: não os socialismos realizados, mas um tipo de sociedade a ser experimentado – como um estágio superior de desenvolvimento humano, estágio este que, ao menos assim nos parece, se visto através da lente da teoria evolutiva de Chardin, mostra-se como uma fase mais madura da humanidade, já que implica maior unificação e maior personalização. A evolução, diz Chardin, convoca a humanidade a um “destino comum e comunitário” (Tresmontant, 1961: 65). E embora Teilhard não fale em comunismo e identifique esse “destino comum” com um fenômeno sobrenatural – a “personalização centrada sobre uma Pessoa divina” (110) –, somos levados a crer que o protagonista de *Directa* vê no comunismo, senão a maturidade definitiva da humanidade, ao menos um estágio de evolução social mais próximo desse fim.

A identificação da esperança comunista com a esperança cristã não é nenhuma novidade. Em *The God That Failed*, Richard Crossman afirma ser o comunismo “uma visão do Reino de Deus na Terra” (apud D’Arcy, 1964: 184). Lefebvre, por outro lado, diz que Marx, opondo-se aos utopistas, “nunca afirmou que o comunismo fosse um ‘paraíso terrestre’”, abstendo-se “de qualquer antecipação” (1975: 119). Ademais, diz Lefebvre, “Marx jamais afirmou que o comunismo seria a última etapa da história humana” (119).

Dito isso, podemos concluir duas coisas: ou o comunismo, tal como é visto pelo protagonista de *Directa*, coincide com Ómega-Parusia, sendo ele o próprio ponto de chegada da marcha evolutiva: o fim da história; ou o comunismo é apenas a “trepadela contemporânea”, a próxima etapa do desenvolvimento humano, não definitiva, porém necessária, nessa longa escalada de amadurecimento em cujo termo a humanidade finalmente estará preparada para o advento da Parusia.

Seja como for, é preciso preparar a Terra, torná-la apta. A boa notícia é uma realidade para todo o cristão, que se enche de esperanças ao divisar um futuro de libertação, e não de aniquilação: o momento final de salvação, quando os mortos ressuscitarão com Cristo.

Porém, a esperança cristã é abalada a partir do momento em que entra em cena o problema da ação. É por isso que o otimismo de Aníbal não é completo. Leitor atento de Teilhard, seu otimismo é eivado de tragicidade.

Por esse motivo, para evitar a aniquilação total, Aníbal mantém-se vigilante. Não somente pela sua salvação, mas também pela de sua esposa, de Portugal e de toda a humanidade.

Na “1ª Carta aos Tessalonicenses”, Paulo afirma que “o dia do Senhor virá como um ladrão, de noite”, e por isso é preciso que todos estejamos atentos para que este dia não nos “surpreenda como um ladrão”. Diz o apóstolo: “Não durmamos, pois, como os outros, mas vigiemos e sejamos sóbrios” (*Bíblia*, 1974: 1183, 5:2-6).

Aníbal não teme ser pego de surpresa pelo “dia do Senhor”, pois sabe, com base nos estudos do padre Chardin, que ele não virá num momento qualquer da história. Mesmo assim, permanece vigilante – em *directa*. E se o faz é justamente com a finalidade de preparar a humanidade para esse grandioso e definitivo encontro.

7. Salvação e autognose pátria

Temos de admitir que este capítulo, ao menos aparentemente, foge um pouco do nosso propósito inicial, que é propor uma leitura de *Directa* como uma tentativa de se interpretar o fenómeno Portugal. Nos primeiros dois capítulos, pretendemos mostrar de que forma essa interpretação é feita, e esperamos ter atingido nosso objetivo. Mas o que dizer deste capítulo, centrado, até o momento, numa análise do protagonista Aníbal a partir da doutrina marxista e do pensamento do padre Teilhard de Chardin? Teríamos, agora no final, nos afastado demais do nosso propósito inicial?

Se o leitor teve paciência até aqui, com certeza terá um bocadinho mais para ler esta justificativa, que tem ares de conclusão.

Em 1978, numa entrevista já referida por nós na introdução, Nuno Bragança afirma o seguinte: “Não sei de salvação que não brote do conhecimento socrático, o de nós mesmos” (1978c: 42).

Ao dizer isso, Nuno Bragança quer chamar a atenção para um tipo de conhecimento ao qual dá o nome de “ver-ouvir primordial”, cujo segredo ninguém

conhece melhor do que as crianças. Mas à medida que somos socializados na “mentira do ‘habitual’”, vamos nos esquecendo desse segredo. Cita, então, Rimbaud e a sua poética do “desregramento dos sentidos”. Também diz que o cinema seria uma forma de reaprendizagem desse conhecimento primordial, que, não obstante a hipertrofia do mental, permanece oculto dentro de todos nós.

É verdade que o conhecimento de que falamos nesta dissertação é de outra natureza. Não se trata de uma redescoberta do “poder inteligente dos sentidos”, como diz Nuno Bragança nessa entrevista, mas de uma tentativa de entender o que é Portugal, com todo o peso de sua história, e, conseqüentemente, o que é ser português. Portanto, estamos a falar de dois tipos distintos de “conhecimento de nós mesmos”, embora ambos pressuponham o exercício de trazer à luz elementos constitutivos do nosso ser que se encontram em estado de latência.

Apesar disso, acreditamos que os termos autognose e salvação, tal como aparecem no romance *Directa*, guardam uma relação profunda entre si.

Ora, não existe ação política sem conhecimento. Este princípio, aliás, está na base da doutrina dialética. Vejamos o que diz Henri Lefebvre a esse respeito:

A análise das formações económico-sociais do passado constitui já uma análise do devir histórico. É ainda desta análise que a dialéctica marxista extrai as previsões, as palavras de ordem, as apreciações.

Para a dialéctica, o possível não se desliga do realizado [...]. O devir engloba estes vários aspectos; o possível é apenas uma tendência profunda do real.

Por conseguinte, a política marxista é uma *política fundada no conhecimento*. As directivas de acção baseiam-se numa análise das situações (1975: 119, 120, *italico nosso*).

Assim, parece-nos claro (como, aliás, já dissemos anteriormente) que o que motiva o militante-intérprete Aníbal no seu esforço de compreender o passado e o presente português é justamente o desejo de construir um Portugal-outro. Afinal, é impossível modificar o país sem conhecê-lo a fundo.

Mas ainda estamos no domínio da sociologia científica e suas implicações políticas. Para falar de salvação, é preciso adentrar o domínio do sagrado. E há quem identifique certa “tonalidade profética” no marxismo, com a sua esperança no advento do Messias e a promessa de uma sociedade terrena fraterna, onde todos os homens encontrariam a redenção (D’Arcy, 1964: 38). Será a “visão de uma sociedade sem

classes” a transplantação para o campo da política “das esperanças dos judeus num reino messiânico”? (D’Arcy, 1964: 9).

Diz George Steiner que foi dos “Profetas que a imaginação ocidental absorveu a esperança de que há esperança” (2006: 31). Doutrinas políticas como o marxismo teriam bebido dessa fonte – o livro de todos os outros livros: a *Bíblia Sagrada*⁸¹:

A viagem para fora do Egipto, através do deserto e a caminho de uma terra de ‘leite e mel’ ainda por governar, é tão paradigmática para os Pilgrim Fathers ao dirigirem-se para o Novo Mundo, como o é para o programa marxista de emancipação proletária. [...] A nossa história, nos casos em que existe esperança, encontra-se ainda naquela árdua travessia para Canaã” (Steiner, 2006: 44).

Mais adiante Steiner afirma que, na “sua essência, o marxismo é o Judaísmo impaciente”, já que o “Messias tem demorado demasiado tempo para chegar” (2006: 90). E como a espera messiânica arrasta-se ao longo de séculos e mais séculos, o “messianismo socialista e marxista” antecipa-se, objetivando a implantação do reino da justiça pelas mãos dos próprios homens, aqui e agora. Steiner diz que há pouca coisa na “doutrina marxista-leninista” que não seja referido em Amós, o mais antigo dos livros proféticos, sobretudo no que diz respeito à maldição lançada por Deus sobre os ricos e sua condenação da propriedade.

Mas, para o “cristão progressista” Aníbal, o Messias já apareceu. Jesus cumpriu a profecia de Isaías. Deve-se agora preparar a Sua segunda vinda. E para que isso ocorra é necessário ser vigilante e não ter medo; afinal, o Salvador disse: “Não temais” (Bragança, 1968: 144). É preciso, segundo Chardin, ser “co-operário” de Deus, pois a Parusia só virá, e com ela a salvação e a plenitude da presença de Deus, se a Terra estiver apta social, cultural e politicamente. Portanto, cumpre aos homens transformá-la, e o começo de tudo, da perspectiva do militante português Aníbal, é transformar Portugal, derrotando o fascismo e construindo um país-outro, onde haja uma igual divisão das riquezas e a tão esperada justiça social. Um Portugal onde se realizem os princípios cristãos e que, por isso, esteja mais próximo da comunhão do Reino de Deus.

⁸¹ Pode-se dizer que a *Bíblia* ocupa, para George Steiner, o centro do cânone literário ocidental: “Todos os nossos outros livros, por muito diferentes que sejam no tema ou no método, se relacionam, ainda que indirectamente, com este livro dos livros. [...] Todos os outros livros [...] são como centelhas, muitas vezes, obviamente, distantes, lançadas pelo fogo incessante de um fogo central. [...] Nenhum outro livro é como ela; todos os outros livros são habitados pelo murmúrio dessa fonte distante [...]” (2006: 9, 10).

Evidente que tal tarefa não é só portuguesa. Salvar o mundo requer uma extraordinária conjugação de esforços, para além das fronteiras nacionais e continentais. A “trepadela” na montanha exige a união de todas as sociedades humanas. A parte que cabe a Aníbal e seus companheiros nessa grandiosa tarefa é transformar o pequeno retângulo, a *finisterra* situada entre a Espanha e o imenso Atlântico, por onde os portugueses deram início à unificação de todo o mundo no século XV.

Para fazê-lo, porém, é necessário, antes de tudo, conhecê-lo. A salvação pátria depende de sua gnose.

Conclusão

“Senhor, falta cumprir-se Portugal!”

*Que jaz no abismo sob o mar que se ergue?
Nós, Portugal, o poder ser.
Que inquietação do fundo nos soergue?
O desejar poder querer.*

Fernando Pessoa – “Tormenta”

*Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...*

É a hora!

Fernando Pessoa – “Nevoeiro”

No capítulo anterior tentamos mostrar que o futuro em *Directa* é algo que se pressente com um misto de esperança e medo. Daí o uso da expressão “optimismo trágico”, tomada de empréstimo de Claude Tresmontant em seu estudo sobre a obra de Teilhard de Chardin.

Vimos de que forma a personagem Aníbal, enquanto praticante da virtude ou asceta, trabalha incessantemente pela melhoria do mundo. Ele encara a luta política como um “imperativo ético” (Loureiro, 2015: 130), já que de seu esforço depende o prosseguimento da marcha evolutiva, em cujo termo, segundo a doutrina escatológica, os seres humanos unir-se-ão a Deus num mundo renovado e harmonioso (Lemaitre, Quinson, Sot, 1999: 113). A esperança de que iremos todos ressuscitar no final dos tempos é o que mantém Aníbal vigilante. Afinal, mais do que temer o juízo derradeiro, ele crê que seus esforços são necessários para tornar a Terra cada vez mais apta para esse fim sobrenatural, embora tenha plena consciência das limitações de seu “labor aparentemente microscópico” (Bragança, 2017: 383). Já dizia o primeiro verso de “Padrão”, poema de *Mensagem*: “O esforço é grande e o homem é pequeno” (Pessoa, 1979: 60). É uma tarefa inglória nadar contra a corrente, e Aníbal sabe que não há garantias nessa “roletada”: “investia totalmente os supostamente melhores anos da minha vida, numas guerras que poderiam ser derrotas” (Bragança, 2017: 387).

Nessa escalada evolutiva em direção ao pináculo, a “trepadela contemporânea” consiste, aos olhos do militante Aníbal, em “resolver de vez e para todos a premência das necessidades do *homem faber*, para que um *homo sapiens* (e portanto também *pictor*) pudesse emergir em todo o mundo” (384). Ao que parece, a “trepadela contemporânea” é a revolução – a construção do socialismo e, em algum lugar do futuro, a realização definitiva do comunismo.

Não uma revolução que leve Portugal a uma nova ditadura, à semelhança de outros países que passaram pela experiência socialista; tampouco uma revolução burguesa que conduza o país para os “eurodólares”. Citando a *Ode Marítima*, é preciso “*Acordar para dias mais directos que os dias da Europa*” (387). É preciso imaginar outro futuro para Portugal.

Mas qual seria este? Qual a saída histórica para Portugal, “a única a valer dores e torturas e noites sem dormir”?

Podemos adiantar que não há em *Directa* – e talvez em lugar algum – uma resposta definitiva para essa pergunta, senão a expressão de uma ideia um tanto vaga da tarefa que o povo português tem pela frente no difícil e nebuloso caminho que leva à edificação de uma sociedade mais justa e igual. Para expor qual seria essa tarefa e esse caminho, estabeleceremos uma breve relação entre *Directa* e *Mensagem*, lembrando que essa relação é sugerida pelo próprio Nuno Bragança tanto no prefácio do romance (quando explicita a influência de *Mensagem* no processo de criação de *Directa*) quanto nos “mosaicos textuais” dos capítulos 17 e 18, formados por excertos de alguns poemas do livro de Fernando Pessoa.

1. O Quinto Império de António Vieira

Como dissemos na introdução, projetos de interpretação pátria visam um futuro. Questionarmo-nos quem somos e o que fomos leva-nos a imaginar aquilo que podemos vir a ser um dia. Para que se possam projetar mudanças, melhorias, a autognose é absolutamente imprescindível.

Alexandre Herculano, por exemplo, via na prospecção do passado – o “tempo perdido de Portugal” – uma condição indispensável para “se situar como homem, cidadão

e militante num presente enevoado e oscilante” e para “modelar o perfil futuro” de Portugal (Lourenço, 1991: 83).

Vimos no último capítulo que o “perfil futuro” que se quer forjar em *Directa* não se restringe a Portugal. Elaborar um amanhã português é parte ou etapa necessária na elaboração de um amanhã universal e na preparação de um acabamento de toda a criação. E qual seria esse acabamento senão o Ponto Ómega de Teilhard de Chardin, que coincide com a Parusia do Novo Testamento?

Se olharmos para a história das ideias em Portugal, tal otimismo escatológico encontra terreno fértil no século XVII, sobretudo em autores como D. João de Castro e António Vieira, ambos sebastianistas e leitores das *Trovas* do sapateiro de Trancoso, o profeta Gonçalo Anes Bandarra.

Para Vieira, como adiantamos no capítulo 2⁸², o advento do Reino de Cristo na Terra seria tarefa dos portugueses, “argonautas de uma nova era”, povo predestinado a conduzir a humanidade rumo à segunda criação do mundo, tal como havia feito nas Descobertas (Calafate, 2006b: 64). Assim, se Portugal é a nação fundada por Deus e eleita para ser o Império de Cristo na Terra, o português é, por natureza, vocacionado para levar a cabo tal empresa. É sua condição e obrigação ser “luz do mundo”, diz Vieira, atuando como apóstolo na propagação da fé (apud Calafate, 2006b: 70-72).

Ser português, de acordo com essa acepção, implica a capacidade de “estar fora de si”, uma espécie de loucura que Vieira atribui à natureza e grandeza dos portugueses; afinal, “para qualquer homem obrar heroicamente, e se exceder, e levantar sobre si, é necessário sair de si” (apud Calafate, 2006b: 80). Esforço este que requer dor e sofrimento, “condição cristológica da pátria” (64).

A seu modo, Aníbal vive essa “condição cristológica”, inerente àqueles que têm “um sonho do tamanho da paz e harmonia do mundo” (Calafate, 2006b: 62). Busca, à maneira do português idealizado por Vieira, “elevar-se acima da mediania, acima do discurso lógico dos prudentes, acima do meio-termo e aspirar pela extremosidade das alturas a que só os santos e os heróis são capazes de se projectar” (62, 63). O tamanho do sonho de Aníbal leva-o a viver não abaixo, mas sobre a razão, condição compartilhada

⁸² Ver páginas 76 e 77.

por todos aqueles que aspiram pela “extremosidade”, sejam eles santos, heróis, guerreiros, navegadores ou revolucionários.

Mas as semelhanças entre o português de Vieira e Aníbal terminam aqui. O conteúdo do sonho em *Directa* é substancialmente diferente do conteúdo do sonho no *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*. O otimismo escatológico de Vieira apontava para o Quinto Império, um Império ao mesmo tempo espiritual e temporal que promoveria a extinção de seitas infiéis, a conversão de todas as pessoas, fazendo do mundo e da Igreja “uma só casa”, com apenas um costume, uma fé e uma obediência (apud Calafate, 2006b: 134, 135). E quem ergueria esse Império, levando a palavra de Deus para os pontos mais remotos do planeta, seria o povo português. O imperador “que Deus há de dar à Igreja, para as execuções temporais desta espiritual conquista”, diz Vieira, seria decerto um descendente de D. Afonso Henriques, aquele que antes da Batalha de Ourique recebeu milagrosamente do Senhor a missão cristã da realização do Império (134).

Claro que o futuro que se entrevê em *Directa* não é este, embora também aponte para um final redentor. Não se quer a reafirmação de um destino imperial fundado no mito, mas justamente a eliminação de quaisquer resquícios do delírio ou tentação imperial que há séculos conduz Portugal a sucessivas perdas e a um aprofundamento da crise que anuncia o desastre derradeiro. O ponto de partida do futuro almejado por Aníbal, como aliás já dissemos anteriormente⁸³, é o fim do Império português e a independência de suas atuais colônias.

É preciso, antes de mais nada, superar o mito da grandeza futura. Mas o que dizer do mito reformulado e do desejo de um Império substancialmente diferente daqueles do passado?

2. O Quinto Império de Fernando Pessoa

Mensagem é a “expressão poética do mito da glória futura de Portugal” (Uribe, Sepúlveda, 2011: 39). Mas, importante que se diga: é a “expressão poética” de um mito renovado, bem como de um sebastianismo distinto do sebastianismo histórico.

⁸³ Ver páginas 81 e 82.

Para Fernando Pessoa, a infelicidade do presente era resultado de um processo histórico decadentista iniciado na segunda metade do século XVI. “Somos hoje um pingo de tinta seca da mão que escreveu Império da esquerda à direita da Geografia” (apud Serrão, 1979: 25). Entretanto, o português de tipo imperial, cujo modelo é o Infante D. Henrique, que “criou a civilização transoceânica moderna”, deixou parentes (apud Calafate, 2006c: 121). E por isso há condições para que a nação que criou o mundo moderno volte a ser potência, embora uma potência de natureza diferente da que foi um dia.

O nacionalismo pessoano prescinde da força ou do poder econômico – característicos do nacionalismo do Estado Novo –, e por isso, para o futuro que Pessoa sonhou para sua pátria, colônias são desnecessárias (Martins FC, 2014: 242). Diferentemente dos imperialismos de domínio e expansão – este último, aliás, criado por portugueses, que não tinham nem nunca tiveram condições de mantê-lo (Serrão, 1979: 40, 41) –, o Quinto Império pessoano seria um imperialismo de cultura, em cujo centro está a língua. Um imperialismo de gramáticos e poetas, essencialmente distinto do imperialismo colonialista (Uribe, Sepúlveda, 2011: 34, 35).

Ainda que o Quinto Império pessoano seja de outra ordem, mantém-se a “ânsia de domínio”, cujo símbolo seria o Encoberto, “a ser encarnado pelos portugueses do presente para que a glória do passado regresse” (Uribe, Sepúlveda, 2011: 29). Há nesse futuro sonhado por Pessoa, ainda que um futuro diferente daquele entrevisto por Vieira, o desejo de ver novamente Portugal grande, uma potência que poderá ser despertada por meio da renovação e divulgação do velho mito sebastianista, algo a ser incorporado pelos portugueses, dando-se início às “Novas Descobertas” (Serrão, 1979: 47).

Nada mais distante das pretensões de futuro da personagem Aníbal do que essa obsessão por reaver Poder e Renome, dois irmãos que se perderam há séculos no “mar ignoto” e ainda não voltaram (Pessoa, 1979: 97). Aliás, terminada a missão de levar Júlio à fronteira, são os versos de “Noite”, misturados aos de “Tormenta”, que brotam no meio de seus pensamentos, como se o fato de estar “a sós com a noite” num Portugal “imerso em sonhos” de alguma forma sugerisse a associação com o cenário mítico favorável para o regresso de D. Sebastião:

Ao primeiro golo comecei a dar comigo a sós com a noite – *fausto do mistério e a busca de quem somos*. Na distância, alargando-se em léguas e léguas, a partir daquele ponto,

Portugal provinciado circundava-me – *mau o sono, triste o sonhar*. E por cima um céu de estrelas com um *prenúncio claro de luar* (378).

De “Noite” foi extraído “a busca de quem somos”, o que nos remete tanto à ideia de autognose quanto ao desejo de uma pátria futura substancialmente diferente da atual – “prisão servil” (Pessoa, 1979: 98). A “busca de quem somos”, em *Mensagem*, está ligada ao resgate daquilo que “faz a alma poder ser de herói”. Já em *Directa* essa busca não significa re aquisição ou recuperação. Não se trata, portanto, de regeneração, mas de revolução. De uma perspectiva marxista, é preciso agir politicamente para que se realizem as transformações necessárias. Para usar a terminologia do padre Chardin, é preciso superar ou evitar formações sociais “aberrantes ou patológicas” – levadas às últimas consequências pelos estados totalitários – e reintroduzir Portugal nos trilhos cósmicos da evolução: maior complexidade e maior unificação (Tresmontant, 1961: 93). Nesse sentido, o salazarismo representaria uma inequívoca “regressão da preciosa personalidade”.

De “Tormenta”, Nuno Bragança extraiu algumas palavras, tirando-as da ordem, tal como se pode ver no verso original: “Isto, e o mistério de que a noite é o fausto” (Pessoa, 1979: 100). Este é outro poema que versa sobre o “abismo” do presente e o “poder ser”, o “desejar poder querer” que, como vimos, é tema central do romance *Directa*. No entanto, como aliás acabamos de dizer, Aníbal não persegue a regeneração ou restabelecimento daquilo que estava destruído (Serrão, 1979: 27). Não há intenção de que o passado glorioso regresse, ainda que sob a forma de um Império do espírito. Como estamos tentando demonstrar desde o início, o “poder ser” de *Directa* passa por uma solução disruptiva – Pessoa, a propósito, era antirrevolucionário (Serrão, 1979: 30) –, pensada a partir da doutrina marxista, no que diz respeito às ideias, e da Revolução Russa, no que diz respeito à prática. Isso, porém, com graves reservas. Como diz Duarte Faria, em *Directa* Outubro-17 é uma “‘bússola’ partida” (1978: 74).

“Antemanhã” é outro poema do terceiro segmento de *Mensagem* que é referido nesse “mosaico textual” do capítulo 18. Trata-se da história do “monstrengo servo” que, procurando a “madrugada do novo dia”, vem das trevas chamar seu senhor que dorme (Pessoa, 1979: 103). Já dissemos isto, mas não custa reforçar: não nos parece desprovido de sentido o fato de Aníbal estar rodeado pelo “Portugal provinciado” em plena madrugada no momento em que esses versos surgem em seus pensamentos. Antemanhã: instante que precede a claridade do dia. O presente português, e também planetário, como

diz Nuno Bragança na “Nota”, está envolto em nevoeiro – “nebulosidade que envolve o progredir em tempo-espaço” (206). Não há certezas sobre o futuro. O que há é uma esperança, às vezes vaga, que serve de suporte à ação. A esperança de que “a hora” está cada vez mais próxima. “Chegara finalmente a hora”, ele pensa, “de dar o tempo de palavra aos verdadeiros pobres, porque nestes se encontrava a sabedoria contra a qual se erguiam Babilónias” (395).

“A hora”, em *Mensagem*,

é aquela em que o nevoeiro, que embaciava Portugal, criava o quadro mítico propício ao regresso de “El-Rei D. Sebastião”, ou seja, quando “se dará na alma da Nação o fenómeno imprevisível de onde nascerão as Novas Descobertas, a Criação do Mundo Novo, o Quinto Império” (apud Serrão, 1979: 8).

A vinda do Encoberto, “regresso da identidade perdida” (Martins FC, 2014: 249), dar-se-á, segundo Pessoa, através da “construção ou renovação e a difusão consequente e multimoda de um grande mito nacional” (apud Serrão, 1979: 9), que é um sebastianismo renascido, novo, o retorno simbólico do Encoberto na forma de uma “manifestação metafísica de uma revolução cultural”. “É de dentro de nós, é em nós e por nosso esforço”, diz Pessoa, “que tem de vir, e virá D. Sebastião” (Pessoa, 2011: 74).

Em *Directa*, o advento da revolução socialista depende do despertar da energia popular, atualmente tragada pelos meios de produção das grandes corporações. É necessário cindir o átomo, despertar o povo português de seu sono, criando condições para que ele aja e construa com as próprias mãos a sociedade do futuro. Se há um mito em *Directa*, este é o comunismo, e a revolução pretendida (embora inclua a dimensão cultural ou espiritual que há na “revolução” pessoana) é, acima de tudo, política e material.

Ao compararmos os dois mitos (isto é, admitindo-se que o comunismo surge em *Directa* como um sistema mítico), verificamos um aspecto comum: sua origem. O mito milenarista do Quinto Império, como sabemos, tem origem na *Bíblia* hebraica, numa profecia de Daniel. Vimos no capítulo anterior que, segundo George Steiner, o marxismo deriva dos textos proféticos do Antigo Testamento (2006: 58)⁸⁴.

⁸⁴ Ver página 109.

Apesar das diferenças em relação ao projeto de nação, tanto em *Mensagem* quanto em *Directa* a materialização do futuro desejado dar-se-á no povo e pelo povo, cabendo a alguns homens o papel de indutores do processo de transformação. Afinal, como diz Pessoa, “Não há homens salvadores. Não há Messias. O máximo que um grande homem pode ser é um estimulador de almas, um despertador de energias alheias” (2011: 73). Daí a importância do mito; ou melhor, “a necessidade civilizacional da mentira no mito contida” (Serrão, 1979: 47). O Quinto Império pessoano, diz Serrão,

é um projecto nacional e nacionalista de natureza e ambição *maiêuticas*: seria necessário que cada português (capaz de tal ginástica mental) descobrisse, criativamente, que só pelo acto mental de descobrimento o futuro se nos poderia abrir nas conjugadas dimensões espiritual e civilizacional (1979: 48).

Talvez seja este o ponto máximo de aproximação entre os dois projetos de gnose pátria. Seja qual for o conteúdo do mito, é preciso que se retome a capacidade de descobrir: “redescobrir a ideia de descobrir, reencontrar a subalternizada capacidade de criar” (Serrão, 1979: 44). Nesse sentido, talvez o primeiro passo, e o mais importante, da tarefa regeneradora da qual Pessoa se encarregou fosse resgatar essa primeira descoberta, que é anterior ao desembarque da primeira nau no porto da primeira futura colônia.

Se nos lembrarmos do diálogo já referido entre Aníbal e Outro⁸⁵, em *Square Tolstoi*, veremos que a única coisa positiva que Aníbal vê nas Descobertas é o seu potencial criador. O erro foi o que veio depois. O erro foi o domínio. A propósito, admitindo-se a ideia de que em *Directa* se faz uma interpretação de teor decadentista do passado, o início da ânsia de domínio, que, como vimos no capítulo 2, coincide com o advento da segunda dinastia, marcaria o começo do longo e árduo processo de decadência cujos desdobramentos se fazem sentir nos anos 60 do século XX. A relação de Pessoa com o passado, como vimos, é bem distinta, para não dizer oposta. Para ele, a decadência inicia-se no fim da segunda dinastia, em 1581, ou três anos antes, na traumática derrota em Alcácer Quibir, onde desapareceu D. Sebastião (Serrão, 1979: 23).

⁸⁵ Ver páginas 61 e 62.

3. O “cio de criar”

De qualquer modo, tanto em *Directa* quanto em *Mensagem* o “cumprir-se Portugal” depende da retomada da capacidade criadora – em termos pessoais, o “cio de criar”, a “sagrada luxúria de construir”, qualidades características do português que promoveu a expansão marítima (apud Calafate, 2006c.: 98). Só assim a tristeza do presente poderá ser suplantada.

Vimos que o protagonista de *Directa* confia na revolução como o único meio de superar a tristeza do presente – no caso, a realidade sombria do Estado Novo. Seria um grave erro, porém, repetir os procedimentos de partidos comunistas mundo afora, que não fizeram outra coisa senão promover mais opressão e mais despersonalização.

Já em 1918 Rosa Luxemburgo profetizou sobre a Rússia dirigida por uma elite e apoiada por outra elite de trabalhadores (Bragança, 1978b: 36). Em tom crítico, a filósofa polaca diz que “[...] a transformação socialista é coisa já prevista e pronta, guardada no bolso de um partido político e basta aplicar um esquema guardado”. Ela prossegue dizendo que a realização prática do socialismo “é algo que ainda está escondido nas névoas do futuro” (apud Bragança, 1978b: 36).

Há tempos que a cartilha está gasta. Por essa razão, é preciso encontrar uma saída portuguesa. Aníbal diz, referindo-se à Europa capitalista e dos PCs legais, que é necessário “barlaventear contra os ventos imediatos para apanhar os outros, os da grande viragem na viagem” (387).

Mas, afinal, quais seriam esses ventos outros? Que nome se pode dar a esse futuro – não só português, mas planetário – ao qual Aníbal dedica toda a sua energia e todo o seu tempo, vigiando sem descanso à maneira de Cristo no Getsêmani?

Como disse António Mega Ferreira, “não foi para resolver nada que Nuno Bragança escreveu” (1985: 6). O próximo estágio da escalada da montanha ainda não tem propriamente um nome, e talvez seja preciso que os portugueses se arrisquem na “trepadela” a fim de descobrir aonde essa montanha vai dar. O futuro, invisível, é algo a ser construído, braços dados com a totalidade do povo português. Lembremos o que diz Nuno Bragança em 1975, durante o Processo Revolucionário em Curso: “que a ele [o povo] seja facultado o parto, e muitos aparentes impossíveis se tornarão realidade com repercussões à escala do planeta” (1975a: 16).

Seja qual for o Portugal do amanhã, duas coisas se podem depreender da leitura de *Directa*: a primeira é que o “parto” deve ser feito pelo povo, e a segunda é que se deve evitar o dogma ou fórmulas desgastadas.

O conteúdo do futuro é algo a ser inventado, embora não se deva perder de vista o sentido da evolução. Ser “co-operário” de Deus na árdua tarefa da criação requer, por parte do operário-cidadão, a busca de formas políticas capazes de pôr a humanidade no trilho certo. É o que Nuno Bragança diz em entrevista concedida logo após a publicação de *Directa*:

Toda a cidadania é da Terra. Mas, por isso mesmo, quem se queira vivo tende para a busca dos sinais dos tempos, a fim de compreender qual a acção libertadora no espaço-tempo onde é responsável. Por mais que os profissionais do Poder enojem os que amam a Terra e desejam colaborar no seu florescer final, o sentido da palavra **polis** reveste-se, em última análise, da responsabilidade ante o sagrado (Bragança, 1978c: 43).

Seja qual for a “acção libertadora” neste espaço e neste tempo, sua descoberta requer uma investigação cuidadosa do momento histórico presente e do passado que o condiciona. Descobrir a “trepadela” exige, portanto, o exercício da autognose, por meio do qual o intérprete-cidadão reúne recursos para mudar o mundo a partir de sua pátria, colaborando com o “florescer final” da Terra. Um “florescer”, como vimos, sobrenatural. A ação política conduz ao sagrado.

Mas será que essa montanha tem um topo, onde finalmente a escalada se encerrará? O lado otimista de Aníbal pensa que sim. Já o pessimista teme que, ainda que esse pináculo exista, possamos pôr tudo a perder ao recusarmos o nosso papel criador. É por isso que a humanidade deve superar a inércia, canalizando suas energias para retomar a subida, em conformidade com sua vocação sobrenatural.

É por isso que Aníbal se mantém em *directa*.

Bibliografia

ALEGRE, Manuel (1990). “Nuno Madruga”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano X, nº 409, 8 a 14/05/90, p. 13.

_____ (1995). “Era o Nuno”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 9.

ALMEIDA, João Miguel Furtado Ferreira de. *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Dissertação de Mestrado em História dos Sécs. XIX e XX. Orientador: Prof. Dr. Fernando Rosas. FCSH-NOVA, 2000.

ALTHUSSER, Louis (1978). “Comunismo, Estado e Sociedade de Transição”. Entrevista por Rossana Rossanda. *ABRIL: revista de reflexão socialista*. Lisboa: Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária, nº 4, maio de 1978.

AMADO, Teresa. “Crónica de D. Pedro”. *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org. e coord.). Lisboa: Caminho, 1993, p. 182-184.

ANTUNES, Carlos (1990). “Um guerrilheiro escritor”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano X, nº 409, 8 a 04/05/90, p. 12.

_____ (1995). “Exemplo de homem”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 6.

BARRETO, José. “Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo”. In: *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*. Lisboa: Imprensa de C.S., 2002, p. 119-175.

BEAUD, Michel. *História do Capitalismo*. Trad. José Vasco Marques. Lisboa: Teorema, 1992.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito da história”. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

Bíblia Sagrada. Nova Edição Papal. Traduzida das Línguas Originais com uso Crítico de Todas as Fontes Antigas pelos Missionários Capuchinhos de Lisboa. Edição da Palavra Viva, 1974.

BONIFÁCIO, João (2008). “Nuno Bragança ainda está na clandestinidade”. *Público*, 04/12/08. Disponível: <https://www.publico.pt/2008/12/04/culturaipsilon/noticia/nuno-braganca-ainda-esta-na-clandestinidade-217789>. Data da consulta: 19/09/19.

BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1992.

BRAGANÇA, Nuno (1963a). “Acção e reacção”. *O Tempo e o Modo*, nº 4, abril de 1963, p. 65.

_____ (1963b). “A morte de João XXIII”. *O Tempo e o Modo*, nº 5, maio de 1963, p. 106 e 107.

_____ (1966). “Revolução e Contra-revolução em 1820”. *O Tempo e o Modo*, nº 36, março de 1966, p. 215-254.

_____ (1968). “Caderno Deus o que é?”, *O Tempo e o Modo*, Caderno Especial nº 3, dezembro de 1968, p. 140-150.

_____ (1975a). “O Discurso de Leonardo”. *O Jornal*, Ano I, nº 14, 1 a 7/08/75, p. 16 e 17.

_____ (1975b). “O Discurso de Leonardo”. *O Jornal*, Ano I, nº 15, 8 a 14/08/75, p. 28.

_____ (1975c). “O Discurso de Leonardo”. *O Jornal*, Ano I, nº 16, 15 a 21/08/75, p. 26 e 27.

_____ (1975d). “O Discurso de Leonardo”. *O Jornal*, Ano I, nº 17, 22 a 28/08/75, p. 26 e 27.

_____ (1977). “Directa com Nuno Bragança”. Entrevista por Helena Vaz da Silva. *Raiz & Utopia*. Lisboa: Livraria Bertrand, jul. a dez. de 1977, p. 100-111.

_____ (1978a). “Sou um homem de esquerda que tropeçou na ortodoxia”. Entrevista por Carlos Pessoa. *O Jornal*, ano IV, nº 170, 28/06 a 03/08/78, p. 26.

_____ (1978b). “A vida na história”. *Seara Nova – Revista de Doutrina e Crítica*, nº 1589, março de 1978, p. 36 e 37.

_____ (1978c). “Nuno Bragança, Directamente”. Entrevista por João Lopes e José Camacho Costa. *ABRIL: revista de reflexão socialista*. Lisboa: Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária, nº 4, maio de 1978, p. 40-43.

_____ (1982a). “Nuno Bragança: ‘Nunca escrevi depressa’”. Entrevista por Maria João Avillez. *Expresso. A Revista*, nº 481, 16/01/82, p. 22 e 23-R.

_____ (1982b). “Falta-nos o descobrimento de Portugal”. Entrevista por Fernando António Almeida. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Ano II, nº 35, 22/06-05/07/1982, p. 4-6.

_____ (1985). “A pergunta”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano IV, nº 136, 12 a 18/02/85, p. 6.

_____. *Directa*. Lisboa: D. Quixote, 1995.

_____ (1995). “Regresso”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 10.

_____. *Obra Completa*. 2ª edição. Alfragide: D. Quixote, 2017.

BRANDON, S. G. F. *Diccionario de Religiones Comparadas*. Madrid: Ediciones Cristandad, 1975.

CALAFATE, Pedro. *Portugal como Problema. Séculos V-XVI: a Afirmção de um Destino Colectivo*. Vol. 1. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006a.

_____. *Portugal como Problema. Séculos XVII e XVIII: da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica*. Vol. 2. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006b.

_____. *Portugal como Problema. Século XX: os Dramas de Alternativa*. Vol. 4. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006c.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora, 1977.

COSTA, Maria Velho da (1995). “A tricotadeira do fim do mundo”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 8.

DAIX, Georges. “Santos e Santas de Deus”. In: *Dicionário dos Santos, do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses*. Lisboa: Terramar, 2000, p. 11-26.

D’ARCY, Martin. *Comunismo e Cristianismo*. Lisboa: Ulisseia, 1964.

DIAS, Jorge. *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

DÓRIA, António Álvaro. “Maria da Fonte (1846)”. In: *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Joel Serrão (dir.). Porto: Iniciativas Editoriais, 1979, p. 182, 183.

“Duarte de Almeida”. In: *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/almeidaduarte2.html>. Data de acesso: 23/09/19.

DUARTE, Luís Miguel (2018). “1383: o ano de todos os perigos”. *Público*, 02/11/18. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/11/02/culturaipsilon/opiniao/1383-ano-perigos-1849610>. Data da consulta: 20/09/19.

“Encíclica ‘Pacem in Terris’. Excertos”. *O Tempo e o Modo*, nº 5, maio de 1963, p. 6-25.

FARIA, Duarte (1978). “Nuno Bragança – Directa”. *Colóquio / Letras*, nº 45, setembro de 1978. Lisboa: Calouste Gulbenkian, p. 74 e 75.

FARIA, Telmo. “Golpe de Botelho Moniz”. In: *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 8. Suplemento F/O. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.). Lisboa: Figueirinhas, 1999, p. 103-105.

FERNANDES, Fátima Regina (2012). “As crônicas e as chancelarias régias: a natureza e os problemas de aplicação das fontes medievais portuguesas”. In: *Revista Ágora*, nº 16, 2012, p. 77-94.

FERREIRA, Ana Sofia de Matos. *Luta Armada em Portugal (1970-1974)*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Orientador: Prof. Dr. Fernando Rosas. FCSH-NOVA, 2015.

FERREIRA, António Mega (1985). “Um homem e a sua ‘Estação’”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano IV, nº 136, 12 a 18/02/85, p. 5 e 6.

FERREIRA, José Medeiros. “Dia do Estudante”. In: *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 7. Suplemento A/E. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.). Lisboa: Figueirinhas, 1999, p. 520-522.

FERREIRA, J. Tomaz. “Nota introdutória. Cesário Verde – O homem e a obra”. In: *O Livro de Cesário Verde e Poesias Dispersas*. 2ª edição. Mem Martins: Europa-América [s. d.].

FRANCHETTI, Paulo. *Estudos de Literatura Brasileira e Portuguesa*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Democracia Socialista, um Mundo Novo e um Novo Portugal*. Amadora: Génese, 1976.

GUSMÃO, Manuel (1995a). “Autobiografia em três romances”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 4 e 5.

_____. “Relatório de releitura de *A Noite e o Riso*”. In: BRAGANÇA, Nuno. *A Noite e o Riso*. 4ª edição. Lisboa: D. Quixote, 1995b, p. 9-40.

HENRIQUES, Bruno. Directa, de Nuno Bragança – *Questões de Tempo*. Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa Contemporânea. Orientadora: Profª Drª. Paula Morão. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa, 2009.

HERMET, Guy; BADIE, Bertrand; BIRNBAUM, Pierre; BRAUD, Philippe. “Regimes (sistemas) totalitários”. In: *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*. Lisboa: Escola Editora, 2014, p. 267 e 268.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Mário Henrique Leiria. Lisboa: Editores Associados [s. d.].

JÚDICE, Nuno (1982). “Uma volta à praça”. *Expresso. A Revista*, nº 482, 23/01/82, p. 22-R.

LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. Trad. J. Guinsburg. Amadora: Bertrand, 1975.

LEMAITRE, Nicole; QUINSON, Marie-Thérèse; SOT, Véronique. “Escatologia”. In: *Dicionário Cultural do Cristianismo*. Trad. José David Antunes. Lisboa: D. Quixote, 1999, p. 113.

LEPECKI, Maria Lúcia (1982). “Inesperadamente, uma carta”. *Expresso. A Revista*, nº 481, 16/01/82, p. 23-R.

LOFF, Manuel. “As duas ‘primaveras’: do marcelismo ao 25 de Abril”. In: *Optimismo e Pessimismo Acerca do Futuro de Portugal*. VIII Curso Livre de História Contemporânea. Fernando Catroga (coord.). Lisboa: Colibri, 2008, p. 111-142.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965.

_____. *Crónica de D. Fernando*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

LOUREIRO, La Salette (2015). “Cristianismo e Marxismo em *Estação*, de Nuno Bragança”. In: *Abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, v. 7, nº 14, 2015, p. 129-145. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5616432>. Data de acesso: 21/09/19.

_____. (2017). “A presença de Skakespeare na escrita de Nuno Bragança”. *Revista Anuário de Literatura*. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 22, nº 1, 2017, p. 10-15. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/21757917.2017v22n1p10/34670>. Data de acesso: 21/09/19.

LOURENÇO, Eduardo. *Os Militares e o Poder*. Lisboa: Arcádia, 1975.

_____. (1978). “Revolução abortada ou impossível?”. *ABRIL: revista de reflexão socialista*. Lisboa: Associação de Cultura Socialista Fraternidade Operária, nº 4, maio de 1978.

_____. *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. 4ª edição. Lisboa: D. Quixote, 1991.

_____. *O Canto do Signo – Existência e Literatura* (1957-1993). Lisboa: Presença, 1994.

_____. *Portugal como Destino Seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de. “Anos 60 – Ficção”. In: *História da Literatura Portuguesa: as Correntes Contemporâneas*. Óscar Lopes e Maria de Fátima Marinho (dir.). Vol. 7. Lisboa: Alfa, 2002, p. 365-416.

MARTINS, António Jorge (1963). “O Concílio Vaticano II”. *O Tempo e o Modo*, nº 1, janeiro de 1963, p. 52.

MARTINS, Fernando Cabral. *Cesário Verde ou a Transformação do Mundo*. Lisboa: Comunicação, 1988.

_____. “Sebastianismo e Quinto Império: *Mensagem*”. In: *Introdução ao Estudo de Fernando Pessoa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2014, p. 235-249.

MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*. Vol. II. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1979.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. “Dos sinais dos tempos e dos seus modos”. In: *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção – Antologia*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2003, p. 9-23.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Coimbra: Centelha, 1974.

MELO, João de (1990). “Nuno Bragança, a escrita luminosa”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano X, nº 409, 8 a 14/05/90, p. 32.

MOISÉS, Massaud. *A Literatura Portuguesa Através dos Textos*. 33ª edição. São Paulo: Cultrix, 2012.

MOURÃO-FERREIRA, David (1995). “Cesário e Camões: uma leitura complementar de ‘O Sentimento dum Ocidental’”. In: *Colóquio / Letras*, nº 135/136, janeiro de 1995, p. 83-94.

OLIVEIRA, Aurélio de. *Nos Rumos da Modernidade*. Porto: Colecção Gâmica IV, 1999.

PESSOA, Fernando. *Mensagem*. 13ª edição. Lisboa: Ática, 1979.

_____. *Sebastianismo e Quinto Império*. Jorge Uribe e Pedro Sepúlveda (org.). Lisboa: Ática, 2011.

RABY, David Lander. “Santa Maria, Assalto do”. In: *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 9. Suplemento P/Z. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.). Lisboa: Figueirinhas, 1999, p. 396 e 397.

RAMOS, Rui. “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)”. In: *História de Portugal*. Rui Ramos (coord.). 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, p. 437-777.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de Narratologia*. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 1996.

ROCHA, Paulo (1995). “Ele era um sol”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 7.

RODRIGUES, Urbano Tavares (1990). “Pureza, ironia, jubilação”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano X, nº 409, 8 a 14/05/90, p. 13.

_____ (1995). “Resistência e ironia”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XV, nº 653, 25/10 a 07/11/95, p. 9.

ROSAS, Fernando. *História de Portugal - O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. VII. José Mattoso (dir.). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

SABATHÉ, P. “Celebrar o centenário da Comuna...”. In: ENGELS, F.; LENINE, V. I.; TROTSKY, L. *A Comuna de Paris – 1871*. Trad. Maria Campos. Lisboa: Editorial Divul, 1974, p. 7-22.

SARAIVA, António José. “História”. In: *Dicionário Crítico de Algumas Ideias e Palavras Correntes*. Lisboa: Europa-América, 1960, p. 91-98.

SEIXO, Maria Alzira. “*Square Tolstoi* de Nuno Bragança”. In: *A Palavra do Romance. Ensaaios de Genealogia e Análise*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986, p. 212-215.

_____ (1997). “Quem deixou de ler Nuno Bragança?”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano XVII, nº 694, 21/05 a 03/06/97, p. 22 e 23.

SERRÃO, Joel. “O campo e a cidade na poesia de Cesário Verde”. In: *Cesário Verde. Interpretação, Poesias Dispersas e Cartas*. Lisboa: Minerva, 1957, p. 13-85.

_____. *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

_____. *O Carácter Social da Revolução de 1383*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

_____. “A busca pessoana do sentido de Portugal”. In: PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal. Introdução ao Problema Nacional*. Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão (recolha de textos). Joel Serrão (org.). Lisboa: Ática, 1979, p. 5-63.

SILVA, Fábio de Barros (1998). “Teilhard de Chardin: a ideia de evolução e vida pessoal”. *Revista Eletrônica FUNREI*, nº 1, julho de 1998, p. 31-42. Disponível em: <https://teihardianos.files.wordpress.com/2012/06/a-ideia-de-evolucao-e-vida-pessoal-teilhard-de-chardin.pdf>. Data da consulta: 20/09/19.

SILVA, Gabriel Rui. *O Tempo e o Modo do homem que ficou sem lado: o efeito de autobiografia na obra de Nuno Bragança*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Interdisciplinares. Orientador: Prof. Dr. Rui de Azevedo Teixeira. Universidade Aberta. Lisboa, 2002.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. “Idade Média (Séculos XI-XV)”. In: *História de Portugal*. Rui Ramos (coord.). 8ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015, p. 15-196.

STEINER, George. *A Bíblia Hebraica e a Divisão entre Judeus e Cristãos*. Trad. Margarida Periquito e Victor Antunes. Lisboa: Relógio D'água, 2006.

TORRES, Rui d'Abreu. "D. João Afonso Telo (?-1385)". In: *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Joel Serrão (dir.). Porto: Iniciativas Editoriais, 1979, p. 143 e 144.

TRESMONTANT, Claude. *Introdução ao Pensamento de Teilhard de Chardin*. Trad. Nuno Bragança. Lisboa: Moraes, 1961.

URIBE, Jorge; SEPÚLVEDA, Pedro. "Introdução". In: PESSOA, Fernando. *Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Ática, 2011, p. 11-44.

VENÂNCIO, Fernando (1990). "Square Bragança". *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, ano IX, 6 a 12/02/90, p. 12.

VERDE, Cesário. *O Livro de Cesário Verde: seguido de algumas poesias dispersas*. 13ª edição. Lisboa: Minerva, 1977.

Filmografia

"Nuno Bragança". Série *Grande Plano de...* António José Martins (realizador). RTP1, 27/08/89, 54'. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/grande-plano-de-nuno-braganca/>. Data da consulta: 28/09/19.

U OMÃI QE DAVA PULUS. João Pinto Nogueira (realizador). Midas Filmes. Portugal, 2008, 75'.

Entrevista para a TV

"Conversa com Nuno Bragança". Entrevista por Álvaro Manuel Machado. Programa *A Ideia e a Imagem*, RTP1 Arquivos, 09/02/78. Disponível em: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-com-nuno-braganca/>. Data da consulta: 28/09/19.